

UNIVERSIDADE DE LISBOA

FACULDADE DE LETRAS



## **Aulo Gabínio e Ptolemeu XII Auleta**

# **Um capítulo na história das relações entre Roma e o Egito**

MARIANA MARQUES DA SILVA AZEVEDO

Tese orientada pelo Prof. Doutor Amílcar Ribeiro Guerra e Prof. Doutor José das Candeias Sales, especialmente elaborada para a obtenção do grau de Mestre em HISTÓRIA, especialidade em HISTÓRIA ANTIGA.

2016



# ÍNDICE

<b>RESUMO</b>	3
<b>ABSTRACT</b>	5
<b>PALAVRAS-CHAVE/KEYWORDS</b>	7
<b>AGRADECIMENTOS</b>	9
<b>ABREVIATURAS</b>	11
<b>INTRODUÇÃO</b>	15
<b>CAPÍTULO I</b>	
Ptolemeu XII <i>Neos Dionisos Auleta</i>	31
1. As origens e questões dinásticas	31
2. A monarquia e a corte ptolemaica: definições de poder	35
3. A imagem de Ptolemeu XII: real, religiosa e popular	38
4. Os primeiros anos de reinado e a relação com Roma	45
<b>CAPÍTULO II</b>	
Aulo Gabínio	53
1. Origem e história familiar	53
2. Início da carreira militar e política	56
3. Gabínio: o braço direito de Pompeio Magno	60
4. Aulo Gabínio: procônsul da Síria	71

### **CAPÍTULO III**

Intervenção e domínio romano do Egito (58-55 a.C.)	77
1. Conflitos no Senado romano e na corte alexandrina	77
2. A intervenção militar no Egito por Aulo Gabínio	88
3. Os Gabinianos: a primeira guarnição romana no Egito	97

### **CAPÍTULO IV**

As consequências políticas e militares da intervenção	103
1. O segundo governo de Ptolemeu XII	103
2. Os julgamentos de 54 a.C.	109
3. A Guerra Alexandrina	121

<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	127
-----------------------------	-----

<b>BIBLIOGRAFIA</b>	135
---------------------	-----

## RESUMO

A história das relações entre o Egito e Roma é fundamental para compreendermos o poder político no Mediterrâneo antigo. O crescimento do poder romano tornou essenciais as relações com outros poderes no Mediterrâneo. Esta dissertação versa sobre um capítulo crucial dessas relações: o reinado de Ptolemeu XII e a ação de Aulo Gabínio, homem de Pompeio, assim como as decisões políticas de Roma em relação ao Egito.

Os reinados dos antecessores de Ptolemeu XII dão-nos o contexto para entendermos a sua vida e o seu reinado tal como as suas pretensões políticas. O funcionamento e as dinâmicas sociais da corte ptolemaica no século I a.C. eram complexos, pois a conjuntura do reino encontrava-se fortemente marcada por intervenções romanas. O início da relação deste rei com o Senado romano não pode ser compreendido sem uma análise da corte ptolemaica.

A ligação de Aulo Gabínio com Pompeio e outras figuras importantes do final da República permitiu-lhe desempenhar vários cargos de alguma importância e desenvolver uma vasta influência no Oriente. A sua carreira política teve várias consequências na política romana e no Egito.

A intervenção militar no Egito por Aulo Gabínio para repor Ptolemeu XII no trono começou um novo capítulo das relações entre Roma e o Egito, que passaram a ser, também, relações militares para além de políticas e económicas. A estes acontecimentos sucederam outros que definiram a história do Egito, de Roma e, por consequência, do Mediterrâneo.



# ABSTRACT

The history of the relations between Egypt and Rome is fundamental to our understanding of power in the ancient Mediterranean. As the Roman power grown, the relations with other powers of Mediterranean gradually turned to be essential. This thesis studies a crucial chapter of those relations: the reign of Ptolemy XII and the action of Aulus Gabinius, man of Pompey, as well as the political decisions of Rome concerning Egypt.

The reigns of Ptolemy's XII predecessors give us the context so we can understand his life and his reign like his political claims. The inner workings and social dynamics of the Ptolemaic royal court on the first century BC were complex, because it was strongly defined by Roman interventions. The beginning of the relationship between this king and the Roman Senate can't be understood without a study of the Ptolemaic royal court.

The connection of Aulus Gabinius with Pompey and with other figures of the final of the Roman republic allowed him to perform several offices of some relevance and, this way, he got to develop a wide influence on the east. His political career had several consequences in Roman politics and Egypt.

The military intervention in Egypt by Aulus Gabinius to reinstitute Ptolemy XII to his throne began a new chapter of the relation between Rome and Egypt, which started to be military relations plus political and economic. From these events have arisen aftereffects that defined the history of Egypt, of Rome, and, consequently, of Mediterranean.





## **PALAVRAS-CHAVE**

Aulo Gabínio; Ptolemeu XII; Reino Ptolemaico; República Romana; *Gabiniani*

## **KEYWORDS**

Aulus Gabinius; Ptolemy XII; Ptolemaic Kingdom; Roman Republic; *Gabiniani*



## AGRADECIMENTOS

Esta dissertação foi o culminar de um interesse pela História do Mundo Antigo, principalmente Roma e Egito, que começou muito antes de ter entrado na licenciatura em Arqueologia. Este trabalho significa a realização de um plano já antigo, resultante de um interesse científico pessoal que encontrou o seu lugar no mestrado em História Antiga. Neste caminho, aprendi muita coisa útil para o meu trabalho futuro, o que me enriqueceu tanto no plano profissional, como pessoal. Por isso, estou muito agradecida por ter tido esta oportunidade.

Quero começar por agradecer à minha família pelo apoio que me deu durante todo o percurso. Por me ter ouvido vezes sem conta a falar do meu trabalho e por me ajudarem a manter a motivação durante todo o processo. O interesse que demonstraram e o orgulho que depositaram em mim fez-me sentir acompanhada durante esta “viagem”. Agradeço, principalmente, a ajuda da minha mãe e do meu pai com os seus vários conselhos e por serem modelos de trabalho e dedicação que quero seguir, assim como a constante preocupação da minha irmã e do meu irmão para comigo. Não posso também deixar de mencionar a minha avó Manuela, que me incutiu o gosto pela História e pelo Mundo Antigo, a qual, se estivesse presente, teria muito gosto em ler esta dissertação. Agradeço, igualmente, à minha avó Arnaldina, que sempre me incentivou a estudar, pelos tempos em que me permitiu descansar e ganhar forças para continuar.

Ao meu namorado, Bruno Gama, por estar presente em todos os momentos, bons e maus, por toda a companhia nas longas horas de trabalho e pela motivação, incentivo e vontade de estudar que partilhamos um com o outro, ao longo de todo o nosso percurso. Tal como toda a ajuda preciosa na utilização do Adobe Illustrator e por me ajudar a ver tudo pela melhor perspetiva.

Não posso esquecer os meus amigos, Rita Cunha, Guilherme Santos, Sara da Cunha Pimentel, Patrícia Santos e Beatriz Resendes, que se preocuparam com a progressão da minha tese e que sempre estiveram disponíveis para me ouvir. Não me é possível fazer uma lista de tudo em que me apoiaram e ajudaram, mas foram essenciais para o meu bem-estar durante o meu trabalho.

Devo agradecer, também a toda a comunidade da Paróquia do Campo Grande pelo acolhimento e apoio constantes, todas as semanas, e pelo acompanhamento durante

mais uma etapa. Deste grupo, quero agradecer especialmente ao Daniel Sousa pela sua paciência e disponibilidade para longas conversas.

Quero mencionar também os meus colegas do projeto de investigação de História Militar da Antiguidade, em particular à Daniela Dantas pelas inúmeras e preciosas conversas, por serem uma fonte de motivação e de partilha das dificuldades e das alegrias dos estudos académicos. Ao nosso coordenador, o Prof. José Varandas, quero agradecer tudo o que me ensinou sobre a investigação em História.

Um enorme agradecimento aos meus orientadores, em especial destaque, por acreditarem os dois no meu trabalho e porque esta dissertação não seria possível sem ambos. Ao Prof. Amílcar Guerra, por todo o acompanhamento que fez do meu percurso académico, por tudo o que me ensinou, pela sua gentileza e conselhos e por ser um exemplo de dedicação ao estudo do Mundo Antigo. Ao Prof. José das Candeias Sales quero agradecer toda a dedicação, disponibilidade e generosidade de aceitar o meu pedido de orientação. Agradeço também a ambos toda a ajuda, simpatia, boa-disposição e o exemplo de trabalho, assim como todos os desafios que me colocaram junto com o incentivo e motivação ao longo de todo o ano.

Muito obrigado sincero a todos.

## ABREVIATURAS

App. B. Civ.	Apiano, Bella Civilia, Guerras Civis
App. Ill.	Apiano, Ilírica
App. Mith.	Apiano, Mitridáticas
App. Syr.	Apiano, Guerras Sírias
Caes. B. Alex.	Corpus Caesariarum, Bellum Alexandrinum
Caes. B. Civ.	César, De Bello Civili
Caes. Bell. Gall.	César, Bellum Gallicum
Cass. Dio	Díon Cássio, História Romana
Cic. Att.	Cícero, Epistulae ad Atticum
Cic. Div. Caec.	Cícero, Divinatio in Q. Caecilium
Cic. Dom.	Cícero, De domo sua
Cic. Fam.	Cícero, Epistulae ad Familiares
Cic. Har. resp.	Cícero, De haruspicum responsis
Cic. Leg. agr.	Cícero, De lege agraria
Cic. Leg. man.	Cícero, Pro lege Manilia ou De imperio Cn. Pompeii
Cic. Mur.	Cícero, Pro Murena
Cic. Pis.	Cícero, In Pisonem
Cic. Prov. cons.	Cícero, De provinciis consularibus
Cic. QFr.	Cícero, Epistulae ad Quintum fratrem
Cic. Rab. Post.	Cícero, Pro Rabirio Postumo
Cic. Red. Sen.	Cícero, Post Reditum in Senatu
Cic. Reg. Alex.	Cícero, De Rege Alexandrino (fragmentos)
Cic. Sest.	Cícero, Pro P. Sestio
Cic. Verr.	Cícero, In Verrem

Dio Chrys. Or.	Díon Crisóstomo, Orationes
Diod. Sic.	Diodoro Sículo, Biblioteca Histórica
Euseb. Chron.	Chronica
Eutr.	Eutrópio, Breviarium historiae Romanae
Joseph. AJ.	Josefo, Antiquitates Judaicae
Joseph. Ap.	Josefo, Contra Apionem
Joseph. BJ	Josefo, Bellum Judaicum
Just. Epit.	Justino, Epitoma Pompeius Trogus
Liv. Per.	Tito Lívio, Periochae
Luc.	Lucano, Bellum Civile
Oros.	Orósio, Historiarum Adversum Paganos
Paus.	Pausânias, Descrição da Grécia
Phil. Flacc.	Fílon de Alexandria, In Flaccum
Plin. HN	Plínio o Velho, História Natural
Plut. Vit. Ant.	Plutarco, Vitae Parallelae, Antonius
Plut. Vit. Caes.	Plutarco, Vitae Parallelae, Caesar
Plut. Vit. Cato.	Plutarco, Vitae Parallelae, Cato
Plut. Vit. Crass.	Plutarco, Vitae Parallelae, Crassus
Plut. Vit. Luc.	Plutarco, Vitae Parallelae, Lucullus
Plut. Vit. Mar.	Plutarco, Vitae Parallelae, Marius
Plut. Vit. Pomp.	Plutarco, Vitae Parallelae, Pompeius
Plut. Vit. Sull.	Plutarco, Vitae Parallelae, Sulla
Porph. F. Gr. Hist.	Porfírio em Fragmente der griechischen Historiker
Sall. Hist.	Salústio, Historiae
Str.	Estrabão, Geografia
Suet. Iul.	Suetónio, Divus Iulius
Val. Max.	Valério Máximo, Facta et dicta memorabilia

Vell. Pat.

Veleio Patérculo, *Historiae Romanae*





# INTRODUÇÃO

Os contactos entre Roma e o Egito são bem conhecidos e é reconhecida uma longa ligação política entre estes dois poderes do Mediterrâneo. O Egito da época clássica é frequentemente mencionado como o celeiro de Roma ou então encontram-lo representado pela história de Cleópatra VII, Júlio César, Marco António e Otávio. Estes episódios mais famosos tornam evidente que alguns capítulos desta relação política sejam muito mais abordados que outros, apesar dos inúmeros estudos sobre Roma e o Egito. Sabendo que não é uma temática nova, pretendo que esta dissertação contribua para a discussão e reflexão científica através do estudo do desenvolvimento da relação política entre Roma e o Egito durante o reinado de Ptolemeu XII.

Durante os trabalhos de seminário no âmbito de mestrado, procurei conhecer melhor a relação política de Roma com vários poderes do Oriente. Os seminários variados permitiram-me explorar os meus interesses pessoais, fazer uma pesquisa alargada e perceber quais as temáticas que seria possível abordar numa dissertação de mestrado. Assim, de entre os vários tópicos, escolhi, para a dissertação, o das relações entre Roma e o Egito no tempo de Ptolemeu XII, por poder ser estudada em vários campos da historiografia, permitindo explorar as vertentes política, diplomática e militar de Roma e do Egito no século I a.C., mas também observar algumas questões sociais e culturais destes espaços geográficos. Também por ser um tema descuidado ou apenas mencionado de forma breve e sem detalhe ou sem uma análise crítica das fontes, considerei ser de grande interesse estudá-lo para esta dissertação.

O título desta dissertação, *Aulo Gabínio e Ptolemeu XII Auleta, um capítulo na história das relações entre Roma e o Egito*, enquadra esta temática nas relações entre a República romana e o Egito ptolemaico, no século I a.C., mais concretamente entre 80 e 47 a.C., período do reinado de Ptolemeu XII, do início do reinado de Cleópatra VII e do auge da carreira política de Aulo Gabínio. Através da análise da carreira política destas duas personagens e das consequências da sua ligação política, pretendo analisar a natureza da relação política, diplomática e militar que Roma e o Egito estabeleceram entre os seus domínios. Assim, esta dissertação visa mais analisar e questionar os acontecimentos políticos e militares do que um estudo biográfico de cada uma destas personagens (quaisquer dados biográficos servirão apenas para contextualizar as personagens nos acontecimentos sociais e políticos relevantes).

O estudo da relação política, diplomática e militar entre Roma e Egito durante o reinado de Ptolemeu XII levanta várias questões que aqui enumero sucintamente: Qual é o objetivo político de Aulo Gabínio? Qual é a política de Ptolemeu XII? Como evoluiu a relação política de Roma com o Egito? Quais as características desta ligação política? Quais os impactos na vida política dos dois poderes? Qual o impacto de uma guarnição romana na cidade de Alexandria? Como é que esta guarnição é vista pelos romanos? E pelos Alexandrinos? E, por fim, quais as mudanças que trouxeram ao panorama político do Mediterrâneo?

Para responder às questões levantadas, esta dissertação está dividida em quatro capítulos. A história da investigação e o estado da arte ficam enquadrados nesta primeira divisão intitulada *Introdução*. A primeira parte da dissertação consiste na análise das atividades e atitudes historicamente mais relevantes das duas personagens centrais: Ptolemeu XII e Aulo Gabínio. O primeiro capítulo, *Ptolemeu XII Neos Dionisos Auleta*, incide sobre a vida e a carreira política de Ptolemeu XII, a sua família e o seu governo até ao ano de 58 a.C., quando foi expulso de Alexandria pela população. Assim, analisarei todas as questões da sua chegada ao poder, a sua legitimidade ou ilegitimidade, a propaganda política usada pelo rei, as lutas na corte, os acontecimentos durante a primeira parte do seu reinado e o envolvimento da República romana.

O segundo capítulo, *Aulo Gabínio*, trata da vida e da carreira política do procônsul da Síria, Aulo Gabínio. Inquiri a origem familiar, a *gens* em que se insere, as personagens que o rodeiam, influenciam e apoiam. A vida política no final da República romana é o tema principal deste capítulo, assim como a relação de Aulo Gabínio com personagens como Pompeio, Júlio César, Cícero e a forma como chegou ao contacto com Ptolemeu XII. Pretendo, a partir da contextualização da personagem, perceber as suas motivações, assim como os seus objetivos políticos.

De seguida, no terceiro capítulo, *Intervenção militar e domínio do Egito: os Gabinianos*, encontra-se o núcleo principal desta dissertação. Aqui observarei o processo de intervenção militar no Egito por Aulo Gabínio para repor Ptolemeu XII como rei. Examinarei esta questão a partir das suas vertentes políticas e militares, ou seja, tratarei das questões políticas que permitiram a Aulo Gabínio uma intervenção no Egito com forças militares romanas. O final do capítulo é dedicado à permanência das tropas romanas em Alexandria e de Rabírio Póstumo na corte.

No último capítulo da dissertação, *As consequências políticas e militares da intervenção*, refletirei acerca dos acontecimentos que se seguiram à intervenção romana no Egito, os efeitos que tiveram no panorama da corte e da política alexandrina e os resultados que a presença de uma guarnição militar romana provocou numa cidade já anteriormente multicultural e com diferentes realidades. Abordarei os diversos problemas que o Egito enfrentou durante este período de instabilidade e a solução encontrada por Ptolemeu XII, assim como algumas sequelas resultantes da presença dos Gabinianos em território alexandrino durante o reinado de Cleópatra VII. Também serão aqui tratados os vários processos nos tribunais de Roma, de Aulo Gabínio e Rabírio Póstumo, consequência desta intervenção militar e política no território egípcio. Desta forma, procuramos perceber as definições de poder e de domínio no final da República romana e o início de um maior comando e autoridade de Roma sobre o Egito.

A metodologia seguida neste trabalho é a habitual no trabalho histórico: a heurística e a hermenêutica. Para além das fontes antigas literárias, são também usadas como fontes peças e estruturas arqueológicas como moedas, bustos e murais de templos, sendo, portanto, a numismática, a estatuária e o baixo-relevo parietal importantes ferramentas para esta dissertação.

Nesta dissertação é usada a variante *Ptolemeu* em vez de *Ptolomeu* admitida pela língua portuguesa, por ser a variante que está mais próxima do nome no grego antigo<sup>1</sup>. Tal como se prefere *Pompeio* à variante *Pompeu*<sup>2</sup> e *Sula* em vez de *Sila*<sup>3</sup>, por serem as mais próximas dos nomes em latim. Também uso *gabinianos* para designar as tropas de Gabínio segundo o latim *Gabiniani*<sup>4</sup>.

Para as abreviaturas dos autores clássicos, foram usadas, como referências, as obras *Brill's New Pauly: Encyclopaedia of the Ancient World*<sup>5</sup> e *The Oxford Classical Dictionary*<sup>6</sup>, que nos seus volumes incluem uma lista das fontes antigas e as respetivas abreviaturas para autores e as suas obras. As citações dos autores clássicos utilizadas neste trabalho foram mantidas na língua das traduções a que recorremos. Na

---

<sup>1</sup> Maria Helena de Teves Costa Ureña Prieto; João Maria de Teves Costa Ureña Prieto; Abel do Nascimento Pena, *Índices de nomes próprios gregos e latinos*. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1995, p.177.

<sup>2</sup> Idem, *Ibidem*, p.173.

<sup>3</sup> Idem, *Ibidem*, p.196.

<sup>4</sup> Idem, *Ibidem*, p.99.

<sup>5</sup> Manfred Landfester (ed.), *Brill's New Pauly Encyclopaedia of the Ancient World*. Leiden, Brill, 2006, vol. 1, pp. XL-XLIX.

<sup>6</sup> Simon Hornblower; Antony Spawforth. (eds.) *The Oxford Classical Dictionary*. Oxford, Oxford University Press, 2005.

bibliografia, utiliza-se a Norma Portuguesa 405. Este texto adota as alterações introduzidas pelo acordo ortográfico de 1990.

\*\*\*

Para o tratamento da temática elegida, deparei-me com várias fontes, muito diversas na sua cronologia e objetivo, mas que abordavam o domínio ptolemaico no Egito e a sua relação com Roma ou o final da República romana. Várias incidem no mesmo acontecimento, relatando-o de forma semelhante ou com novas interpretações, mas há vários episódios e factos que só se encontram relatados numa única fonte. As fontes mais antigas datam do I século a.C. e a mais recente do século IV. Assim, uma das dificuldades desta dissertação foi a conjugação e contraposição das várias fontes, que, por serem muito variadas na sua cronologia e estilo literário, nos dão diferentes relatos dos acontecimentos, por vezes até contraditórios.

Uma das fontes mais relevantes no contexto desta dissertação é Marco Túlio Cícero. Os múltiplos discursos do conhecido orador abordam diferentes temas e foram publicados ao longo do I século a.C. Muitas vezes são fonte principal para muitos acontecimentos ou são os únicos onde encontramos várias informações sobre a vida política em Roma.

Cícero viveu entre 106 e 43 a.C., sendo um contemporâneo de todos os acontecimentos que são estudados nesta dissertação. Foi questor na Sicília em 75 a.C. e no fim do mandato entrou no Senado<sup>7</sup>. As principais vantagens de ser uma fonte contemporânea derivam de o autor ter participado na ação e vida política da cidade, ter contacto direto com outras personagens importantes e ter observado diretamente os acontecimentos. Assim, trata-se de uma fonte principal que nos permite um olhar privilegiado da época. No entanto, por não ter sido apenas observador mas, também, um participante, os seus escritos não estão isentos de intenções políticas.

Por outro lado, Cícero nunca fez um trabalho histórico; todas as suas obras são discursos, tratados ou cartas. Os seus escritos não têm contexto ou enquadramento, pois este não seria necessário para os leitores a que se destinavam. Para além disso, incluem, muitas vezes, mensagens subentendidas para os seus inimigos políticos ou mensagens para os seus amigos. As frases ambíguas são, portanto, frequentes e a mudança de

---

<sup>7</sup> Leonhardt Jürge, “Cícero”, In Manfred Landfester (ed.), *Brill's New Pauly Encyclopaedia of the Ancient World*. Leiden, Brill, 2006, vol. 3, pp. 317-318.

opinião nos vários discursos também, principalmente em função do objetivo político do discurso. Assim, é sempre fulcral olhar para os acontecimentos políticos no ano em que Cícero escreveu as suas obras. Há discursos que se contradizem em vários pontos e nas personagens que apoiam ou criticam.

Para esta dissertação foi essencial consultar discursos e cartas porque normalmente os tratados não discorrem sobre a vida política de Roma. São numerosos os discursos usados como fontes para esta dissertação, sobretudo aqueles em que são frequentes as referências a Gabínio. Como existia uma rivalidade entre os dois, Cícero atacou Gabínio nos seus discursos públicos. Para o mandato de Gabínio como cônsul temos o discurso *In Pisonem* e como procônsul o *De Provinciis Consularibus*. Cícero foi obrigado a defender Gabínio nos tribunais, mas logo de seguida atacou-o quando defendeu Rabírio Póstumo, no seu discurso intitulado *Pro Rabirio Postumo*.

Também Ptolemeu XII foi tão defendido como atacado por Cícero, em vários dos seus discursos. *De Lege Agraria* e *Pro Sestio* têm alguns passos importantes sobre o rei. Toda a questão política da restauração de Ptolemeu XII ao seu trono está no discurso *De Haruspicum Responsis*. Nas cartas, lemos uma opinião mais direta, e possivelmente mais sincera, pois eram destinadas à sua família e amigos, com quem tinha confiança. As que considero relevantes são algumas cartas das coletâneas *Ad Q. Fratrem*, *Ad Atticum* e *Ad Familiares*.

Outro autor que bem conhecemos é Júlio César. As suas obras também são fulcrais para esta dissertação. Foi um agente político fulcral e definidor do final da República romana. Opositor de Pompeio e de outros *optimates*, as suas obras revelam os planos de várias personagens de relevo. E contêm detalhes que não existem em mais nenhuma fonte contemporânea dos acontecimentos. Do *Corpus Caesariarum*, *Bellum Alexandrinum*, que não tendo sido escrito por César, é especialmente necessária para o entendimento das forças gabinianas. Tanto um trabalho como outro dão-nos detalhes políticos e militares que nos ajudam a reconstruir e perceber melhor a história deste primeiro triunvirato, mas, tal como os discursos de Cícero, estão carregados de objetivos políticos, motivo principal que levou Júlio César<sup>8</sup> a publicar as obras. Para as interpretar, é preciso ir para a além da propaganda política latente nas obras de César e analisar com cuidado as afirmações do autor.

---

<sup>8</sup> Jörg Rüpke, “Caesar”, In Manfred Landfester (eds.), *Brill’s New Pauly Encyclopaedia of the Ancient World*. Leiden, Brill, 2003, vol. 2, pp. 910-912.

Apesar de César ser uma das fontes para esta dissertação, para conseguirmos estudar as suas ações neste enquadramento das relações entre Roma e o Egito dependemos também de outros autores. Para além de Cícero, como já referi, temos outros autores contemporâneos como Estrabão, Tito Lívio, Salústio e Diodoro Sículo. Os autores que narram estes acontecimentos nos séculos seguintes, são Josefo, Plutarco, Lucano, Suetónio, Valério Máximo, Dión Crisóstomo, Veleio Patérculo, Fílon de Alexandria, Apiano, Dión Cássio, Pausânias, Porfírio e Justino.

Estrabão viveu entre 64 a.C. e 24 d.C., sendo originário do Ponto, tendo viajado bastante e visitado Roma pela primeira vez em 44 a.C.<sup>9</sup> A sua obra, *Geografia*, foi construída pelas leituras do autor e pelos acontecimentos e factos que observou ao longo da sua vida. O livro XVII é dedicado ao Egito, referindo, para além da geografia desse território, a história dos Ptolemeus, incluindo a de Ptolemeu XII e o seu envolvimento político com Roma.

Tito Lívio será, provavelmente, o historiador romano mais conhecido por causa da sua obra *Ab Urbe Condita*. Viveu entre 59 a.C. e 15 d.C., sendo também contemporâneo destes acontecimentos<sup>10</sup>. Ao contrário de Cícero, as suas obras tinham um propósito histórico, de análise e, ao mesmo tempo, de registo da história de Roma. Infelizmente, não chegaram até aos nossos dias os volumes da sua famosa obra, que seriam correspondentes ao tema aqui estudado, mas chegou-nos um epítome, compilado no século IV, intitulado *Periochae*, que nos dá algumas informações relevantes, para além de uma ideia da estrutura geral da obra de Lívio.

As obras de Salústio<sup>11</sup> não dão informações concretas sobre a temática desta dissertação, mas servem-nos de fonte para outras personagens e, para pequenos acontecimentos relacionados com o nosso tema. Decidi integrar Salústio por ser um autor contemporâneo, apesar da menor relevância que as suas obras têm no contexto desta dissertação. Os fragmentos da sua obra *Historiae* aparecem algumas vezes citados ao longo do nosso trabalho.

O mesmo se aplica ao trabalho de Diodoro Sículo, que também foi um autor contemporâneo dos acontecimentos. Nasceu na Sicília e viveu entre 90 e 30 a.C. A sua obra *Biblioteca Histórica* está organizada em 40 livros que cobrem desde o início das

---

<sup>9</sup> Horace Leonard Jones, "Introduction", In Strabo, *Geography*. Cambridge, Harvard University Press, 1966, vol. 1, pp. XIII-XXX.

<sup>10</sup> B. O. Foster, "Introduction", In Livy, *History of Rome*. Cambridge, Harvard University Press, 1967, vol. 1, pp. IX-XXXVI.

<sup>11</sup> Peter Lebrecht Schmidt, "Sallustius", In Manfred Landfester (ed.), *Brill's New Pauly Encyclopaedia of the Ancient World*. Leiden, Brill, 2006, vol. 12, pp. 889-894.

civilizações até à conquista da Gália por César e têm pequenas referências relevantes para esta dissertação<sup>12</sup>.

Já no século I d.C., encontram-se referências úteis nos trabalhos de Josefo (37-100 d.C.), *Antiguidades Judaicas* e *Guerra dos Judeus*, porque são as únicas obras que relatam o papel de Gabínio na Judeia. Josefo nasceu em Jerusalém, mas tornou-se cidadão romano e viveu até ao final da sua vida em Roma. A maioria das suas pesquisas é feita no arquivo da cidade, tendo acesso a muitos dados sobre quem ocupou os cargos públicos<sup>13</sup>.

As *Vidas Paralelas* são um conjunto de livros de extrema relevância para a compreensão de várias personagens do mundo grego e romano. Do seu autor, Plutarco, não sabemos muito, apenas que nasceu por volta de 45 d.C., na Beócia, numa família abastada, o que lhe permitiu fazer várias viagens. Desconhece-se a data da sua morte, mas a sua vasta obra tem sido amplamente estudada<sup>14</sup>. Os seus livros sobre Pompeio, César, Crasso, Cícero e António têm várias referências de interesse para a nossa dissertação.

A única obra em poesia que serve como fonte para este trabalho foi escrita por Lucano, que viveu entre 39 e 65 d.C., em Roma, e fazia parte do círculo de influência do imperador Nero<sup>15</sup>. Escreveu a sua obra *Bellum Civile* usando o período conturbado do final da República romana. *Farsalos*, uma parte do seu poema, tem informações fundamentais para a compreensão de quem eram os gabinianos e qual foi o papel destes na história.

Duas obras que nos descrevem histórias que não encontramos em mais autores são *De vita caesarum*, de Suetónio<sup>16</sup>, pela sua narração da vida de Júlio César, e *Facta et dicta memorabilia*, de Valério Máximo<sup>17</sup>, por contar um episódio importante para a compreensão das consequências da presença dos gabinianos no Egito. Os dois autores

---

<sup>12</sup> Klaus Meister, “D. Siculus”, In Manfred Landfester (eds.), *Brill’s New Pauly Encyclopaedia of the Ancient World*. Leiden, Brill, 2006, vol. 4, pp. 444-445.

<sup>13</sup> M. A. Thackeray, “Introduction”, In Josephus, *The Life, Against Apion*. Cambridge: Harvard University Press 1926, vol. 1, pp. VII-XX.

<sup>14</sup> Matthias Balter, “Plutarch”, In Manfred Landfester (eds.), *Brill’s New Pauly Encyclopaedia of the Ancient World*. Leiden, Brill, 2006, vol. 11, pp. 410-423.

<sup>15</sup> David T. Vessey, “Lucanus”, In Manfred Landfester (eds.), *Brill’s New Pauly Encyclopaedia of the Ancient World*. Leiden, Brill, 2006, Vol. 7, pp. 829-832.

<sup>16</sup> G. P. Goold, “The life and works of Suetonius” In Suetonius, *The Lives of the Caesars*. Cambridge, Harvard University Press, 1979, vol. 1, pp. IX-XIV.

<sup>17</sup> Jörg Rüpke, “V. Maximus”, In Manfred Landfester (eds.), *Brill’s New Pauly Encyclopaedia of the Ancient World*. Leiden, Brill, 2006, vol. 15, pp. 193-194.

são romanos e, nas suas obras, encontramos estes factos que não foram reproduzidos por mais nenhum autor. Tornam-se, assim, indispensáveis para este trabalho.

Outros autores do século I d.C., que aqui são usados como fontes, mas serão apenas referidos pontualmente, são Díon Crisóstomo<sup>18</sup>, Veleio Patérculo<sup>19</sup> e Fílon de Alexandria<sup>20</sup>. Estes autores repetem factos e histórias já contados por outros, mas para o rigor e qualidade expectáveis de um trabalho científico a referência à sua existência é obrigatória.

No século II d.C., encontramos dois autores muito importantes para a literatura histórica: Apiano<sup>21</sup> e Díon Cássio<sup>22</sup>. As suas obras são importantíssimas para a construção histórica por causa da pesquisa feita para cada uma das duas obras. As obras de Apiano que servem como fonte desta tese são: *Guerras Civis*, *Illyrica*, *Guerras Sírias* e *Mitridáticas*. De Díon Cássio são usados alguns livros da sua *História Romana*, que analisam todo o período estudado nesta dissertação. Ambos os autores são fulcrais para este trabalho pelas longas explicações e detalhes com que narram os acontecimentos. As suas obras, por não serem contemporâneas, podem ter sido adulteradas pelo tempo ou pelas ideologias, mas a sua riqueza de informações é um grande contributo para esta dissertação.

Para terminar esta descrição e análise das fontes relevantes para este estudo, indicamos os autores que viveram no século II d.C. e posteriormente, mas que, apesar de as suas obras serem importantes no contexto aqui analisado, só serão mencionados pontualmente. Ainda no século II temos Pausânias<sup>23</sup> que, na sua *Descrição da Grécia*, aflora alguns dos acontecimentos no Egito e de alguns problemas na política ptolemaica. No século III, Porfírio<sup>24</sup>, cujo trabalho se encontra compilado nas *Crónicas*

---

<sup>18</sup> J. W. Cohoon, "Introduction", In Dio Chrysostom, *Discourses*. Cambridge, Harvard University Press, 1961, vol. 1, pp. IX-XVI.

<sup>19</sup> Gernot Krapinger, "V. Paterculus", In Manfred Landfester (eds.), *Brill's New Pauly Encyclopaedia of the Ancient World*. Leiden, Brill, 2006, Vol. 15, pp. 265-266.

<sup>20</sup> David T. Runia, "Ph. Of Alexandria" In Manfred Landfester (eds.), *Brill's New Pauly Encyclopaedia of the Ancient World*. Leiden, Brill, 2006, vol. 11, pp. 55-61.

<sup>21</sup> Horace White, "Introduction" In Appian, *Roman History*. Cambridge, Harvard University Press, 1972, vol. 1, pp. VII-XII.

<sup>22</sup> Earnest Cary, "Introduction", In Cassius Dio, *Roman History*. Cambridge, Harvard University Press, 1914, vol. 1, pp. VII-XXIV.

<sup>23</sup> Alice A. Donohue, "P., the Periegete", In Manfred Landfester (eds.), *Brill's New Pauly Encyclopaedia of the Ancient World*. Leiden, Brill, 2006, vol. 10, pp. 648-652.

<sup>24</sup> Harmon Roger, "Porphyron", In Manfred Landfester (eds.), *Brill's New Pauly Encyclopaedia of the Ancient World*. Leiden, Brill, 2006, vol. 11, pp. 645-652.



de Eusébio<sup>25</sup>, debate o problema da legitimidade de Ptolemeu XII e outras questões, já referidas por outros autores, da corte ptolemaica.

Já no século IV, Justino<sup>26</sup> compila os textos de Pompeio Trogo<sup>27</sup> que refletem brevemente sobre a questão de Cirene como «herança» ptolemaica para os romanos; Eutrópio<sup>28</sup> também nos fala de acontecimentos entre os Ptolemeus e os Romanos, mas na sua maioria as datas estão erradas, sendo por isso uma fonte a usar com muita cautela e ponderação.

\*\*\*

A investigação histórica sobre a dinastia ptolemaica e o final da República romana é demasiado vasta para se poder construir uma história da investigação completa. Como o tema desta dissertação é a relação entre Roma e o Egito no século I a.C. com foco na ligação política de duas personagens, iremos falar da história da investigação sobre essas personagens. Ao mesmo tempo, referiremos, quando for pertinente, outros estudos importantes sobre as relações entre Roma e o Egito.

Estas duas temáticas (Roma Republicana e Egito Ptolemaico) tiveram tratamentos muito diferentes ao longo dos tempos. A República romana foi continuamente estudada e as suas figuras foram investigadas e analisadas, as suas batalhas e momentos decisivos foram alvo de muitos estudos e foi sempre considerada relevante. Em contraste, o Egito ptolemaico era visto como menor nos estudos de egiptologia<sup>29</sup>. Não era considerado tão relevante como o Egito faraónico pelos egiptólogos e também não era considerado relevante pelos classicistas que, quando estudavam o helenismo, raramente iam para além de Alexandre, o Magno. Mas as novas gerações de historiadores estão mais conscientes da necessidade de especialistas que estudem estas realidades a fundo<sup>30</sup>.

---

<sup>25</sup> Ariane Magny, *Porphyry in Fragments: Reception of an Anti-Christian Text in Late Antiquity*. Londres e Nova Iorque, Routledge, 2016, pp.43-46.

<sup>26</sup> Peter Lebrecht Schmidt, “M. Iunian(i)us I.”, In Manfred Landfester (eds.), *Brill’s New Pauly Encyclopaedia of the Ancient World*. Leiden, Brill, 2006, Vol. 6, pp. 1140-1141.

<sup>27</sup> Christian Müller, “P. Trogus”, In Manfred Landfester (eds.), *Brill’s New Pauly Encyclopaedia of the Ancient World*. Leiden, Brill, 2006, Vol. 11, pp. 572-574.

<sup>28</sup> Portmann Werner, “Eutropius”, In Manfred Landfester (ed.), *Brill’s New Pauly Encyclopaedia of the Ancient World*. Leiden, Brill, 2006, Vol. 5, pp. 238-239.

<sup>29</sup> José das Candeias Sales, “The Ptolemies: An unloved and unknown dynasty. Contributions to a different perspective and approach”, in Rogério Sousa, Maria do Céu Fialho, Mona Haggag, Nuno Simões Rodrigues (eds.) *Alexandrea ad Aegyptum: The legacy of multiculturalism in Antiquity*. Porto, Edições Afrontamento, 2013, pp. 35-37.

<sup>30</sup> J.G. Manning, *Egypt under the Ptolemies, 305-30 BC*. Princeton, Princeton University Press, 2010, pp. 31-32.

A principal dificuldade existente para o estudo da figura de Ptolemeu XII é o ser considerado uma personagem irrelevante e pequena no âmbito da dinastia ptolemaica. O retrato negativo deixado pelas fontes antigas romanas influenciou bastante os primeiros estudiosos deste monarca. A segunda é ter tido uma filha que se tornou tão conhecida e cuja história captou o interesse do público. Toda a fixação em Cleópatra VII e nos seus romances com generais romanos fez com que a história das relações do seu pai com Roma ficasse em segundo plano.

A comprovar esta subalternização da figura de Ptolemeu XII em relação à de Cleópatra VII, o primeiro estudo de relevância que deve ser referido para a figura de Ptolemeu XII é *The history of Cleopatra* de Jacob Abbot<sup>31</sup>. Esta obra de 1858 descreve-nos Ptolemeu XII como um rei bastardo completamente abandonado aos luxos, que só se preocupava com festas e em tocar flauta (daí o epíteto de Auleta). Mas, em 1927, no grande estudo *The House of Ptolemy* de Edwyn Robert Bevan<sup>32</sup>, já encontramos uma análise diferente de Ptolemeu XII. Este autor analisa todos os reis (e algumas rainhas) da dinastia ptolemaica, fazendo a clara distinção do que é fonte literária romana, grega ou arqueológica, mostrando uma diversidade de interpretações possíveis para o rei ptolemaico. Todos os estudos seguintes demonstram mais cuidado na análise que fazem desta personagem de Ptolemeu XII.

A obra, escrita em 1963 por Edmund Bloedow e intitulada *Beiträge zur Geschichte des Ptolemaios XII*<sup>33</sup>, apresenta-se como um dos poucos exemplos de uma obra totalmente dedicada a este rei, apesar das várias obras que estudam a dinastia ptolemaica. Mesmo avançando nos anos, não se encontra nenhuma obra dedicada a Ptolemeu XII, apenas entradas ou menções numa história mais geral ou com o foco na relação política com Roma.

Assim, as obras referidas de seguida têm um capítulo, ou até menos, sobre Ptolemeu XII. Em *Cleopatra*<sup>34</sup>, de 1972, escrito por Michael Grant, mais uma vez, o estudo da figura de Ptolemeu XII é feito apenas com o objetivo de perceber Cleópatra VII, no capítulo «Cleopatra's Father». A obra *Egypt after the Pharaohs, 332 BC, from*

---

<sup>31</sup> Jacob Abbot, *The History of Cleopatra*. New York, Harpers&Brothers, 1860.

<sup>32</sup>Disponível

<http://penelope.uchicago.edu/Thayer/E/Gazetteer/Places/Africa/Egypt/Texts/BEVHOP/home.html>  
(Consultado a 20 de janeiro de 2016)

<sup>33</sup> E. Bloedow, *Beiträge zur Geschichte des Ptolemaios XII*. Diss. Würzburg, 1963.

<sup>34</sup> Michael Grant, *Cleopatra*. Essex, Phoenix Books, 2011.

*Alexander to the Arab Conquest*, de Alan K. Bowman<sup>35</sup>, abrange uma larga cronologia, de 332 a.C. a 642 d.C., sendo, por isso, a sua menção de Ptolemeu XII apenas passageira. Na obra *A vida quotidiana do Egipto no tempo de Cleópatra (180-30 a.C.)* de Michel Chauveau<sup>36</sup>, o governo de Ptolemeu XII é brevemente abordado, mas construindo a imagem negativa de um rei descontrolado e amante do luxo.

Também em 1997 foi escrito um artigo essencial para esta dissertação e publicado na revista *Historia: Zeitschrift für Alte Geschichte*. Intitula-se «Ptolemy XII and The Romans» e a sua autora é Mary Siani-Davies<sup>37</sup>. Este artigo analisa, em grande detalhe, o governo de Ptolemeu XII e os acontecimentos que o influenciaram e limitaram, assim como faz referência a várias personagens pouco mencionadas noutros trabalhos. Em 2001, é traduzida para inglês a obra de Günther Hölbl, escrita em 1994, intitulada *Geschichte des Ptolemäerreiches*<sup>38</sup>, que tem um capítulo dedicado à história do governo de Ptolemeu XII.

Em 2005, é publicada a tese de doutoramento de José das Candeias Sales, *Ideologia e Propaganda Real no Egipto Ptolomaico (305-30 a.C.)*<sup>39</sup>. Além de ser dos poucos estudos portugueses sobre a dinastia ptolemaica, faz uma análise cuidada e minuciosa dos símbolos de propaganda real usados por cada rei. Esta obra é, por isso, fundamental para compreender os símbolos egípcios e helenísticos usados por Ptolemeu XII durante o seu governo.

As monografias mais recentes, que mencionam o rei Ptolemeu XII, são todas biografias de Cleópatra VII. Também outras biografias, que já mencionei acima, têm um capítulo sobre o pai de Cleópatra antes de começarem a discorrer sobre a vida da última rainha do Egipto. As obras que quero realçar pela qualidade da sua investigação são: *The Reign of Cleopatra*, de Stanley M. Burstein (2004)<sup>40</sup>; *Cleopatra: A Sourcebook*, de Prudence J. Jones (2004)<sup>41</sup>; *Cleopatra and Egypt*, de Sally-Ann Ashton

---

<sup>35</sup> A. K. Bowman, *Egypt after the Pharaohs, 332BC from Alexander to the Arab Conquest*. Berkeley, University of California Press, 1996.

<sup>36</sup> M. Chauveau, *A vida quotidiana do Egipto no tempo de Cleópatra (180-30 a.C.)*. Lisboa, Edição «Livros do Brasil», 1997.

<sup>37</sup> Mari Siani-Davies, “Ptolemy XII and the Romans”, *Historia: Zeitschrift für Alte Geschichte*, Bd. 46, H. 3, 3rd Qtr 1997, pp. 306-340.

<sup>38</sup> G. Hölbl, *A History of the Ptolemaic Empire*. Londres e Nova Iorque, Routledge Ltd, 2001.

<sup>39</sup> José das Candeias Sales, *Ideologia e Propaganda Real no Egipto Ptolomaico (305-30 a.C.)*. Lisboa, Fundação para a Ciência e Tecnologia, Fundação Calouste Gulbenkian, 2005.

<sup>40</sup> S. M. Burstein, *The Reign of Cleopatra*. Londres, Greenwood Press, 2004.

<sup>41</sup> Prudence J. Jones, *Cleopatra: A Sourcebook*. Oklahoma, Oklahoma University Press, 2006.

(2008)<sup>42</sup>; *Cleopatra, Last Queen of Egypt*, de Joyce Tyldesley (2008)<sup>43</sup> e *Cleopatra: A Biography*, de Duane W. Roller (2010)<sup>44</sup>.

O estudo da personagem de Aulo Gabínio tem uma história diferente, porque, apesar de ser considerada uma personagem secundária na história política de Roma, existem várias obras e artigos dedicados especificamente à sua carreira política. Em primeiro, um livro de 1892, intitulado *Aulo Gabínio e i suoi processi*, escrito por Giuseppe Stocchi<sup>45</sup>. Depois, um artigo publicado, em 1939, na revista *Transactions and Proceedings of the American Philological Association*, intitulado «The Career of Aulus Gabinius»<sup>46</sup>, que faz uma análise importante da figura de Gabínio, criticando e contrapondo o retrato negativo feito por Cícero e também demonstra a importância do papel político de Gabínio, muitas vezes subestimado. A monografia seguinte, *The Political Career of Aulus Gabinius* de Nancy Rebecca Pearce<sup>47</sup>, escrita em 1957, indica uma continuidade nos estudos sobre a carreira política desta personagem.

Ainda em 1957, aparece um artigo da revista *Israel Exploration Journal* intitulado «The Partition of Judaea by Gabinius»<sup>48</sup>, dedicado apenas a uma parte da carreira de Gabínio: o seu tempo como procônsul da Síria e, em concreto, as mudanças que provocou na Judeia. Dois anos depois, na revista *Philologus*, Ernst Badian publica um artigo designado «The early career of A. Gabinius (Cos. 58 B.C.)»<sup>49</sup> que faz a genealogia e conta o início da carreira desta personagem. É um artigo essencial para a compreensão das origens de Gabínio e do seu importante papel como subordinado de Pompeio.

Na década de 70, há dois artigos importantes a realçar: «The Trials of Gabinius in 54 B.C.», na revista *Historia: Zeitschrift für Alte Geschichte*, escrito por Elaine Fantham<sup>50</sup>, que descreve todo o processo de julgamento a que Gabínio foi submetido depois de ter restaurado Ptolemeu XII no seu trono. O outro artigo, «The role of

---

<sup>42</sup> Sally-Ann Ashton, *Cleopatra and Egypt*. Oxford, Blackwell Publishing, 2008.

<sup>43</sup> Joyce Tyldesley, *Cleopatra, Last Queen of Egypt*. Londres, Profile Books, 2008.

<sup>44</sup> C. W. Roller, *Cleopatra: A Biography*. Oxford, University Press, 2010.

<sup>45</sup> Stocchi, *Aulo Gabínio e i suoi processi*. Firenze, S.Landi, 1892.

<sup>46</sup> Eva Mathews Sanford, «The Career of Aulus Gabinius», *Transactions and Proceedings of the American Philological Association*, vol. 70, 1939, pp. 64-92.

<sup>47</sup> Nancy Rebecca Pearce, *The Political Career of Aulus Gabinius*. Berkeley, University of California, 1957.

<sup>48</sup> B. Kanael, «The Partition of Judaea by Gabinius», *Israel Exploration Journal*. Vol. 7, nº2, Israel: Israel Exploration Society, 1957, pp. 98-106.

<sup>49</sup> E. Badian «The early career of A. Gabinius (Cos. 58 B.C.)», *Philologus, Zeitschrift für antike Literatur und ihre Rezeption*. vol. 103, Issue 1-2, Dezembro de 1959, pp. 87-99.

<sup>50</sup> Elaine Fantham, «The trials of Gabinius in 54 B.C.», *Historia: Zeitschrift für Alte Geschichte*, Bd. 24, H. 3, 3rd Qtr., 1975, pp.425-443.

Amicitia in the career of A. Gabinius», de Richard S. Williams, publicado na revista *Phoenix*<sup>51</sup>, foca-se nas relações e influências que ajudaram a carreira política de Gabínio.

Já nos anos 80, conseguimos encontrar informação sobre Aulo Gabínio em monografias como *Jews under Roman rule: From Pompey to Diocletian*, de E. Mary Smallwood<sup>52</sup>. Esta monografia contextualiza e descreve as ações de Gabínio na Judeia, que são fulcrais para perceber também as suas decisões no Egito. Em 1983, Gabínio e a Judeia continuam a ser tema de estudo com o artigo «Gabinius, Caesar, and the publicani of Judaea» na revista *Klio - Beiträge zur Alten Geschichte*, de David C. Braund<sup>53</sup>. No ano seguinte, aparece uma biografia intitulada *Aulus Gabinius: A Political Biography*, escrita por Richard Stanley Williams<sup>54</sup>, que demonstra o contínuo interesse na carreira política de Gabínio. O último artigo que quero destacar foi publicado em 1985, na revista *The Classical Journal*, e é intitulado «Rei Publicae Causa: Gabinius' Defense of His Restoration of Ptolemy Auletes» e também da autoria de Richard Stanley Williams<sup>55</sup>. Foca-se na defesa usada por Gabínio para justificar a intervenção militar que efetuou no Egito para repor o rei no trono. Posteriormente, a história de Gabínio funde-se com a história da conquista do Egito por Roma, só sendo estudado em monografias dedicadas ao tema.

No âmbito do estado da arte para esta dissertação, devemos referir também vários estudos sobre as relações entre Roma e o Egito. O estudo, da autoria de Leslie H. Neatby, foi publicado, no ano de 1950, na revista *Transactions and Proceedings of the American Philological Association*, sob o título «Roman-Egyptian Relations during the Third Century B. C.»<sup>56</sup>. Apesar de não estar dentro da cronologia desta dissertação é um marco importante nos estudos desta temática. Já sobre a relação entre Roma e o Egito, nos finais da República romana, é publicada, em 1963, a monografia *Rom und Ägypten von 116 bis 51 v. Chr.*, de Eckart Olshausen<sup>57</sup>.

---

<sup>51</sup> Richard S. Williams, «The role of “Amicitia” in the career of A. Gabinius», *Phoenix*, vol. 32, No. 3, 1978, pp. 195-210.

<sup>52</sup> E. A. Smallwood, *The Jews under Roman rule. From Pompey to Diocletian*. Brill, Leiden, 1981.

<sup>53</sup> David C. Braund, “Gabinius, Caesar, and the publicani of Judaea”, *Klio - Beiträge zur Alten Geschichte*, Volume 65, Issue 1-2, Feb. 1983, pp. 241-244.

<sup>54</sup> Richard S. Williams, *Aulus Gabinius: A Political Biography*. Ann Arbor, University Microfilms International, 1984.

<sup>55</sup> Richard S. Williams, “Rei Publicae Causa: Gabinius' Defense of His Restoration of Ptolemy Auletes”, *The Classical Journal*, vol. 81, no. 1, Oct.-Nov., 1985, pp. 25-38.

<sup>56</sup> Leslie H. Neatby, “Romano-Egyptian Relations during the Third Century B. C.”, *Transactions and Proceedings of the American Philological Association*, vol. 81, 1950, pp. 89-98.

<sup>57</sup> E. Olshausen, *Rom und Ägypten von 116 bis 51 v. Chr.* Diss. Nuremberg, 1963.

Na década seguinte, logo em 1970, começa a publicação dos volumes da *Cambridge Ancient History*. Apesar de não ser bibliografia especializada na história das relações entre Roma e Egito, lá encontramos todos os contactos entre os dois poderes desde 273 a.C. No ano seguinte, o artigo “The Egyptian Question in Roman Politics 59-54 BC”, de L. Shatzman<sup>58</sup>, aborda precisamente a questão tratada nesta dissertação e analisa todas as personagens envolvidas nesta ambivalência política e económica.

O artigo *Royal Wills and Rome*, de 1983, escrito por D.C. Braund<sup>59</sup>, analisa, de forma pertinente, a questão dos testamentos helénicos, a interpretação de Roma em relação a estes e o que acontece ao território que consta na herança. O estudo dos testamentos, mesmo sem a existência do documento, é importantíssimo para compreender a política de Roma em relação aos reis clientes ou aliados. No ano seguinte, foram publicadas duas monografias: *Roman Foreign Policy in the East: 168 BC to AD 1*, por Adrian Nicholas Sherwin-White<sup>60</sup>, que abrange todos os territórios do Oriente e as políticas levadas a cabo em cada um dos territórios, e *Rome and the Friendly King: The Character of the client kingship*, de David Braund<sup>61</sup>, que se foca no estudo dos reis clientes e das normas que tinham de respeitar para continuarem a ser aliados e clientes de Roma. Já em 1988, surge um artigo com um tema diferente: as tropas romanas que ficaram no Egito. Trata-se de “L’ armée romaine d’Égypte de 55 à 30 av. J.C.”, de E. Van’t Dack<sup>62</sup>. Sem dúvida um artigo importante e pioneiro para o estudo da presença da primeira guarnição romana no Egito.

No primeiro ano da década de 90, é publicado *Near Eastern Royalty and Rome, 100-30 BC*, escrito por Richard Sullivan<sup>63</sup>. O autor analisa e estuda as relações políticas de Roma com a Ásia Menor, o Levante, o Egito e as monarquias para lá do Eufrates, dividindo o livro em duas partes: de 100 a 70 a.C. e de 69 a 30 a.C. No ano seguinte, Andrew Erskine publica “Hellenistic Monarchy and Roman Political Invective” na revista *The Classical Quarterly*<sup>64</sup> e continua o estudo das decisões políticas tomadas por Roma em relação às monarquias helenísticas. Em 1998, Anssi Lampela defende uma

---

<sup>58</sup> L. Shatzman, “The Egyptian Question in Roman Politics 59-54 BC”, *Latomus*, 30, 1971, pp.363-369.

<sup>59</sup> D.C. Braund, *Royal Wills and Rome*, Papers of the British School at Rome, 51, 1983, pp.16-57.

<sup>60</sup> A. N. Sherwin-White, *Roman Foreign Policy in the East: 168 BC to AD 1*. Londres, Duckworth, 1984.

<sup>61</sup> D.C. Braund, *Rome and the Friendly King: The Character of the client kingship*. Londres, Routledge, 1984.

<sup>62</sup> E. Van’t Dack, “L’ armée romaine d’Égypte de 55 à 30 av. J.C.”, *Studia Hellenistica, Ptolemaica Selecta*. 29, 1988, 187, n. 4.

<sup>63</sup> R. D. Sullivan, *Near Eastern Royalty and Rome, 100-30 BC*. Toronto, University of Toronto Press, 1990.

<sup>64</sup> Andrew Erskine, “Hellenistic Monarchy and Roman Political Invective”, *The Classical Quarterly New Series*, vol. 41, no. 1, 1991, pp. 106-120.

dissertação intitulada *Rome and the Ptolemies of Egypt: Development of their Political Relations, 273-80 BC*<sup>65</sup>, acrescentando mais um trabalho especializado a esta temática, tantas vezes ignorada.

Mais recentemente foram publicadas, em 2012, *Actium 31 BC – Downfall of Antony and Cleopatra* e *António e Cleópatra*, de Si Sheppard<sup>66</sup> e Adrian Goldsworthy<sup>67</sup>, respetivamente, que, apesar de se focarem nos acontecimentos posteriores, recuam e analisam os eventos no reinado de Ptolemeu XII para contextualizarem o reinado de Cleópatra VII. Em 2013, da colecção “Roman Conquest”, na editora Pen&Sword Military, é publicado um volume dedicado à conquista do Egito e da Judeia intitulado *Egypt and Judaea (Roman Conquest)*<sup>68</sup>. O proconsulado de Gabínio e o reinado de Ptolemeu XII são considerados parte da conquista romana do Egito e são principalmente estudados a nível militar e político. Os últimos dois artigos a destacar são de Bernard Legras e foram ambos publicados no ano de 2014: “Expériences romaines dans le royaume lagide sous Ptolémée XII et Cléopâtre VII”<sup>69</sup> e “Les Romains en Égypte, de Ptolémée XII à Vespasien”<sup>70</sup>. Estes textos voltam a trazer para o debate científico as políticas romanas no Egito e as suas motivações.

Posto isto, iniciemos a nossa digressão e incursão pela história dos contactos entre Roma e o Egito, nas vertentes militar e política, em torno das nossas personagens: Ptolemeu XII e Gabínio.

---

<sup>65</sup> C. A. Lampela, *Rome and the Ptolemies of Egypt: Development of their Political Relations, 273-80 BC*. Helsinquia, Societas Scientiarum Fennica, 1998.

<sup>66</sup> Si Sheppard, *Actium 31 BC – Downfall of Antony and Cleopatra*. Oxford, Osprey Publishing, 2009.

<sup>67</sup> Adrian Goldsworthy, *António e Cleópatra*. Lisboa, A Esfera dos Livros, 2012.

<sup>68</sup> John D. Grainger, *Egypt and Judaea (Roman Conquest)*. South Yorkshire, Pen&Sword Military, 2013.

<sup>69</sup> Bernard Legras, “Expériences romaines dans le royaume lagide sous Ptolémée XII et Cléopâtre VII”, *L’Imperium Romanum en perspective*, 2014, pp. 269-282.

<sup>70</sup> Bernard Legras, “Les Romains en Égypte, de Ptolémée XII à Vespasien”, *Pallas: Revue d’ Études Antiques*, 96: *Le monde romain de 70 av. J.-C à 73 apr. J.-C*, 2014, pp. 271-284.





# I

## Ptolemeu XII *Neos Dionisos Auleta*

«Assim começa o lamentável reinado de Ptolomeu XII e de Cleópatra VI, pomposamente designados como os “deuses Filopator e Filadelfa”, mas o novo Ptolemeu levava a sua devoção pelo patrono dos êxtases e das artes ao ponto de adoptar o epíteto de “novo deus Dionísio”, mas é mais conhecido pelo cognome de “Flautista” (Auletes).»

Michel Chauveau, *A vida quotidiana do Egipto no tempo de Cleópatra (180-30 a.C.)*. Lisboa, Edição «Livros do Brasil» Lisboa, 2000, p.22.

### 1. As origens e questões dinásticas

A chegada ao poder de Ptolemeu XII em 80 a.C. foi consequência de dois acontecimentos: o conflito entre vários membros da dinastia ptolemaica, Ptolemeu IX Sóter II Látiro (r. 116-107 a.C.; 88-80 a. C.), Cleópatra III (161-101 a. C.) e Ptolemeu X Alexandre I (r. 107-88 a. C.), que durou cerca de 28 anos e desagregou a estrutura dinástica, seguido pelo assassinato de Ptolemeu XI Alexandre II (r. 80 a. C.), que fragilizou consequentemente o poder ptolemaico e os seus domínios. A guerra civil começou em 116 a. C., após a morte do rei Ptolemeu VIII. A rainha viúva Cleópatra III tinha agora de escolher qual dos seus dois filhos, Ptolemeu IX ou Ptolemeu X, seria rei do Egipto, enquanto era regente de ambos<sup>71</sup>.

Foi neste ambiente de conflito que nasceu Ptolemeu XII. Não conhecemos a data, mas estima-se que terá sido entre 115 e 112 a. C. Não existem certezas sobre se é filho da rainha Cleópatra V Selene (131-69 a. C.) ou de uma concubina de Ptolemeu IX. Tinha dois meios-irmãos mais velhos, Ptolemeu XI Alexandre II e Berenice III (120-80 a. C.), do primeiro casamento de Ptolemeu IX com a irmã, Cleópatra IV (c. 138/135-112 a. C.). Tinha também outro irmão, Ptolemeu (conhecido como Ptolemeu de Chipre, r. 80-58 a. C.), e uma irmã, Cleópatra VI (c. 95-69/57 a. C.), que seriam mais novos<sup>72</sup>. Depois de anos de instabilidade política, durante os quais Ptolemeu IX e Ptolemeu X foram obrigados, por diversas ocasiões e alternadamente, a procurar refúgio em Chipre

---

<sup>71</sup> A. K. Bowman, *Egypt after the Pharaohs, 332BC from Alexander to the Arab Conquest*. Berkeley, University of California Press, 1996, pp. 235-236.

<sup>72</sup> Michel Chauveau, *Op. Cit.*, pp.218-219.

devido à sua disputa, Ptolemeu IX foge uma última vez para Chipre, no ano 107 a.C., e fica estabelecido na ilha por ter sido acusado de planejar matar Cleópatra III<sup>73</sup>.

Em 103 a.C., os três jovens príncipes, conhecidos como Ptolemeu XI, Ptolemeu XII e Ptolemeu do Chipre quando sobem ao trono, são enviados por Cleópatra III para a ilha de Cós para permanecerem em segurança<sup>74</sup>. A guerra civil tornara-se mais agressiva e a rainha sabia que era preciso garantir a sobrevivência dos príncipes para assegurar a continuidade da dinastia. A rainha regente morre em 101 a.C., provavelmente assassinada por Ptolemeu X, e este continua a governar com a sua mulher, Berenice III. A situação de desordem alastra a todo o território do Egito e as revoltas tornam-se frequentes. A influência ptolemaica estava a cair rapidamente. Desta forma, os problemas com a população aumentavam e, também, com a corte alexandrina. O controlo da Cirenaica foi definitivamente perdido<sup>75</sup>, pois, em 96 a.C., Ptolemeu Ápio (r. c.116-96 a.C.) morre e, seguindo o exemplo de seu pai, deixa o território em testamento ao Senado romano<sup>76</sup>. Quando o Senado romano toma conhecimento desta herança, apodera-se do território<sup>77</sup>.

Entre 89 e 88 a.C. houve uma grande revolta em Alexandria, um culminar de toda a instabilidade que se vivia no território<sup>78</sup>. A corte, numa tentativa de restabelecer a ordem no Egito, exigia que Ptolemeu IX voltasse de Chipre para ocupar o trono. Ptolemeu X vê-se obrigado a fugir, mas foi morto no mar entre a Lícia e Chipre, muito provavelmente enquanto lutava com as forças do seu irmão. Ptolemeu IX volta ao trono em 88 a.C., associando-se a Berenice III. Durante o seu segundo reinado, recusa-se a

---

<sup>73</sup>Joyce Tyldesley, *Chronicle of the Queens of Egypt, From early dynastic times to the death of Cleopatra*. Londres, Thames&Hudson, 2006, pp.196-199.

<sup>74</sup>S. M. Burstein, *The Reign of Cleopatra*. Londres, Greenwood Press, 2004, p.90.

<sup>75</sup>A Cirenaica era governada pelo rei do Egito, mas um conflito, em 163 a.C., entre Ptolemeu VI e Ptolemeu VIII, levou que o segundo ficasse a governar este território. Quando subiu ao trono do Egito, Ptolemeu VIII voltou a unir a governação dos dois territórios. Como garantia, fez um testamento que ditava que, se morresse sem herdeiros, Roma seria a herdeira dos domínios ptolemaicos. Porém, tendo herdeiros, deixou o território em testamento ao seu filho ilegítimo, hoje conhecido como Ptolemeu Ápio. Assim, entre 108 e 109 a.C., a Cirenaica deixou de ser controlada pela corte alexandrina e Ptolemeu Ápio passou a governar o território individualmente. Vide: BRAUND, D. "Royal Wills and Rome", *Papers of British School at Rome*. Londres, British School at Rome, Vol.51, 1983, pp. 16-57.

<sup>76</sup>*Liv. Per. 70*. Gareth C. Sampson, *The Collapse of Rome, Marius, Sulla & The 1st Civil War (91-70 BC)*. South Yorkshire, Pen&Sword Military, 2013, p.222.

<sup>77</sup>O território da Cirenaica só se torna província romana em 74 a.C., mas foi administrado pelos romanos até ser província.

<sup>78</sup>Nesta altura, começa a guerra civil entre Mário e Sula, o que permite a Ptolemeu IX manter uma política neutral em relação aos Romanos. Gareth C. Sampson, *The Collapse of Rome, Marius, Sulla & The 1st Civil War (91-70 BC)*. South Yorkshire, Pen&Sword Military, 2013, pp.106-107.

ajudar os romanos na guerra contra o rei do Ponto, Mitridates VI (r. 120-63 a.C.), mas só ficaria no trono por 8 anos; viria a morrer em 80 a.C. sem herdeiros designados<sup>79</sup>.

Entretanto, os três jovens príncipes que ficaram em Cós, de extrema importância para o mapa dinástico da região, foram feitos reféns, entre 88 e 86 a.C., por Mitridates VI, durante a guerra deste com Roma. Foram raptados e prometidos pelo rei do Ponto às suas filhas, Mitridatis e Nissa<sup>80</sup>, para que, no futuro, este conseguisse aumentar a sua influência nos territórios ptolemaicos<sup>81</sup>. Mas os planos de Mitridates VI são travados pela fuga de Ptolemeu XI Alexandre II para junto de Lúcio Cornélio Sula (139-78 a.C.)<sup>82</sup>, durante uma batalha entre as legiões romanas e o exército de Mitridates VI, em 84 a.C. Sula não era desconhecido dos ptolemaicos, pois já tinha tido diversos contactos com a dinastia. Um desses contactos terá ocorrido em 87-86 a.C., quando enviou ao Egito o seu questor Lúcio Licínio Luculo (118-56 a.C.), sob o motivo de angariar uma frota para apoiar na luta contra Mitridates VI. No entanto, o verdadeiro objetivo era averiguar a riqueza do reino do Egito<sup>83</sup>.

Portanto, Ptolemeu XI vai para Roma e vive na cidade, mas não podemos deixar de o considerar um refém político. Depois da morte de Ptolemeu IX, Sula decide enviá-lo para Alexandria para suceder ao seu pai, ficando o novo rei ptolemaico profundamente ligado a Roma<sup>84</sup>. Casa-se com Berenice III, pois esta procurava um marido com quem governar, mas o seu reinado não dura muito. Ptolemeu XI decide assassinar a rainha, porque esta tinha uma grande influência na corte e junto da população. O assassinato de Berenice III provoca uma reação violenta entre os que apoiavam a rainha<sup>85</sup>. O novo rei é assassinado passados vinte dias de reinado sem ter qualquer herdeiro.

Não existe qualquer registo da vida de Ptolemeu XII durante estes seis ou oito anos: ou terá continuado junto de Mitridates ou também terá sido levado por Sula, com o seu meio-irmão, tendo vivido em Roma. Ptolemeu de Chipre deverá ter ficado junto de Ptolemeu XII, porque também não existem registos sobre a vida deste príncipe

---

<sup>79</sup> Michel Chauveau, *A vida quotidiana do Egito no tempo de Cleópatra (180-30 a.C.)*. Lisboa, Edição «Livros do Brasil» Lisboa, 2000, pp.20-21.

<sup>80</sup> App. *Mith.* 16.111

<sup>81</sup> S. M. Burstein, *The Reign of Cleopatra*. Londres, Greenwood Press, 2004, p.90.

<sup>82</sup> Gareth C. Sampson, *Op. Cit.* 2013, pp.106-107.

<sup>83</sup> Plut. *Vit. Luc.* II. 4-III.I.

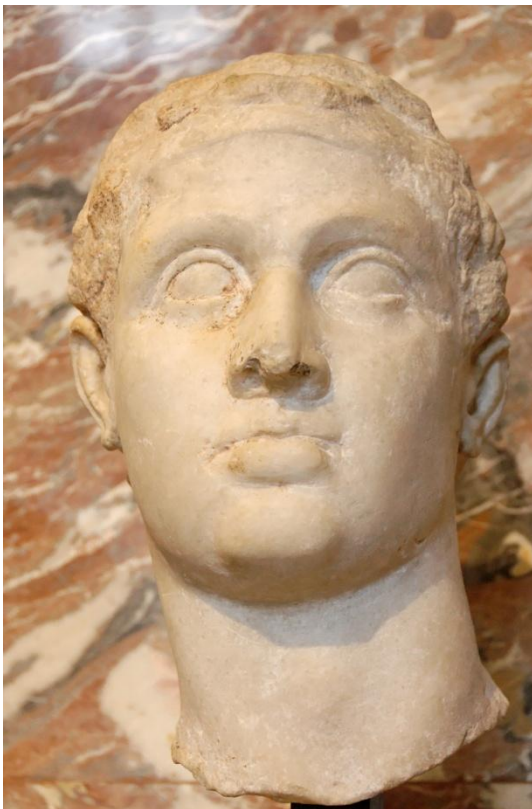
<sup>84</sup> App. *B. Civ.* 1. 102. Assim, Sula interfere diretamente na política ptolemaica, demonstrando já uma vontade do poder romano de controlar o Egito. Gareth C. Sampson, *The Collapse of Rome, Marius, Sulla & The 1st Civil War (91-70 BC)*. South Yorkshire, Pen&Sword Military, 2013, p.156.

<sup>85</sup> Michel Chauveau, *A vida quotidiana do Egito no tempo de Cleópatra (180-30 a.C.)*. Lisboa, Edição «Livros do Brasil» Lisboa, 2000, p.21.

durante estes anos. Não sabemos como é que os dois irmãos chegaram ao Egito, mas em 80 a.C. encontravam-se em Alexandria. Todos os herdeiros legítimos ao trono tinham sido assassinados. Dos filhos de Ptolemeu IX só continuavam vivos Ptolemeu XII, Ptolemeu de Chipre e Cleópatra VI. Os filhos de Cleópatra V Selene com Antíoco X também seriam pretendentes ao trono, mas, apesar de ilegítimo, Ptolemeu XII era filho de Ptolemeu IX e estaria, em primeiro lugar, na linha de sucessão à frente dos filhos de Cleópatra Selene com um rei selêucida.

A data de nascimento de Ptolemeu XII é, como referimos, desconhecida, mas existem várias hipóteses, que se apresentam de seguida. São várias as fontes que nos indicam que Ptolemeu XII seria um filho ilegítimo de Ptolemeu IX. Pausânias, por exemplo, afirma que Berenice III era a única filha legítima de Ptolemeu IX:

“Shortly after this Ptolemy met with his appointed fate, and the Athenians, who had been benefited by him in many ways which I need not stop to relate, set up a bronze likeness of him and of Berenice, his only legitimate child.”<sup>86</sup>



**Figura 1.** Busto de Ptolemeu XII [Extraído de Adrian Goldsworthy, *António e Cleópatra*, 2012, p.224]

Também Pompeio Trogo usa o termo “ilegítimo” (*nothos*) para descrever o rei<sup>87</sup>. Mas outras fontes ficam silenciosas e tratam a figura de Ptolemeu XII como mais um rei da linhagem de Ptolemeu I. Porfírio apenas nos indica que Ptolemeu XII é filho de Ptolemeu IX, sem mencionar a questão da legitimidade:

“This Alexander was succeeded by Ptolemy, called the new Dionysus, who was the son of Ptolemy Soter and the brother of the aforesaid Cleopatra. He reigned for 29 years.”<sup>88</sup>

Para além disso, temos os textos de Cícero que colocam um problema porque o orador muda a sua afirmação de acordo com o objetivo político do discurso. No *De lege agraria* escreve que Ptolemeu XII “... is neither of the royal family nor of any royal

<sup>86</sup> Paus. 1.9.3.

<sup>87</sup> Just. *Epit.* 39

<sup>88</sup> Porph. *F. Gr. Hist.* 260, fr. 2.12

disposition.”<sup>89</sup>, mas, no *Pro Sestio*, o rei já é visto sob um prisma positivo:

“And was of the same family, sprung from the same ancestors as his brother, and had the same claims from the antiquity of his alliance; who, lastly, was a king, and if not yet an ally, still most certainly not an enemy; was enjoying the kingdom which had belonged to his father and his grandfather in peace and quiet.”<sup>90</sup>

Na altura, existia na corte alexandrina uma grande instabilidade e o melhor ataque ao recém-chegado Ptolemeu XII era afirmar que não era legítimo. As contradições nas fontes indicam as diversas histórias que circulavam sobre o rei, mas não nos esclarecem sobre a sua efetiva ascendência materna<sup>91</sup>.

Contudo, esta questão não define o reinado de Ptolemeu XII, sendo muito mais relevante a influência romana na corte alexandrina. Em 80 a.C., Ptolemeu XII sobe ao trono, mas ainda precisa de assegurar a sua posição. Como já foi referido, tem vários inimigos na corte e, por isso, procura o apoio romano e a aprovação do Senado desde o primeiro ano de reinado. Essa aprovação demora a chegar por dois motivos: o primeiro é a guerra civil romana entre Mário (157-86 a.C.) e Sula, que tinha começado em 91 a.C. e que provocara uma grande instabilidade no Senado e nas províncias romanas. A visita de Luculo ao Egito também se devia à necessidade de encontrar recursos para a guerra civil. O segundo é a suposta existência de um testamento (que antes se acreditava ser de Ptolemeu XI, mas Edward Badian afirma ser de Ptolemeu X<sup>92</sup>) que tornava o Egito, e todos os territórios no seu domínio, uma herança de Roma<sup>93</sup>.

## 2. A monarquia e a corte ptolemaica: definições de poder

A monarquia ptolemaica é complexa de definir, principalmente por causa da junção de duas noções de monarquia: a egípcia e a macedónica. A monarquia egípcia

---

<sup>89</sup> Cic. *Leg. agr.* 2.42

<sup>90</sup> Cic. *Sest.* 57

<sup>91</sup> Atualmente, este assunto ainda provoca opiniões e interpretações diversas entre os estudiosos. Autores como Stanley M. Burstein, Prudence J. Jones, Sally-Ann Ashton e José das Candeias Sales afirmam que a mãe de Ptolemeu XII era uma concubina do rei e assim Ptolemeu XI termina a dinastia fundada por Ptolemeu I e com Ptolemeu XII começa um novo ramo dinástico. Outros autores, como Mary Siani-Davies, afirmam que a mãe de Ptolemeu XII é Cleópatra Selene, a segunda mulher de Ptolemeu IX, e por isso os Ptolemeus só têm um ramo na sua dinastia durante todo o seu domínio.

<sup>92</sup> E. Badian, “The Testament of Ptolemy Alexander”, *Rheinisches Museum für Philologie*, Neue Folge, 110. Bd., H. 2, 1967, pp. 178-192. Apesar de esta hipótese já ter sido aceite por grande parte dos estudiosos, ainda existem várias perguntas por responder. Claude Nicolet afirmou que esta hipótese levanta mais problemas do que aqueles que resolve, mas é dos poucos que não aceitam a hipótese de Badian. David C. Braund, *Royal Wills and Rome*, Papers of the British School at Rome, 51, 1983, pp.24-25.

<sup>93</sup> Por causa da guerra civil, o testamento só foi motivo de debate no Senado desde 65 a.C.

passou por várias dinastias, cada uma com as suas características próprias<sup>94</sup>. No entanto, a noção de um rei que era um deus ou tinha capacidades divinas era fundamental para os egípcios; esta condição tornava o rei todo-poderoso. Por outro lado, a monarquia não era obrigatoriamente hereditária e a corte era composta por uma elite culta e com méritos próprios. Os jogos de poder e os sacerdotes dominavam a sucessão e controlavam o destino da monarquia<sup>95</sup>.

A monarquia macedónica, que também conheceu várias fases, dependia, por um lado, da aceitação do rei por parte do povo. A democracia grega era uma base para a monarquia macedónica durante o período helenístico. O rei tinha de respeitar os direitos da população e velar pelos seus súbditos. Por outro lado, a ligação do rei com as diferentes famílias da aristocracia, que faziam parte da corte, e a sua influência sobre estas eram essenciais para conseguir governar<sup>96</sup>. Assim, os monarcas usavam as festas e os grandes banquetes para manter a corte e a população satisfeitas. As marcas gregas persistiam nesta monarquia, como, por exemplo, o *gymnasium*, que desempenhava um papel fundamental nas cidades<sup>97</sup>.

Os Ptolemeus nunca foram considerados reis egípcios, mas reis do Egito e dos territórios que mais tarde conquistaram<sup>98</sup>. O rei tinha origem divina, sendo a figura central dos ritos religiosos e era, também, o comandante principal do exército. A continuidade da dinastia era definida pela escolha do governante de um dos seus filhos varões. Os reis tinham vários filhos e, na maioria dos casos, várias mulheres. Este herdeiro deveria governar até à morte e seria chamado «Ptolemeu», como todos os outros reis desde o início da dinastia. Durante o reinado, a corte estava sempre sob o seu poder, seguindo e servindo o rei<sup>99</sup>. Na prática, existiam muitos conflitos políticos, provocados pela estrutura das relações de poder existentes na corte.

A corte já não era constituída pelos nobres greco-macedónicos, mas por vários grupos originários dos diferentes territórios sobre o controlo dos Ptolemeus, tornando-se, assim, verdadeiramente helenística. A definição de corte também é uma questão

---

<sup>94</sup> Alan B. Lloyd (ed.), *A Companion to Ancient Egypt*. Oxford, Wiley-Blackwell, 2010, pp.xxxii-xliii.

<sup>95</sup> Jaromir Málek, “Old Kingdom”, In Ian Shaw (eds), *The Oxford History of Ancient Egypt*. Oxford: Oxford University Press, 2003, p.85.

<sup>96</sup> Frank William Walbank, *The Hellenistic World*. Cambridge, Massachusetts, Harvard University Press, 1992, pp.79-80.

<sup>97</sup> Rolf Strootman, “Kings and cities in the Hellenistic age”, in Onno M. van Nijf; Richard Alston; C.G. Williamson (eds.), *Political culture in the greek city after the classical age*. Paris, Walpole, Peeters Leuven, 2011, pp.144- 145.

<sup>98</sup> José das Candeias Sales, *Ideologia e Propaganda Real no Egito Ptolomaico (305-30 a.C.)*. Lisboa, Fundação para a Ciência e Tecnologia, Fundação Calouste Gulbenkian, 2005, p.43.

<sup>99</sup> Idem, *Ibidem*, pp.105-108.

complexa para o mundo helenístico, pois, para além da grande variedade de palavras usadas para descrever esta realidade, é uma noção muito ampla e que abrange vários cargos e grupos políticos. A corte servia de local para confrontos e debates políticos, de centro administrativo, de símbolo da monarquia e de palco para as representações do poder real<sup>100</sup>.

O rei contava com um grupo de homens para o auxiliarem nas diferentes áreas de governação. Designados como *philoï*, eram os conselheiros, ministros, funcionários, coletores de impostos, governadores de províncias e qualquer representante do rei nas cidades ou fora do território egípcio. No entanto, não eram empregados do rei, pois pertenciam a uma elite de famílias que conseguiam o seu rendimento através de vários recursos, exteriores à corte, não estando dependentes da riqueza real. Estavam organizados em hierarquias através dos títulos honoríficos da corte, como oficiais da corte e comissões militares<sup>101</sup>.

O monarca concedia os cargos e títulos honoríficos, decidindo quem ocupava cada cargo e a sua posição na corte. Assim, a corte era um lugar de competição entre os *philoï* para conseguirem mais títulos ou cargos mais importantes. Os *philoï* tinham um grupo de subordinados que dependiam deles, como seria necessário, pois muitos *philoï* possuíam terras ou outros negócios. Assim, era muito difícil para um rei retirar um *philos* do seu cargo, porque estes passavam a gozar de muito poder e influência e a ser apoiados por várias pessoas. Consequentemente, a corte ptolemaica sofria de um paradoxo: o rei dava as terras a estes homens e eram estas terras que os tornavam menos dependentes da coroa, conseguindo poder e influência sobre os seus subordinados. Por norma, os *philoï* uniam forças com alguém que tivesse um papel relevante na corte, seja o próprio rei, seja a rainha, príncipes ou princesas<sup>102</sup>.

O poder do rei poderia ficar extremamente fragilizado, porque, como os *philoï* não eram dependentes da coroa, mudavam a sua lealdade para quem lhes fosse mais conveniente e, com os *philoï*, mudavam também todos os seus subordinados. Para fortalecer o poder do rei, por volta do ano 200 a.C., aparece a figura do «favorito». Os favoritos são também escolhidos pelo rei, mas não têm qualquer base de poder prévia. Normalmente são pessoas sem filhos, podem ser exilados de um outro rei ou do rei

---

<sup>100</sup> Rudolf Strootman, *The Hellenistic Royal Court. Court Culture, Ceremonial and Ideology in Greece, Egypt and the Near East, 336-30 BCE*. Utrecht, University of Utrecht, 2007, pp. 7-16.

<sup>101</sup> Idem, *Ibidem*, pp. 120-121.

<sup>102</sup> Idem, *Ibidem*, pp. 167-169.

antecessor e também podiam ser eunucos ou mulheres<sup>103</sup>. Durante o reinado de Ptolemeu XII, a corte não tem uma realidade muito diferente. Passaram a existir vários funcionários egípcios, quando anteriormente a corte era apenas grega, e existiam várias fações dentro da corte, agora reforçada devido à instabilidade vivida nos anos anteriores. O seu modo de funcionamento, porém, não tinha sido alterado.

### **3. A imagem de Ptolemeu XII: real, religiosa e popular**

Desde o início da monarquia ptolemaica que a religião egípcia foi considerada a melhor via para legitimar esta nova dinastia aos olhos dos súbditos egípcios. O rei ptolemaico tinha de ser um rei para os greco-macedónicos e um faraó para os egípcios. Para o primeiro grupo, a representação estabelecia-se na corte; para o segundo grupo, nos rituais religiosos, na construção de templos e nos costumes faraónicos<sup>104</sup>. Portanto, os ritos, celebrações e costumes régios eram cuidadosamente escolhidos das duas tradições reais, de forma a obterem o objetivo pretendido. No início da dinastia, a cerimónia de coroação seguia o ritual macedónico, mas a partir do reinado de Ptolemeu V, os reis são coroados segundo os dois rituais: o grego e o egípcio, ou seja, uma primeira vez em Alexandria e outra em Mênfis<sup>105</sup>.

A coroação de Ptolemeu XII, no ano 76 a.C., foi em Alexandria, não sendo coroadado em Mênfis como os seus antecessores<sup>106</sup>. No entanto, foi coroadado por um sacerdote de Ptah, o deus cultuado em Mênfis. A cidade era extremamente importante para os faraós porque ficava na fronteira entre o Alto e o Baixo Egito. A mitologia egípcia conta que, através da cidade, Ptah uniu os “Dois Países”. Assim, para além de ser um dos criadores do mundo, também era o primeiro soberano do Egito unificado. As celebrações em Mênfis permitiram aos faraós, ao longo de todas as dinastias, reforçar a conceção de um Egito unificado. A dinastia ptolemaica seguiu a tradição de fazer várias

---

<sup>103</sup> Idem, *Ibidem*, pp. 172-175. O conceito de «favorito» é uma construção historiográfica para definir este fenómeno social da monarquia.

<sup>104</sup> José das Candeias Sales, *Ideologia e Propaganda Real no Egito Ptolomaico (305-30 a.C.)*. Lisboa, Fundação para a Ciência e Tecnologia, Fundação Calouste Gulbenkian, 2005, p. 48.

<sup>105</sup> Idem, *Ibidem*, pp. 49-53.

<sup>106</sup> Ptolemeu V, Ptolemeu VI e Ptolemeu IX foram coroados em Alexandria e em Mênfis e todos os Ptolemeus, antes de Ptolemeu V, tinham sido coroados em Mênfis. Consultar as páginas citadas na nota anterior.



celebrações em Mênfis que ajudavam a fortalecer a imagem faraônica da propaganda real ptolemaica<sup>107</sup>.

A cerimónia de coroação reflete a instabilidade política dos primeiros anos de reinado de Ptolemeu XII. O sumo sacerdote, de seu nome Pechereniptah (Psenptais III), tinha apenas 14 anos, demasiado novo para um cargo de tamanha importância. O sumo sacerdote de Ptah era o principal representante do clero junto do rei<sup>108</sup>. Através da Estela 886, sabemos que foi nomeado por Ptolemeu XII para este momento<sup>109</sup>. Em si, a cerimónia consistia na colocação da “coroa da serpente” na cabeça do rei pelo sacerdote de Ptah, como nos indica a mesma estela. Esta coroa era o símbolo da monarquia faraônica; usando-a, os reis ptolemaicos demonstravam o seu poder sobre o Egito. Esta não foi a única irregularidade nos ritos religiosos praticados por Ptolemeu XII. Ainda na mesma estela, encontramos uma referência que, provavelmente, é indicadora da instabilidade política existente no Egito. Ptolemeu XII desloca-se até Mênfis para participar nas celebrações em honra dos deuses desta cidade, mas apenas usando a coroa branca, *hedjet*, representativa do Alto Egito, não envergando a *decheret*, a coroa vermelha representativa do Baixo Egito na capital da região<sup>110</sup>.

Outra representação da política do governo de Ptolemeu XII foi a titulatura real, elemento essencial para a ligação do rei ptolemaico à política e religião egípcias. Determina de que forma o rei pretende ser visto e como vai ser percebido pelos seus súbditos. Fazia parte da sua propaganda política e era a primeira imagem que a população teria do rei, sendo constituída por cinco nomes organizados, numa ordem preestabelecida, definidos na altura da coroação e criados pelo clero<sup>111</sup>. A titulatura real determinava a personalidade teológica do rei e o seu relacionamento com os deuses e com o Egito. De Ptolemeu VI a Ptolemeu XII, as titulaturas reais apresentam novos nomes que trazem novas noções teológicas aos programas religiosos dos reis<sup>112</sup>.

A titulatura real era composta pelo Nome de Hórus, o Nome das Duas Senhoras, o Nome de Ouro, o *Praenomen* e o *Nomen*<sup>113</sup>. Nem todos os reis ptolemaicos tiveram

---

<sup>107</sup> José das Candeias Sales, *Poder e Iconografia no Antigo Egito*. 2008, Lisboa, Livros Horizonte, pp. 52-53.

<sup>108</sup> Idem, *Ibidem*, p. 106.

<sup>109</sup> Michel Chauveau, *A vida quotidiana do Egito no tempo de Cleópatra (180-30 a.C.)*. Lisboa, Edição «Livros do Brasil» Lisboa, 2000, p. 53.

<sup>110</sup> José das Candeias Sales, *Ideologia e Propaganda Real no Egito Ptolomaico (305-30 a.C.)*. Lisboa, Fundação para a Ciência e Tecnologia, Fundação Calouste Gulbenkian, 2005, p. 54.

<sup>111</sup> Idem, *Ibidem*, p. 179.

<sup>112</sup> Michel Chauveau, *Op. Cit.*, pp. 51-52.

<sup>113</sup> José das Candeias Sales, *Ideologia e Propaganda Real no Egito Ptolomaico (305-30 a.C.)*. Lisboa, Fundação para a Ciência e Tecnologia, Fundação Calouste Gulbenkian, 2005, p. 135.

uma titulatura real completa, no entanto, não é o caso de Ptolemeu XII. A titulatura real deste rei apresenta todos os cinco nomes e designações gregas que, por motivos ideológicos, foram transcritas para escrita hieroglífica. Será que a necessidade de uma titulatura faraónica completa para Ptolemeu XII provinha da instabilidade política e da urgência em se estabelecer como rei do Egito? Ou estaria apenas a seguir o exemplo de Ptolemeu IX?

Todos os nomes tinham um objetivo muito claro: tornar o rei semelhante aos deuses. Assim, os nomes realçam: a hereditariedade do trono, evocando a relação de descendência em relação ao rei anterior; a proteção do Egito, através de características do rei ou da evocação de deuses com características protetoras; a garantia da manutenção da ordem da vida, segundo as regras dos deuses pelo cumprimento dos ritos; a relação com os deuses do panteão egípcio, a qual definia a propaganda e a imagem que o rei desejava construir para o seu reinado<sup>114</sup>. No quadro seguinte apresentamos a titulatura real de Ptolemeu XII:

Nome de Hórus	“O jovem perfeito, puro de amor, cujo <i>ka</i> foi distinguido pelo povo das Duas Senhoras, que o adorável Khnum venera tanto que recebeu a coroa e surgiu como rei, aquele que se uniu a si próprio com as obras de seu pai, em alegria, aquele que brilha na realeza de seu pai como Hórus, o touro vitorioso, soberano que ilumina a Terra Amada como o Ápis vivente, a quem foram concedidos muitos festivais- <i>sed</i> por intermédio de Ptah-Tatjenen, o pai dos deuses” <sup>115</sup>
Nome das Duas Senhoras	1-“Grande em/ de força, aquele que é agradável para sempre, aquele que estabeleceu as leis como o grande Djehuti (= Tot)” 2 – “Grande em/ de força, aquele que é agradável para sempre, perfeito de coração, que transmite a perfeição como o grande Djehuti (= Tot)” <sup>116</sup>
Nome de Ouro	1 – “Soberano de grande coração, senhor valoroso e poderoso como (o) filho de

<sup>114</sup> Idem, *Ibidem*, pp.180-181.

<sup>115</sup> Idem, *Ibidem*, p.146.

<sup>116</sup> Idem, *Ibidem*, p.156.

	Ísis” 2 – “Grande de coração, amado dos deuses de Baket (= Egípto), soberano como Ré, governador das duas coroas” <sup>117</sup>
<i>Praenomen</i>	1 – “O herdeiro do deus que protege/salva, o escolhido de Ptah, aquele que faz reinar a justiça de Ré, imagem viva de Amon” 2 – “O herdeiro do deus que protege/salva, o escolhido de Ptah, aquele que faz reinar a justiça de Amon-Ré” 3 – “O herdeiro do deus que protege/salva, o escolhido de Ptah, aquele que faz reinar a justiça” 4 – “O deus que ama o pai e a irmã, jovem Osíris” <sup>118</sup>
<i>Nomen</i>	“Ptolomeu, que viva eternamente o amado de Ptah e Ísis” <sup>119</sup>

O protocolo real de Ptolemeu XII apresenta as categorias mencionadas acima e várias características dos antigos faraós. A referência ao “touro vitorioso” (em egípcio, *Ka Nakht*), aos vários deuses do panteão egípcio ou a representação do rei como um dos deuses e as características reais e nobres seguem a linguagem de metáforas e imagens que era entendida pela população. Seguir a linguagem tradicional era fundamental, porque na maioria dos locais e das celebrações o rei estava ausente. Evocar um deus e ligá-lo ao rei era atribuir uma imagem e uma mensagem política ao monarca.

No caso de Ptolemeu XII, são deuses criadores (Khnum e Ptah), com uma ligação à monarquia (Tot e Ísis) ou deuses que são reis (Hórus e Amon-Ré). Outra ideia que se repete em todos os nomes é a ligação à família, principalmente ao reinado do pai, uma necessidade por ser considerado, por alguns, filho ilegítimo. Mas não foi apenas fazendo menções de seu pai que o rei tentou que a sua imagem ficasse mais ligada ao seu antecessor, mas também, seguindo o exemplo de Ptolemeu IX, apresentou-se com duas formas diferentes para o Nome das Duas Senhoras (deusa Nekhbet, protetora do Sul e Uadjit, que tutelava o Norte) e para o Nome de Ouro e quatro formas diferentes para o *Praenomen*. Da mesma forma, tal como Ptolemeu IX, Ptolemeu XII apresenta

---

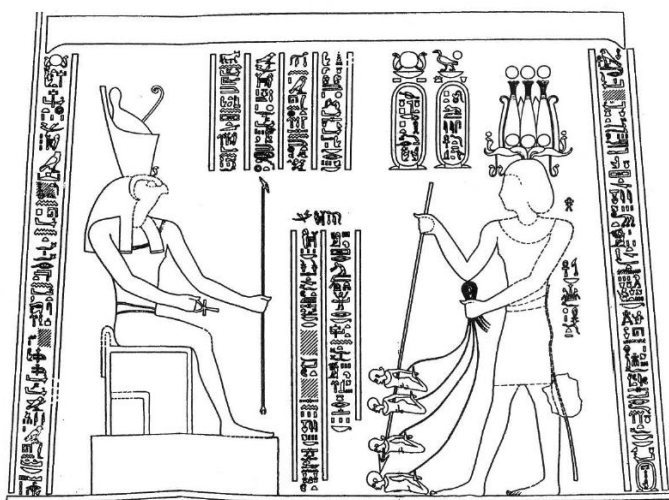
<sup>117</sup> Idem, *Ibidem*, p. 161

<sup>118</sup> Idem, *Ibidem*, p. 168.

<sup>119</sup> Idem, *Ibidem*, p. 184.

referências aos deuses principais do panteão egípcio em todos os nomes da sua titulatura real.

O nome oficial era outra ferramenta que transmitia a ideologia política do rei aos seus súbditos. Assim, a titulatura real ficava mais ligada à religião e à imagem teológica do rei e o nome oficial às decisões oficiais. Ptolemeu XII Filopator Filometor Neos Dionisos I é o nome oficial deste rei. Obviamente que a numeração (ser o décimo



**Figura 2.** Ptolemeu XII representado no templo de Ísis, em Filae, a cumprir um ritual de derrota dos inimigos, trespassando-os com um arpão ritual, perante o deus Hórus. [Extraído de José das Candeias Sales, *Ideologia e Propaganda Real no Egito Ptolomaico (305-30 a.C.)*, 2005, p.415, fig.9]

segundo Ptolemeu e o primeiro Neos Dionisos) é uma adição feita pela historiografia moderna<sup>120</sup>. Mas os epítetos eram escolhidos pelo rei e os seus conselheiros de acordo com a imagem que queriam ligar ao rei<sup>121</sup>. Mais uma vez com Filopator, “que ama seu pai”, e

Filometor, “que ama sua mãe”, encontramos a referência a uma ligação familiar<sup>122</sup> absolutamente

necessária para que Ptolemeu XII fique no trono. Estes dois nomes entram na categoria dos qualificativos de referência familiar. Neos Dionisos, “Novo Dioniso”, é um qualificativo de incarnação divina<sup>123</sup>, que se encaixa na tradição das monarquias helenísticas. A ligação e assimilação a Dioniso eram habituais no Oriente entre os monarcas. Ptolemeu XII seguiu o exemplo de Ptolemeu IV. Ptolemeu XIII vai seguir o exemplo do pai e assimilar-se a Dioniso, ficando conhecido como Neos Dionisos II<sup>124</sup>.

Para cultivar boas relações com o clero e os vários grupos políticos egípcios, Ptolemeu XII recorreu a outra estratégia, que também fora usada pelos seus antecessores: o apoio da coroa à construção de templos ou de novos edifícios nos complexos de culto. O conhecido templo de Hórus, em Edfu, foi terminado durante o

<sup>120</sup> Por exemplo, para Edwyn R. Bevan, o rei com a alcunha de “Auleta” é o décimo primeiro Ptolemeu. Edwyn R. Bevan, *The House of Ptolemy*. London, Methuen Publishing, 1927, p. 342.

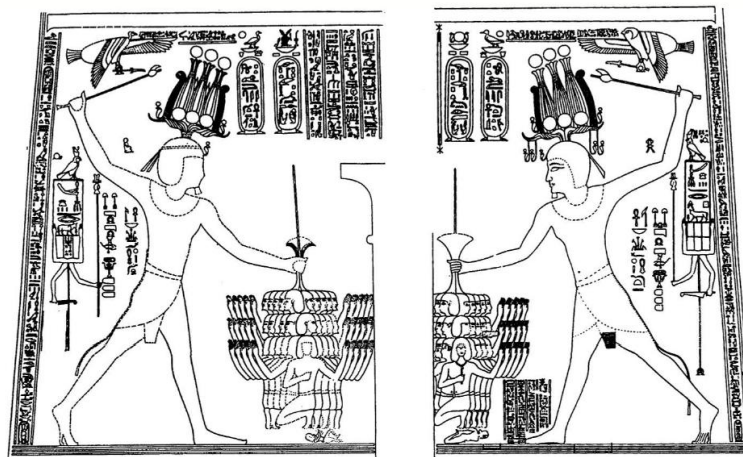
<sup>121</sup> Paus.1. 8. 6.

<sup>122</sup> Rudolf Strootman, *The Hellenistic Royal Court. Court Culture, Ceremonial and Ideology in Greece, Egypt and the Near East, 336-30 BCE*. Utrecht, University of Utrecht, 2007, p. 119.

<sup>123</sup> José das Candeias Sales, *Ideologia e Propaganda Real no Egito Ptolomaico (305-30 a.C.)*. Lisboa, Fundação para a Ciência e Tecnologia, Fundação Calouste Gulbenkian, 2005, p. 199.

<sup>124</sup> Idem, *Ibidem*, p. 207.

seu reinado e continuou a construção de templos por todo o Alto Egito como em Karnak, Deir El-Medina, Medinet Habu, Dendera, Kom Ombo, Filae, Debod, Medamud, Ermant e na ilha de Bigga, assim como no Baixo Egito em Athribis<sup>125</sup>. Nos templos, Ptolemeu XII aparecia como triunfante em cenas de cariz bélico a subjugar inimigos<sup>126</sup>, seguindo os hábitos de propaganda faraónicos. O monarca nunca participou numa batalha, mas, ainda



**Figura 3.** Ptolemeu XII, representado no templo de Ísis, em Filae, derrotando e sacrificando os inimigos com a maça ritual egípcia. [Extraído de José das Candeias Sales, *Ideologia e Propaganda Real no Egito Ptolomaico (305-30 a.C.)*, 2005, p.413, fig.2 e 3]

assim, aparecia a derrotar os supostos inimigos<sup>127</sup>. Noutros murais, fazia oferta aos deuses, como mandavam os costumes egípcios. Assim, representava o seu poder de forma a que as comunidades reconhecessem e relacionassem a sua imagem como a de um monarca egípcio<sup>128</sup>.

O rei dependia dos sacerdotes para conseguir ter o domínio sobre todo o Egito. Como vimos com a titulatura real do rei, criada pelos sacerdotes, estes homens tinham o conhecimento necessário para fazer passar a propaganda real para a população. As populações autóctones estavam habituadas à autoridade política e religiosa dos sacerdotes dos vários templos espalhados por todo o território egípcio. Assim, os funcionários do templo tinham um papel essencial como intermediários do rei junto da população. Esta organização administrativa era mantida através do equilíbrio entre os objetivos do rei e as ambições dos sacerdotes. O crescimento económico dos templos

<sup>125</sup> Dorothy J. Thompson, “Egypt, 146-31 B.C.” In: J. A. Crook; Andrew Lincott; Elizabeth Rawson, (ed.) *Cambridge Ancient History*. Cambridge, Cambridge University Press, 2008, Vol. IX, p.318.

<sup>126</sup> José das Candeias Sales, “O Massacre ritual dos inimigos nos templos Ptolomaicos”, *Guerra na Antiguidade II*. Coordenação António Ramos dos Santos e José Varandas, Lisboa, Centro de História da Universidade de Lisboa, Caleidoscópio, 2008, pp. 69-79.

<sup>127</sup> José das Candeias Sales, *Poder e Iconografia no Antigo Egito*. 2008, Lisboa, Livros Horizonte, pp.113-114.

<sup>128</sup> José das Candeias Sales, *Ideologia e Propaganda Real no Egito Ptolomaico (305-30 a.C.)*. Lisboa, Fundação para a Ciência e Tecnologia, Fundação Calouste Gulbenkian, 2005, p.65-69.

servia como incentivo para que colaborassem com o poder político sediado em Alexandria<sup>129</sup>.

A cunhagem de moedas também era um meio de transmissão da propaganda real e da imagem construída pelos monarcas ptolemaicos. As cunhagens de Ptolemeu XII apresentam, no anverso, a cabeça diademada de Zeus-Amom (fig. 4), procurando continuar a ideia de uma assimilação com os deuses e com uma imagem que, tanto gregos como egípcios, podiam interpretar como divina. No reverso «uma águia sobre raios com a inscrição ΠΤΟΛΕΜΑΙΟΥ ΒΑΣΙΛΕΩΣ ”do rei Ptolemeu”»<sup>130</sup>. As cunhagens de Ptolemeu XII seguiram a tradição das cunhagens anteriores, usando a águia como símbolo do poder. Noutra cunhagem estão representadas duas águias, uma referência ao poder real do seu irmão, Ptolemeu de Chipre<sup>131</sup>.



**Figura 4.** Dracma de ouro do reinado de Ptolemeu XII. [Extraído de José das Candeias Sales, *Ideologia e Propaganda Real no Egito Ptolomaico (305-30 a.C.)*, 2005, p.402, fig. 68]

Apesar da propaganda política, Ptolemeu XII não conseguiu escapar às alcunhas que lhe foram postas pela população. A primeira, já referida aqui, realçava a ilegitimidade do rei. *Nothos*, que significa “bastardo”, por se considerar que a mãe de Ptolemeu XII foi uma concubina de Ptolemeu IX. A segunda era Auleta, que significa “flautista” (*αυλός* é flauta, em grego). Esta segunda alcunha reforçava o descontentamento popular em relação ao monarca<sup>132</sup>. O gozo e as críticas aos monarcas eram comportamentos habituais dos Alexandrinos. Vários antecessores de Ptolemeu XII tiveram uma alcunha atribuída pela camada popular da cidade, que deveria acompanhar os acontecimentos políticos na corte. Assim, os habitantes da cidade emitiam o seu

<sup>129</sup> José das Candeias Sales, *Poder e Iconografia no Antigo Egito*. 2008, Lisboa, Livros Horizonte, p. 106.

<sup>130</sup> Idem, *Ibidem*, p.243.

<sup>131</sup> Idem, *Ibidem*, pp.256-263.

<sup>132</sup> Idem, *Ibidem*, p. 218.

juízo acerca das atitudes, características físicas, personalidade ou decisões políticas do rei<sup>133</sup>.

A alcunha «Auleta» marcou profundamente a imagem de Ptolemeu XII, mais do que Nothos, devido ao aumento do contacto político com Roma. Os romanos desprezam a monarquia, não respeitando nem dando importância às suas tradições. Por isso, ignoravam todas as questões de legitimidade e hereditariedade, escolhendo o candidato ao trono que lhes trouxesse mais benefícios. O mais chocante para a cultura romana era um homem num cargo de responsabilidade pública descontrolar-se em festas e outras celebrações que envolvessem uma exposição pública. Os romanos não entendiam a representação que os reis ptolemaicos tinham de desempenhar nas cortes com as frequentes festas e ostentação de riqueza para mostrar o seu poder. Assim, mais do que a sua titulação real ou nome oficial, as fontes antigas realçam as alcunhas, como vemos pela forma moralista como Estrabão escreve sobre as festas na corte de Ptolemeu XII e os concursos de flauta em que o rei participava:

“Now all at kings after the third Ptolemy, being corrupted by luxurious living, have administered the affairs of government badly, but worst of all the fourth, seventh, and the last, Auletes, who, apart from his general licentiousness, practised the accompaniment of choruses with the flute, and upon this he prided himself so much that he would not hesitate to celebrate contests in the royal palace, and at these contests would come forward to vie with the opposing contestants.”<sup>134</sup>

#### **4. Os primeiros anos de reinado e a relação com Roma**

Apenas um ano depois da coroação, o reinado de Ptolemeu XII encontra a primeira afronta. Em 75 a.C., Cleópatra V Selene, tia de Ptolemeu XII, envia os seus filhos do casamento com Antíoco X Eusébio (r. 95-83 a.C.) da dinastia selêucida a Roma para apela-rem ao Senado do seu direito ao trono. Não receberam grande atenção por parte destes, mas Cícero refere que os dois jovens teriam direito ao trono<sup>135</sup>. A falta de resposta aos jovens príncipes indica uma relutância por parte do Senado em se envolver mais nas questões políticas do Egito<sup>136</sup>. Além disso, o orador Hortênsio (114-50 a.C.) intercedia no Senado a favor de Ptolemeu XII, desde o início do seu reinado,

---

<sup>133</sup> José das Candeias Sales, *Poder e Iconografia no Antigo Egito*. 2008, Lisboa, Livros Horizonte, pp. 64-65.

<sup>134</sup> Str. 17. 11.

<sup>135</sup> Cic. 2Verr. 4. 60-68.

<sup>136</sup> Mari Siani-Davies, “Ptolemy XII and the Romans”, *Historia: Zeitschrift für Alte Geschichte*, Bd. 46, H. 3, 3rd Qtr 1997, pp. 308-309.

para que o rei conseguisse o título de *socius et amicus populi Romani*<sup>137</sup>. Certamente que se iria opor aos argumentos evocados pelos príncipes selêucidas. Os dois irmãos ficaram na cidade durante um ano, mas voltaram sem terem conseguido o que pretendiam<sup>138</sup>.

Neste mesmo ano, a Cirenaica é anexada aos territórios de Roma, sendo transformada em província<sup>139</sup>. Apesar de não ter nenhum impacto direto na corte de Alexandria, pois esta já não controlava o território, poderá ter sido um fator de descontentamento, porque demonstrava que dificilmente iria voltar a fazer parte dos territórios controlados por Alexandria. Roma estava claramente a ganhar poder sobre os territórios helenísticos.

Em 69 a.C., Cleópatra VI desaparece dos registos oficiais sem qualquer explicação. Sabemos que a princesa Berenice IV (77-55 a.C.) era filha de Cleópatra VI, contudo, Cleópatra VII (r. 51-30 a.C.) era, provavelmente, filha de uma concubina egípcia de Ptolemeu XII, tal como os seus irmãos Ptolemeu XIII (r. 51-47 a.C.), Ptolemeu XIV (r. 47-44 a.C.) e Arsínoe IV (c. 68-41 a.C.). Desconhece-se outro casamento de Ptolemeu XII, mas sabe-se que Cleópatra VI só morre anos mais tarde, portanto o afastamento deve ter sido causado por questões políticas<sup>140</sup>.

Entretanto decorria a Terceira Guerra Mitridática (73-63 a.C.), em que os principais comandantes eram Lúcio Licínio Luculo e Gneu Pompeio Magno (106-48 a.C.). No ano 66. a.C., encontramos o que é considerado por alguns autores<sup>141</sup> a primeira referência a um encontro com Ptolemeu XII. Não se sabem mais detalhes, porque a fonte, o poema épico de Lucano, apenas menciona que Pompeio foi ao Egito<sup>142</sup>. A referência não está datada e é demasiado vaga para ser considerada uma forte possibilidade.

Em Roma, no ano de 65 a.C., Marco Licínio Crasso (115-53 a.C.) tenta anexar o Egito com base no testamento que ficou na posse de Sula<sup>143</sup>. Um dos problemas era ser desconhecido o paradeiro do testamento que devia ter ficado com Sula, mas Cícero

---

<sup>137</sup> Cic. *2Verr.* 2.76

<sup>138</sup> Dorothy J. Thompson, "Egypt, 146-31 B.C." In, J. A. Crook; Andrew Lincott; Elizabeth Rawson, (ed.) *Cambridge Ancient History*. Cambridge, Cambridge University Press, 2008, Vol. IX, p.318.

<sup>139</sup> App. *B. Civ.* 1. 111; Sall. *Hist.*2. fr.43.

<sup>140</sup> C. W. Roller, *Cleopatra: A Biography*. Oxford, University Press, 2010, p.19.

<sup>141</sup> Mari Siani-Davies, "Ptolemy XII and the Romans", *Historia: Zeitschrift für Alte Geschichte*, Bd. 46, H. 3, 3rd Qtr 1997, p. 313.

<sup>142</sup> Luc. 576.

<sup>143</sup> Mari Siani-Davies, "Ptolemy XII and the Romans", *Historia: Zeitschrift für Alte Geschichte*, Bd. 46, H. 3, 3rd Qtr 1997, p. 312.



afirma que ninguém em Roma o tinha visto e colocava a questão de se tratar apenas de um rumor<sup>144</sup>. O testamento não chegou até nós e nenhuma fonte em Roma nos dá indicações sobre qual era o seu conteúdo nem como tinha sido redigido, por isso a única questão a abordar aqui é o uso desse dito testamento de acordo com os diferentes interesses no âmbito do Senado romano.

Cícero acusa Crasso de estar a ser ganancioso e de querer tirar benefícios do Egito para sua riqueza pessoal e não para o bem da República<sup>145</sup>. Crasso conseguiu o apoio de Júlio César (100-44 a.C.)<sup>146</sup>, que era edil nesse ano, mas o censor Quinto Lutácio Cátulo Capitolino (120-61 a.C.) impede que esta lei avance<sup>147</sup>, por a considerar arriscada e ousada. Na realidade do Senado do final da República, deixar que um homem fosse responsável pela anexação de um território tão rico como o Egito era provocar uma guerra de interesses ou o crescimento rápido da riqueza e poder de um só homem, provocando um desequilíbrio.

Passados dois anos, Pompeio tinha conseguido dismantelar o reino selêucida, anexando os territórios ao domínio romano. Estava em Damasco, quando recebeu uma embaixada do rei Ptolemeu XII, que lhe ofereceu uma coroa de ouro e roupa para o seu exército, demonstrando que reconhecia a autoridade do general romano. O rei envia-lhe, também, 8.000 homens de cavalaria<sup>148</sup> para ajudar Pompeio a reorganizar os territórios conquistados. A Síria tinha sido anexada depois da derrota de Tigranes e o general tinha decidido resolver a guerra civil na Judeia, porque receava que a *Pax Romana* conseguida no Oriente fosse abalada<sup>149</sup>. Ptolemeu XII ainda convida Pompeio a passar pelo Egito, pedindo-lhe ajuda para resolver insurreições locais, mas ele recusa<sup>150</sup>. As histórias de distúrbios são frequentes em Alexandria durante a década de 60 a.C., mostrando que o exército ptolemaico e a guarda real não eram capazes de manter a ordem, proveniente de uma instabilidade inerente ao governo.

---

<sup>144</sup> Cic. *Leg. agr.* 2. 42

<sup>145</sup> Cic. *Reg. Alex.* fr. 1-6.

<sup>146</sup> Suet. *Iul.* 11

<sup>147</sup> Plut. *Vit. Crass.* 13.1

<sup>148</sup> Plin. *HN.* 33. 136.

<sup>149</sup> Peter Schäfer, *The History of the Jews in the Greco-Roman World*. Oxford, Routledge, 2003, p. 77. Porém, Mari Siani-Davies afirma que as tropas seriam para a guerra contra Mitridates VI. Mari Siani-Davies, "Ptolemy XII and the Romans", *Historia: Zeitschrift für Alte Geschichte*, Bd. 46, H. 3, 3rd Qtr 1997, p. 314. Como a guerra terminou nesse ano, acredito que as tropas fossem necessárias para a organização dos territórios mais conflituosos.

<sup>150</sup> C. W. Roller, *Cleopatra: A Biography*. Oxford, University Press, 2010, p.21; Jos. A. J. 14.35; App. *Mith.* 17.114

Depois da tentativa de Crasso, era imperativo para Ptolemeu XII manter boas relações com os Romanos, de forma a atrasar uma anexação do Egito, principalmente porque neste mesmo ano também se discutiu no Senado uma lei agrária que o tribuno Públio Servílio Rulo queria fazer aprovar. Concedia a um grupo de dez homens, *decemviri*, especialmente designados para esta tarefa, o poder total, durante 5 anos, para comprar e vender terras, dentro e fora da Itália, determinar os direitos de quem as possuísse, controlar as receitas da República, requerer relatórios dos despojos de guerra e dos generais (exceto de Pompeio) e criar colônias onde considerassem necessário<sup>151</sup>. Apesar de o Egito não ser mencionado diretamente nesta lei, Cícero, no seu discurso contra esta medida, traz ao debate como se deve abordar a situação do Egito<sup>152</sup>. Tal como a tentativa de anexação do Egito, esta lei não vai para a frente por dar muito poder apenas a um grupo dentro do Senado, encontrando muitas oposições e acabando por ser derrotada.

Não temos nenhuma informação sobre as relações entre o Egito e Roma a partir de 63 a.C. até ao ano 59 a.C. Nesse ano, é concedido a Ptolemeu XII o título de *socius et amicus populi Romani*, título atribuído aos reinos aliados da República romana. A aliança com Roma era essencial, pois a instabilidade em Alexandria continuava. A coroa precisava do apoio romano para poder continuar a governar o Egito, mas os meios para conseguir o título destruíram as finanças do território<sup>153</sup>. Ptolemeu XII já tinha gastado largas somas de dinheiro no passado (com Hortênsio) para que este intervisse no Senado a seu favor, mas tinha surtido poucos resultados.

Então, começaram os subornos, tendo como alvos os senadores que formavam o primeiro triunvirato: Pompeio, César e Crasso. Os subornos a Pompeio e a Crasso garantiam o seu apoio à decisão de César<sup>154</sup>, cônsul nesse ano, de aprovar Ptolemeu XII como aliado e amigo do povo romano. Os três beneficiaram da quantia de 6.000 talentos, ou seja, 36 milhões de denários, mas César ficou com os louros da decisão<sup>155</sup>. Uma embaixada romana foi buscar o dinheiro a Alexandria. Não sabemos quem a compunha, porém, o dinheiro usado para o suborno não teve origem apenas no tesouro de Alexandria ou da população do Egito.

---

<sup>151</sup> Mari Siani-Davies, "Ptolemy XII and the Romans", *Historia: Zeitschrift für Alte Geschichte*, Bd. 46, H. 3, 3rd Qtr 1997, p. 313.

<sup>152</sup> Cic. *Leg. agr.* 2. 41-44

<sup>153</sup> L. Shatzman, "The Egyptian Question in Roman Politics 59-54 BC", *Latomus*, 30, 1971, p.364.

<sup>154</sup> Cic. *Att.* 2.16.4

<sup>155</sup> Adrian Goldsworthy, *Caesar, The life of a Colossus*. Londres, Weidenfeld&Nicolson, 2006, p.174; Suet. *Iul.* 54.1.

Para conseguir pagar uma soma tão avultada, Ptolemeu XII pediu um empréstimo a um grupo de banqueiros romanos, sendo o mais importante e o único mencionado de entre eles Gaio Rabírio Póstumo<sup>156</sup>. O empréstimo é mais complexo porque tem três partes envolvidas: César, Pompeio e Crasso recebiam o suborno; para isso, um grupo de banqueiros, no qual estava Rabírio Póstumo, avançava com uma parte do dinheiro e Ptolemeu XII tinha de pagar aos banqueiros e completar o suborno aos triúmviros<sup>157</sup>. Assim, a embaixada romana a Alexandria deve ter sido composta por representantes do Senado e banqueiros à procura de coletar dinheiro.

Para pagar este empréstimo, Ptolemeu XII implementou um grande aumento dos impostos sobre a população do Egito<sup>158</sup>, a única forma que o rei tinha de conseguir pagar a quantia. A população começou a ficar cansada da presença e influência romana no Egito. Os pesados impostos, βιαίως ἡργυρολόγει<sup>159</sup>, que Ptolemeu XII impôs, recaíram sobre as classes menos favorecidas. Na época existiam 300.000 cidadãos livres na cidade, que podiam ser, ao mesmo tempo, uma grande fonte de rendimento e uma grande fonte de instabilidade. Diodoro Sículo, que estava na cidade na altura, relata a visita da embaixada romana à cidade para comemorar a aliança entre os dois poderes. No entanto, a população alexandrina não via com bons olhos uma ocupação e não queria que os seus costumes fossem alterados com a presença romana. Diodoro Sículo conta-nos a história de um oficial romano que, inadvertidamente, mata um gato e de como a população exigiu o seu castigo<sup>160</sup>:

“So deeply implanted also in the hearts of the common people is their superstitious regard for these animals and so unalterable are the emotions cherished by every man regarding the honour due to them that once, at the time when Ptolemy their king had not as yet been given by the Romans the appellation of "friend" and the people were exercising all zeal in courting the favour of the embassy from Italy which was then visiting Egypt and, in their fear, were intent upon giving no cause for complaint or war, when one of the Romans killed a cat and the multitude rushed in a crowd to his house, neither the officials sent by the king to beg the man off nor the fear of Rome which all the people felt were enough to save the man from punishment, even though his act had been an accident.”<sup>161</sup>

---

<sup>156</sup> Mari Siani-Davies, “Ptolemy XII and the Romans”, *Historia: Zeitschrift für Alte Geschichte*, Bd. 46, H. 3, 3rd Qtr 1997, p. 316.; Cic. *Rab. Post.* 4.4

<sup>157</sup> L. Shatzman, “The Egyptian Question in Roman Politics 59-54 BC”, *Latomus*, 30, 1971, p.365.

<sup>158</sup> Cass. Dio 39.12.1

<sup>159</sup> Significa «extração forçada de dinheiro», sendo a expressão usada para os impostos neste artigo: Mari Siani-Davies, “Ptolemy XII and the Romans”, *Historia: Zeitschrift für Alte Geschichte*, Bd. 46, H. 3, 3rd Qtr 1997, p. 321.

<sup>160</sup> Diod. Sic. 1.44.1; 1.83. 6

<sup>161</sup> Diod. Sic. 1.83. 8-9.

Os problemas de Ptolemeu XII não ficavam, porém, por aqui. Chipre foi anexada às províncias romanas no ano 58 a.C. e Ptolemeu de Chipre suicidou-se<sup>162</sup> para evitar qualquer que fosse o destino que os Romanos lhe tivessem proposto. A anexação de Chipre já tinha sido planeada por Públio Clódio Pulcro (93-52 a.C.), pois, uma vez que o senador romano fora capturado por piratas, o rei de Chipre enviara-lhe apenas 2000 talentos para o ajudar a pagar a sua libertação<sup>163</sup>. Segundo Díon Cássio, Clódio, tribuno nesse ano, queria afastar Marco Pórcio Catão (95-46 a.C.)<sup>164</sup> da política e por isso enviou-o para organizar e tratar da administração da ilha<sup>165</sup>. Num leilão público, Chipre rendeu 7000 talentos e a ilha contribuiu anualmente com 168 milhões de sestércios para o tesouro romano<sup>166</sup>. Ptolemeu XII não fez nada para impedir o despojamento do irmão, apatia que chocou os alexandrinos. O mais provável é que a entrega do território de Chipre reunisse as condições para que fosse concedido ao rei do Egito o título de aliado do povo romano.

A perda de Chipre foi a gota de água para a população e a corte de Alexandria e as insurreições aumentaram. Era a última possessão ptolemaica fora do Egito e encontrava-se, de forma irrecuperável, na posse da República romana. O descontentamento foi provavelmente alimentado e conduzido pelos εμπόριστες, uma facção que estava contra Ptolemeu XII e era liderada por εμπόριστος<sup>167</sup>. Deveriam existir outras facções contra o rei e conjuntamente com as insurreições da população em geral, tornara-se impossível para Ptolemeu XII permanecer na cidade<sup>168</sup>.

O rei decidiu fugir de Alexandria para Roma e pedir auxílio aos seus recentes aliados. A maioria das fontes concorda que foi a instabilidade na corte e as insurreições da população que levaram Ptolemeu XII a fugir do território que governava<sup>169</sup>. Plutarco refere que Ptolemeu XII não teria a necessidade de abandonar o Egito<sup>170</sup> e Díon Cássio afirma que o rei saiu da cidade por livre vontade e, quando voltou, acusou a população

---

<sup>162</sup> Plut. *Vit. Cato*. 36. 1

<sup>163</sup> App. *B. Civ.* II, 23.

<sup>164</sup> Também conhecido como Catão de Útica, o Moço ou o Jovem.

<sup>165</sup> Cass. Dio 28. 30; Plut. *Vit. Cato*. 35. 1; E. Badian “M. Porcius Cato and the Annexation and Early Administration of Cyprus”, *Journal of Roman Studies*, 55, 1965, 116-117.

<sup>166</sup> E. Van’t Dack, “L’ armée romaine d’Égypte de 55 à 30 av. J.-C.”, *Studia Hellenistica, Ptolemaica Selecta*, nº29, 1983, p. 187.

<sup>167</sup> Mari Siani-Davies, “Ptolemy XII and the Romans”, *Historia: Zeitschrift für Alte Geschichte*, Bd. 46, H. 3, 3rd Qtr 1997, p. 321. Dio Chrys. *Or.* 32. 70. Não temos muita informação sobre esta facção. Volta a ser mencionada pelas fontes de período imperial pelo que terá permanecido como facção política em Alexandria até ao Império. Phil. *Flacc.* 135.

<sup>168</sup> José das Candeias Sales, *Poder e Iconografia no Antigo Egito*. 2008, Lisboa, Livros Horizonte, p. 63.

<sup>169</sup> Cic. *Rab. Post.* 4; Dio Chrys. *Or.* 32.70; Just. *Epit.* 40; Joseph. *BJ.* 2.490; App. *Syr.* 51. 257, *Mith.* 114.557; Liv. *Per.* 104

<sup>170</sup> Plut. *Vit. Pomp.* 49.7

de o expulsar<sup>171</sup>. Como já referimos acima, a corte ptolemaica em Alexandria era o local altamente competitivo e instável onde se travavam todas as rivalidades e disputas políticas, e o rei não teria o seu trono assegurado se não participasse na política da corte e se ausentasse. Assim, a hipótese de Ptolemeu XII ter saído da cidade por vontade própria não faz sentido, porque o rei estaria a pôr em risco todo o poder que tinha.

Ptolemeu XII parte para Roma, acompanhado por vários conselheiros e outras figuras da corte. No caminho, pede uma audiência a Catão, que estava em Chipre a organizar o novo território. O rei certamente procurava toda a ajuda e apoio que conseguisse entre os Romanos. Catão pede ao rei que venha até ele e quando se encontram aconselha-o a não ir para Roma, uma vez que a ganância do Senado romano iria secar a riqueza do Egito e que os senadores se iriam aproveitar da situação desesperada em que o rei se encontrava<sup>172</sup>. Plutarco diz-nos que o rei ouviu Catão e ia seguir os seus conselhos, mas foi persuadido pelos seus conselheiros a seguir para a Urbe. Provavelmente esta conversa foi inventada por Plutarco para introduzir uma moral na história e apresentar o carácter imparcial de Catão de Útica, mas o autor tinha razão em afirmar que a procura de auxílio romano por Ptolemeu XII ia marcar o futuro do Egito.

O futuro do monarca ptolemaico e do seu reino iria ser decidido durante o período do primeiro triunvirato. Aulo Gabínio, personagem fulcral para esta dissertação, estava inserido neste complexo contexto político de intrigas e lutas pelo poder, como iremos ver no próximo capítulo.

---

<sup>171</sup> Cass. Dio 39.12.2; 13.1

<sup>172</sup> Plut. *Vit. Cato*. 35, 2-5.



## II

# Aulo Gabínio

«Gabinus, at least, an old Pompeian partisan, author of salutary legislation in defence of provincials, had been an admirable governor of Syria, as the clearest of testimony, that of his enemies, so convincingly reveals: he had delivered over the *publicani* into the hands of the Syrians and the Jews, nations born to servitude.»

Ronald Syme, *The Roman Revolution*. Oxford, Oxford University Press, 1974, pp.66-67.

### 1. Origem e história familiar

Aulo Gabínio continua a ser uma personagem obscura de cuja vida desconhecemos muitos factos e a sua motivação política. Nas fontes antigas aparece sempre associado a personagens importantes do final da República romana, não sendo estudado pelos seus feitos mas pelo serviço que prestou sob outros. Mesmo os cargos que desempenhou são mencionados muitas vezes apenas por terem sido exercidos sob as ordens de uma personagem com maior relevância para a história da República. Por isso, temos pouca informação sobre todas as áreas da sua vida que não estivessem relacionadas com as ações políticas em que participou e com as personagens ou grupos que apoiou.

Outro problema em estudar esta personagem deve-se à sua imagem negativa nas fontes antigas. O primeiro autor que escreveu sobre Aulo Gabínio foi Cícero, nos seus diversos discursos e cartas pessoais (*In Pisonem*, *Epistulae ad Q. fratrem*; *Epistulae Ad Familiares*; *De Provinciis Consularibus*; *Epistulae Ad Atticum*; *De Domo sua*). O ódio do orador em relação a Gabínio era provocado pela forma como foi maltratado por este em várias situações da vida política do grupo a que pertenciam: os pompeianos<sup>173</sup>. Por causa do papel relevante de Cícero na história da República e da importância da sua obra, todos os autores da Antiguidade foram basear-se nos seus escritos para narrarem a vida de Gabínio e construir a sua imagem. Consequentemente, as fontes antigas abordaram sempre a personagem de Aulo Gabínio de forma negativa. Este fator tem de

---

<sup>173</sup> Jane W. Crawford, *The Lost and Unpublished Orations*. Göttingen, Vandenhoeck&Ruprecht, 1984, p. 190.

ser particularmente considerado quando abordamos as referências à sua personagem nas obras dos autores clássicos.

Pelas razões mencionadas, a origem e a estrutura da família Gabínia (*Gabinii*) continua a ser motivo de discussão entre os estudiosos e permanece relativamente obscura. A estrutura da família Gabínia foi sendo reinterpretada à medida que foi sendo objeto de estudo ao longo dos anos, apesar de a sua origem não levantar grandes dúvidas. A *gens* era originária da Campânia, região do Sul da Itália. A primeira referência é do século III a.C., na cidade de Cales. Os *Gabinii* eram oleiros e de condição servil<sup>174</sup>, mas E. Badian defende que são a origem da família senatorial que encontramos em Cápua no século II a.C.<sup>175</sup> Proveniente desta localidade é o primeiro indivíduo de que temos referências, que possuía o *praenomen Aulus* associado ao *nomen Gabinius*. A família terá subido rapidamente através da via militar, porque Aulo Gabínio foi prefeito na cidade de Escodra<sup>176</sup>, em 167 a.C.<sup>177</sup>. Aliás, tal como o primeiro Aulo Gabínio, os seus descendentes irão subir na carreira política através de campanhas militares no Oriente.

Na geração seguinte, os estudiosos divergem nas interpretações da árvore genealógica. A ligação à família de vários indivíduos com o cognome *Capito* precedido do *praenomen Aulus* e do *nomen Gabinii* tem sido questionada, assim como a geração a que pertence cada um dos indivíduos. Para Eva Mathews Sanford, Aulo Gabínio Capitão que está referido numa inscrição em Delos de 58 a.C. é o mesmo indivíduo que estudamos neste capítulo<sup>178</sup>, mas E. Badian afirma que devemos ser cautelosos, porque ainda não existem provas suficientes para ligar os *Capitones* à família Gabínia, não se devendo, por isso, assumir que Aulo Gabínio teria o cognome *Capito*. Assim, apenas apresenta uma genealogia da família Gabínia<sup>179</sup>:

---

<sup>174</sup> Cic. *Leg. man.* 3. 35

<sup>175</sup> E. Badian, “The Early Career of A. Gabinius (Cos. 58 B.C.)”, *Philologus*, vol. 103, Issue 1-2, 1959, p. 87.

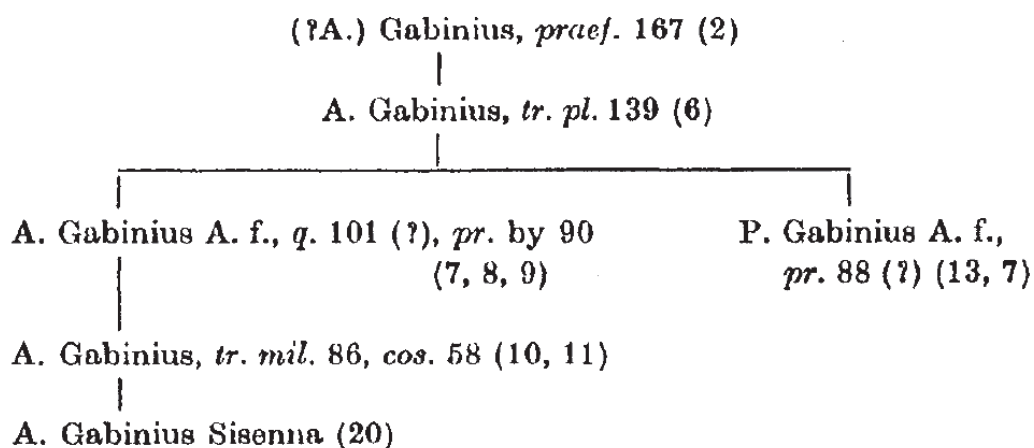
<sup>176</sup> Situada na atual Albânia.

<sup>177</sup> E. Badian, *Op. Cit.*, p. 87.

<sup>178</sup> Eva Mathews Sanford, “The Career of Aulus Gabinius”, *Transactions and Proceedings of the American Philological Association*, Vol. 70, 1939, p.66.

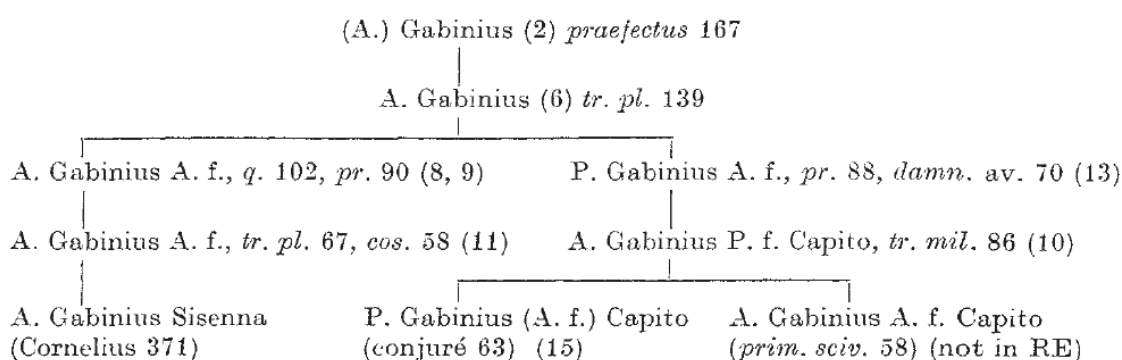
<sup>179</sup> E. Badian, *Op. Cit.*, pp. 97-99.





**Figura 5.** Árvore genealógica dos *Gabinii* segundo E. Badian [E. Badian, “The Early Career of A. Gabinius (Cos. 58 B.C.)”, *Philologus*, vol. 103, Issue 1-2, 1959, p. 97.]

O estudo mais recente de Christoph F. Konrad levanta uma hipótese para a genealogia desta família. A principal mudança apresenta-se logo na segunda geração. Segundo este autor, Aulo Gabínio, prefeito em 167 a.C., tem dois filhos: Aulo Gabínio e Públio Gabínio Capitão. Cada um dos dois irmãos cria uma linha familiar, estando a de Aulo Gabínio completamente atestada, enquanto a de Públio Gabínio Capitão ainda levanta muitas questões. Assim, as duas linhas vão-se afastando, sendo que, na geração da personagem que aqui abordamos, a linha dos *Capitones* era apenas de primos afastados<sup>180</sup>. Por isso, não iremos aprofundar muito a história da linha familiar dos *Capitones*.



**Figura 6.** Árvore genealógica dos *Gabinii* segundo Christoph F. Konrad. [Christoph F. Konrad, “A Note on the Stemma of the Gabinii Capitones”, *Klio*, nº 66, 1984, p. 152.]

<sup>180</sup> Christoph F. Konrad, “A Note on the Stemma of the Gabinii Capitones”, *Klio*, nº 66, 1984, p. 156.

Não existem dúvidas de que o prefeito de 167 a.C. é pai de um indivíduo, também de seu nome Aulo Gabínio, que foi oficial sob Quinto Cecílio Metelo Macedónico (210-115 a.C.) contra o pretendente ao trono macedónico, Andrisco, entre 150 e 148 a.C., e desempenhou o cargo de tribuno da plebe em 139 a.C.<sup>181</sup>, sendo, assim, avô da personagem em estudo neste capítulo. Os cargos desempenhados por esta figura apontam para uma ligação entre a família Gabínia e a família Cecília Metela, que os seus descendentes continuam. Desconhecemos completamente a identidade das mulheres da família, mas sabemos que Aulo Gabínio teve dois filhos: Aulo Gabínio (140/135-89 a.C.) e Públio Gabínio (pretor em 88 a.C.).

O terceiro Aulo Gabínio na linhagem, provavelmente o irmão mais velho, foi questor do orador Marco António (143-87 a.C.) no Oriente e pai da personagem central deste capítulo. Marco António apoiava Sula e acabou por ser morto, por Mário, na altura da guerra civil entre este e Sula<sup>182</sup>. O seu irmão mais novo também terá estado sob o comando de Sula e os dois terão sido os primeiros da família a chegar ao cargo de pretor. Apesar de não termos nenhum registo da carreira política do terceiro Aulo Gabínio, sabemos que terá chegado a pretor, porque existe registo de ter lutado na região da Lucânia durante a Guerra Social e de ter morrido em combate<sup>183</sup>. Públio Gabínio conseguiu ir mais longe, continuando a servir sob Sula como governador da Macedónia-Acaia, sendo mais tarde nomeado *quindecimvir* numa comissão a Éritras<sup>184</sup>. Mais uma vez, o Oriente desempenha um papel muito importante na carreira política dos vários membros desta família.

## 2. Início da carreira militar e política

Nenhuma fonte nos indica a data de nascimento de Aulo Gabínio, mas, através dos cargos que desempenhou ao longo do seu *cursus honorum*, estima-se que terá nascido em 110 a.C.<sup>185</sup>. Desconhecemos a sua juventude, no entanto podemos seguir a sua carreira política, os cargos que ocupou e com quem se aliou. Gabínio tinha apenas

---

<sup>181</sup> E. Badian, “The Early Career of A. Gabinius (Cos. 58 B.C.)”, *Philologus*, vol. 103, Issue 1-2, 1959, p. 87.

<sup>182</sup> Gareth C. Sampson, *The Collapse of Rome, Marius, Sulla & The 1st Civil War (91-70 BC)*. South Yorkshire, Pen&Sword Military, 2013, p.94.

<sup>183</sup> Idem, *Ibidem*, p.49.

<sup>184</sup> Cidade na ilha de Quíos, conhecida pelas previsões das Sibilas. E. Badian, Op. Cit., p. 87.

<sup>185</sup> Christoph F. Konrad, “A Note on the Stemma of the Gabinii Capitones”, *Klio*, nº 66, 1984, p. 156; E. Badian, “The Early Career of A. Gabinius (Cos. 58 B.C.)”, *Philologus*, vol. 103, Issue 1-2, 1959, p. 93.

19 anos quando começaram os conflitos que iriam culminar na guerra civil entre Mário e Sula, tendo feito a primeira parte da sua carreira política neste período conturbado. Assim, o *cursus honorum* de Aulo Gabínio foi completamente moldado pelos acontecimentos e conflitos do final da República romana.

A primeira referência à carreira política e militar de Aulo Gabínio conta o início do seu *cursus honorum*. Quando Sula ocupou o comando durante a Primeira Guerra Mitridática, em 87 a.C.<sup>186</sup>, Gabínio foi escolhido para ser tribuno militar numa das cinco legiões de Lúcio Cornélio Sula. No entanto, há alguns autores que levantam questões sobre se o Aulo Gabínio que serve sob Sula é o mesmo que depois segue o seu *cursus honorum* como braço direito de Pompeio. Edward Badian defende que o tribuno militar de 86 a.C. foi, também, o cônsul de 58 a.C., ou seja, a personagem aqui em estudo<sup>187</sup>. Sula foi casado com Cecília Metela, por isso Aulo Gabínio faria parte do seu círculo de relações<sup>188</sup>.

Durante a maior parte da sua carreira política, Aulo Gabínio terá feito parte da facção dos *Optimates*. Não era inédito. Na realidade, é a hipótese mais provável, pois, no final da República romana, os jovens começavam a carreira política pelo cargo de tribuno militar. Ora, em 87 a.C., Gabínio teria 23 anos. Visto que só poderia ser candidato ao cargo de questor a partir dos 30 anos, foi tribuno militar na altura certa, entre 87 e 84 a.C. Os tribunos militares tinham como principal função ajudar o magistrado que tinha o *imperium* a coordenar a legião nas suas diferentes áreas. Cada legião tinha seis tribunos militares que também tinham de se coordenar entre si para que todas ficassem asseguradas<sup>189</sup>.

A guerra com Mitridates foi consequência da conquista romana do mundo helenístico. Mitridates VI liderou uma revolta contra as forças romanas que estavam a invadir os seus territórios. Nas fontes antigas, Gabínio tem um papel ativo na campanha da Queroneia. Quando, naquela que ficou conhecida como a batalha da Queroneia, em 86 a.C., Sula precisou de enviar apenas uma legião, para que esta chegasse à cidade da Queroneia antes do inimigo, escolheu Gabínio para essa função. Plutarco diz-nos que a

---

<sup>186</sup> Gareth C. Sampson, *The Collapse of Rome, Marius, Sulla & The 1st Civil War (91-70 BC)*. South Yorkshire, Pen&Sword Military, 2013, p.79.

<sup>187</sup> E. Badian, “The Early Career of A. Gabinius (Cos. 58 B.C.)”, *Philologus*, vol. 103, Issue 1-2, 1959, p. 570.

<sup>188</sup> Ronald Syme, *The Roman Revolution*. Oxford, Oxford University Press, 1974, pp.66-67.

<sup>189</sup> Nathan Rosenstein, “Military Command, Political Power, and the Republican Elite” In Paul Erdkamp (eds.) *A Companion to the Roman Army*. Oxford, Blackwell Publishing, 2007, pp.136-141.

ação militar bem-sucedida de Gabínio foi fulcral para que os romanos conseguissem tomar a cidade:

“And when Archelaüs, repulsed from this site, set out against Chaeroneia, and the Chaeroneians in Sulla's army besought him not to abandon their city to its fate, he sent out Gabinius, one of his tribunes, with one legion, and let the Chaeroneians also go, who wished, but were unable, to get into the city before Gabinius. So efficient was he, and more eager to bring succour than those who begged that succour should be given.”<sup>190</sup>

Em seguida, apesar de já estarem na cidade, os romanos ainda tinham de derrotar o exército inimigo, comandado por Arquelau. Gabínio encontrou dois cidadãos de Queroneia que conduziram um pequeno grupo de homens até ao local onde se encontrava o acampamento das forças de Arquelau<sup>191</sup>. Esta tática garantiu um ataque surpresa, impedindo Arquelau de organizar as suas forças eficientemente, dando a vitória às legiões romanas<sup>192</sup>:

“After Gabinius had borne testimony to the men's courage and fidelity, Sulla ordered them to make the attempt, while he himself proceeded to form his line of battle, and to dispose his cavalry on either wing, taking command of the right himself, and assigning the left to Murena.”<sup>193</sup>

Estas duas referências demonstram que Gabínio seria conhecido pela sua capacidade militar, sendo considerado um oficial competente. Desconhecemos se Gabínio teve algum contacto com os membros da dinastia ptolemaica que se refugiaram junto de Sula nesta ocasião<sup>194</sup>.

De certeza que foi pelo seu bom desempenho que o encontramos, outra vez ligado a Sula, como interveniente na Segunda Guerra Mitridática (83-81 a.C.). Licínio Murena (105-22 a.C.) foi deixado por Sula para assegurar a província romana da Ásia, mas aproveitou a reorganização das forças do rei do Ponto para o acusar de estar a planear um ataque às forças romanas. De seguida, atacou as forças de Mitridates VI com duas incursões militares, tendo planeada uma terceira<sup>195</sup>. Porém, foi travado por Aulo Gabínio, enviado por Sula como emissário, para transmitir que tinha de terminar os

---

<sup>190</sup> Plut. *Vit. Sull.* 16.8.

<sup>191</sup> Plut. *Vit. Sull.* 17.7.

<sup>192</sup> John G.F. Kind, “Mithridates” in: J.A. Crook; Andrew Lintott; Elizabeth Rawson. *The Cambridge Ancient History, The Last Age of the Roman Republic, 146-43 B.C.* Cambridge, Cambridge University Press, Vol. IX, 2008, pp.156-157.

<sup>193</sup> Plut. *Vit. Sull.* 17.7

<sup>194</sup> Ver capítulo anterior.

<sup>195</sup> A. N. Sherwin-White, “Lucullus, Pompey and the East” In J.A. Crook; Andrew Lintott; Elizabeth Rawson. *The Cambridge Ancient History, The Last Age of the Roman Republic, 146-43 B.C.* Cambridge, Cambridge University Press, Vol. VIIIa, 2008, pp.229-232.

ataques a Mitridates e ainda reconciliar este com Ariobarzanes I Filorromeu (c.95-62 a.C.), rei da Capadócia. Um banquete foi organizado para celebrar a aliança restaurada, mas Apiano indica-nos que Gabínio não tomou parte dos festejos:

“Then he gave a banquet to all, with prizes of gold for those who should excel in drinking, eating, jesting, singing, and so forth, as was customary, in which Gabinius was the only one who did not engage.”<sup>196</sup>

Esta referência contradiz a imagem que Cícero tentou passar de Gabínio, como um homem que gostava de se vestir luxuosamente e de participar em festas onde dança e bebia em grande quantidade:

“He at least had carefully-dressed hair, and perfumed fringes of curls, and anointed and carefully-rouged cheeks, worthy of Capua,—of Capua, I mean, such as it used to be.”<sup>197</sup>

Os catorze anos da vida de Aulo Gabínio que precedem o seu tribunato na Segunda Guerra Mitridática não estão registados por nenhuma fonte antiga. Podemos apenas especular sobre a sua carreira política nessa altura<sup>198</sup>. Terá servido sob Sula até este se ter afastado da vida política em 79 a.C., mas desconhecemos que função terá desempenhado ou que cargo terá ocupado. Gabínio poderia ter sido candidato ao cargo de questor por volta do ano 80 a.C., mas não sabemos se ocupou o cargo ou não<sup>199</sup>. É provável que tenha chegado a ser questor, porque é o primeiro passo do *cursus honorum* nos finais da República romana. Dificilmente teria chegado a tribuno da plebe ou pretor se não tivesse sido questor antes. Porém, a sua ligação com Sula não o terá deixado fora da vida pública durante os anos conturbados da guerra civil.

---

<sup>196</sup> App. *Mith.* 66.

<sup>197</sup> Cic. *Pis.* 25; Cic. *Prov. cons.* 60

<sup>198</sup> E. Badian, “The Early Career of A. Gabinius (Cos. 58 B.C.)”, *Philologus*, vol. 103, Issue 1-2, 1959, p. 94.

<sup>199</sup> Idem, *ibidem*, p.95.

### 3. Gabínio: o braço direito de Pompeio Magno

O início da sua carreira, Aulo Gabínio estabeleceu contactos com outros romanos que também estavam a começar a sua carreira política. Um desses jovens foi Gneu Pompeio, mais tarde conhecido como Pompeio Magno, que também serviu sob Sula. Nascido no ano 106 a.C., começou a sua carreira política durante as guerras sociais, em 89 a.C., como tribuno militar no exército do seu pai, Gneu Pompeio Estrabão (135-87 a.C.). Durante a guerra civil entre Sula e Mário, deixou o acampamento de Lúcio Cornélio Cina (130-84 a.C.) para se juntar a Sula, em 83 a.C., e, em 82 a.C., casou-se com Emília Metela. Porém, em 81 a.C., casou-se com Múcia Tércia. Deste casamento teve três filhos: Gneu Pompeio, o Jovem (79-45 a.C.), Pompeia

(c.80/75-35 a.C.) e Sexto Pompeio (67-35 a.C.)<sup>200</sup>.



**Figura 7.** Busto de Pompeio Magno. [Extraído de Adrian Goldsworthy, *António e Cleópatra*, 2012, p.224]

Em 81 a.C., como propretor, recuperou o domínio da Sicília, que pertencia aos apoiantes de Mário. Por isso, em 79 a.C., Sula concedeu-lhe um triunfo. Em 77 a.C., foi-lhe concedido um *imperium extraordinarium* para combater o inimigo de Sula, Quinto Sertório (126-72 a.C.), na Hispânia. No seu caminho de volta para Itália, em 71 a.C., foi derrotando milícias de escravos da terceira revolta servil, que ainda andavam pela Península

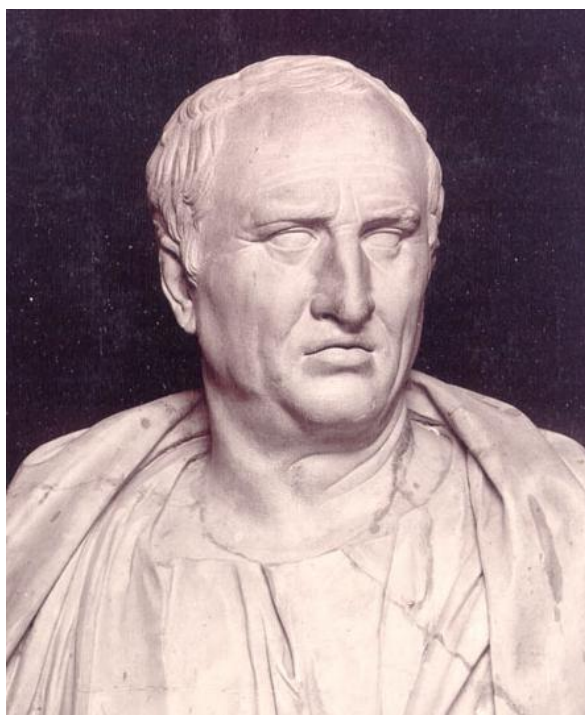
Itálica, apesar de Espártaco já ter sido vencido por Marco Licínio Crasso (115-53 a.C.). Quando chegou a Roma foi-lhe concedido outro triunfo. No ano seguinte, foi cônsul e teve como colega Crasso. Como cônsul, Pompeio aboliu parcialmente algumas das leis e das reformas de Sula. Portanto, Pompeio tinha uma grande influência e poder no Senado romano<sup>201</sup>.

<sup>200</sup>Will Wolfgang, "Pompeius" In Manfred Landfester (eds.), *Brill's New Pauly Encyclopaedia of the Ancient World*. Leiden, Brill, 2006, Vol. 11, pp. 556-558.

<sup>201</sup> Idem, *Ibidem*, p. 559.

O senador romano dependia de um sistema de clientela para conseguir deter e exercer a sua influência. As relações que se estabeleciam entre senadores eram designadas pelos próprios como *amicitia* e podiam ter como base motivos políticos ou uma afinidade pessoal. Estas alianças tinham sempre o objetivo de beneficiar os dois envolvidos, não sendo necessário que uma das partes dominasse, como acontecia com as relações clientelares<sup>202</sup>. As alianças entre estes homens eram estabelecidas de várias formas, sendo as mais habituais o apoio na eleição a cargos e os casamentos entre as duas famílias.

Assim, formavam-se grupos de relações que possuíam uma vertente política e pessoal. Pompeio estabeleceu uma rede de apoio e *amicitia* com vários senadores influentes, cada um com a sua utilidade política. Associamos a Pompeio nomes como: Lúcio Afrânio (m. 46 a.C.), Marco Pisão (114 a.C.- c. 48 a.C.), Tito Labieno (100-45 a.C.), Gaio Cornélio (tribuno da plebe em 66 a.C.), Gaio Manílio (tribuno da plebe em 66 a.C.), Marco Petreio (110-46 a.C.) e Marco Lólio Palicano (tribuno da plebe em 71 a.C.)<sup>203</sup>. Aulo Gabínio também fazia



**Figura 8.** Busto de Cícero. [Extraído de Adrian Goldsworthy, *Caesar, The life of a colossus*, 2006, p.280]

parte deste grupo, do qual beneficiou para a construção da sua carreira política. Lólia, a filha de Marco Lólio Palicano, viria a ser sua mulher<sup>204</sup>.

Para explicar o início da ligação entre Gabínio e Pompeio são levantadas três hipóteses. A primeira afirma que os dois homens estabeleceram uma relação porque foram os dois legados de Sula. Porém, Gabínio só aparece referido em operações militares no Oriente, enquanto Pompeio aparece nas do Ocidente<sup>205</sup>. A segunda afirma

---

<sup>202</sup> Richard S. Williams, “The Role of “Amicitia” in the Career of A. Gabinius (Cos. 58)”, *Phoenix*, Vol.32, No.3, 1978, p.195.

<sup>203</sup> E. Badian, “The Early Career of A. Gabinius (Cos. 58 B.C.)”, *Philologus*, vol. 103, Issue 1-2, 1959, p. 94-95.

<sup>204</sup> Suet. *Iul.* 50; Richard S. Williams, “The Role of “Amicitia” in the Career of A. Gabinius (Cos. 58)”, *Phoenix*, Vol.32, No.3, 1978, p.197.

<sup>205</sup> Idem, *Ibidem*, p.196.

que Gabínio serviu sob Pompeio na Hispânia<sup>206</sup>. Desconhecemos por completo a vida de Gabínio durante a década de 70 a.C., mas aconteceram, na mesma altura, outras campanhas militares em que Gabínio podia ter participado, como nas campanhas de Públio Servílio Vácia contra os piratas na Cilícia entre 78 e 74 a.C.<sup>207</sup>. Por fim, a terceira, indica o casamento com Lólia como causa da ligação entre os dois senadores, pois, tal como Pompeio, a *gens Lollia* era originária do Piceno<sup>208</sup>.

No ano 67 a.C., encontramos a primeira evidência de uma aliança de Aulo Gabínio com Gneu Pompeio. Gabínio foi eleito tribuno da plebe, embora não saibamos se teve apoio deste para a eleição. A primeira lei que faz passar não beneficia diretamente Pompeio, mas as seguintes vão conceder-lhe uma influência maior do que alguma vez deteve. O cargo de tribuno da plebe sofreu muitas modificações desde que apareceu por volta do ano 490 a.C., para defender os direitos dos que não pertenciam às famílias patrícias. Porém, no século I a.C., os tribunos começaram a ter um papel cada vez mais revolucionário, aumentando a influência do cargo. Assim, no final da República, os generais que possuíam o poder sobre o exército, como Pompeio, faziam eleger para tribuno da plebe quem os apoiasse e fizesse passar as leis que ordenassem<sup>209</sup>.

Do tribunado de Gabínio conhecemos três leis, sendo a primeira um ataque direto a Luculo. A lei introduzida por Gabínio encarregava o cônsul desse ano, Marco Glabrião, das províncias da Bitínia e do Ponto, retirando-as a Luculo<sup>210</sup>. Apesar de não beneficiar Pompeio diretamente, Gabínio poderia já estar a seguir as suas ordens, pois Luculo era o seu maior rival. Diminuindo o poder de Luculo, Pompeio ganhava vantagem para conseguir maior influência. Assim, Pompeio poderá ter estado envolvido na construção desta lei<sup>211</sup>.

A segunda lei, conhecida como *Lex Gabinia de versura Romae provincialibus non facienda*, proibia os banqueiros romanos de emprestar dinheiro a indivíduos das províncias romanas. Era uma lei que pretendia acabar com os empréstimos às

---

<sup>206</sup> E. Badian, “The Early Career of A. Gabinius (Cos. 58 B.C.)”, *Philologus*, vol. 103, Issue 1-2, 1959, pp. 95-96.

<sup>207</sup> Erich S. Gruen, *The Last Generation of the Roman Republic*. Berkeley, Los Angeles, Londres, University of California Press, 1995, p.78.

<sup>208</sup> Richard S. Williams, “The Role of “Amicitia” in the Career of A. Gabinius (Cos. 58)”, *Phoenix*, Vol.32, No.3, 1978, p.197.

<sup>209</sup> John Roberts, (ed.) *The Oxford Dictionary of the classical world*. Oxford: University Press, 2005, pp.782-783.

<sup>210</sup> Cic. *Leg. man.* 26

<sup>211</sup> R. Seager, *Pompey the Great. A political biography*. Oxford, Blackwell Publishing, 2003, p.43.



embaixadas das províncias, que, por seu turno, usavam esse dinheiro para subornar senadores para conseguirem uma audiência no Senado<sup>212</sup>. A lei referia ainda que os empréstimos feitos aos provinciais não iriam ser recuperáveis. Apesar de esta lei ter sido aprovada com apoio popular, não teve uma aplicação muito rigorosa, porque os empréstimos e os subornos continuaram a ser a forma comum de conseguir uma audiência<sup>213</sup>.

A terceira lei, a mais conhecida e mais importante do tribunato de Gabínio, *Lex Gabinia de piratis persequendis*, confirma-nos a ligação entre Pompeio e Gabínio. Os piratas no mar Mediterrâneo não eram novidade para os Romanos, mas, em 67 a.C., os piratas da região da Cilícia estavam a perturbar a chegada de trigo a Roma, tornando-se um problema urgente<sup>214</sup>. Assim, a lei determinava que um comandante, escolhido de entre os consulares, teria a tarefa de acabar com os piratas no Mediterrâneo. Para isso, escolheria quinze legados com *imperium* pretoriano que estariam encarregados de uma frota de 2000 navios. O comandante também podia exigir tropas, quando delas necessitasse, e pedir recursos do tesouro de Roma, assim como dos publicanos das províncias<sup>215</sup>. A lei previa que este comando durasse 3 anos<sup>216</sup> e que o *imperium* do comandante se estendesse a todo o mar até às Colunas de Hércules<sup>217</sup>, a todas as ilhas e até 80 km para dentro da costa de todos os territórios, inclusive da Península Itálica<sup>218</sup>. Apesar de o nome de Pompeio não ser mencionado, o mais provável era que fosse indicado para o cargo com apoio popular<sup>219</sup>.

A oposição do Senado foi quase unânime. César foi o único a falar a favor da lei, porque estava a tentar ganhar apoio popular<sup>220</sup>. Hortênsio e o cônsul Gaio Pisão discursaram contra a lei. O Senado considerava muito arriscado entregar tanto poder a um só homem<sup>221</sup>.

Por consequência, Gabínio quase foi morto no Senado, tamanha era a revolta dos senadores em relação à lei. Apercebendo-se disto, a população entra no Senado e ataca

---

<sup>212</sup> Eva Mathews Sanford, “The Career of Aulus Gabinius”, *Transactions and Proceedings of the American Philological Association*, Vol. 70, 1939, p.68-69.

<sup>213</sup> Cic. *Att.* 5.21.12

<sup>214</sup> Cass. Dio 36.23.1; Liv. *Per.* 99

<sup>215</sup> Plut. *Vit. Pomp.* 25; Cass. Dio 36.37.1

<sup>216</sup> App. *Mith.* 94; Vell. Pat. 2.31.1-2; Cass. Dio 36.24.3; 34.3

<sup>217</sup> Atualmente conhecidas como Estreito de Gibraltar.

<sup>218</sup> Cass. Dio 36.36a

<sup>219</sup> Cic. *Leg. man.* 44

<sup>220</sup> R. Seager, *Pompey the Great. A political biography*. Oxford, Blackwell Publishing, 2003, p.44.

<sup>221</sup> Eva Mathews Sanford, “The Career of Aulus Gabinius”, *Transactions and Proceedings of the American Philological Association*, Vol. 70, 1939, p. 70.

os senadores. Todos conseguiram escapar, menos Gaio Pisão (cônsul em 67 a.C.), que tinha falado contra a lei Gabínia. Só foi salvo porque Aulo Gabínio convenceu a multidão a deixá-lo ir<sup>222</sup>, demonstrando que Gabínio tinha influência sobre a população de Roma.

A partir deste momento, todos os tribunos tinham receio de falar contra a lei, por temerem pela sua própria vida. Díon narra-nos um discurso de Pompeio, em que este relembra todos os seus feitos até então<sup>223</sup>, tendo sido seguido por um discurso de Gabínio a defender a necessidade da lei<sup>224</sup>:

“When he had delivered this speech, Gabinius answered him, saying: "Pompey's behaviour in this very matter, Quirites, is worthy of his character: he does not seek the leadership, nor does he accept it off-hand when offered to him. For a good man has no business, in any case, to desire to hold office and to manage public affairs; and in the present instance it is fitting that one should undertake all the tasks imposed only after due consideration, in order that he may accomplish them with corresponding safety. Rashness in making promises, which leads to inopportune haste also in carrying them out, causes the downfall of many; but sureness at the outset remains the same in action, and is to the advantage of all. You, however, must choose not what is pleasing to Pompey, but what is of benefit to the state. Not the office-seekers, but those who are capable should be put in charge of affairs; the former are very numerous, but you will not find any other such man as Pompey.”<sup>225</sup>

Porém, apesar de todos acontecimentos, Lúcio Trebélio e Lúcio Róscio, tribunos nesse ano, continuaram a protestar contra a lei de Gabínio. Trebélio veta a lei e Gabínio, através de uma medida que não era usada desde 133 a.C., por Tibério Graco (c. 163-133 a.C.), propôs que Trebélio fosse privado do seu cargo. Quando todas as tribos votaram, nas *comitia*, a favor desta proposta, Trebélio retirou o veto<sup>226</sup>. Apesar de Cátulo também ter discursado contra, a lei passou e ainda foi implementado um acrescento: o comandante tinha direito a 500 navios, 120.000 soldados de infantaria, 5.000 de cavalaria, 24 legados e 2 questores<sup>227</sup>. Em quarenta dias, Pompeio tinha derrotado os piratas, forçando-os a retirar para a Cilícia, e resolvido o problema do abastecimento de cereal para Roma por ter protegido as regiões da Sardenha, Sicília e Norte de África<sup>228</sup>.

Ainda em 67 a.C., um novo tribuno, Gaio Manílio, propõe que Pompeio seja encarregado das províncias da Cilícia, Bitínia e Ponto, juntamente com o comando da

---

<sup>222</sup> Cass. Dio 36. 24.1-3.

<sup>223</sup> Cass. Dio 36. 26

<sup>224</sup> Cass. Dio 36. 26-30.

<sup>225</sup> Cass. Dio 36. 27. 1-3

<sup>226</sup> R. Seager, *Op. Cit.*, p.45.

<sup>227</sup> Plut. *Vit. Pomp.* 26

<sup>228</sup> R. Seager, *Pompey the Great. A political biography.* Oxford, Blackwell Publishing, 2003, p.47.

Terceira Guerra Mitridática<sup>229</sup>. Apesar da oposição, com o apoio de César e de outros senadores, a proposta foi aceite e Pompeio substituiu Luculo no comando das tropas romanas na guerra contra Mitridates VI. Pela sua experiência nas duas guerras mitridáticas e, também, por demonstrar lealdade a Pompeio, Gabínio foi nomeado legado deste, em 66 a.C.<sup>230</sup>. Muitos senadores opuseram-se a esta nomeação porque Pompeio só tinha conseguido um *imperium* tão vasto graças a Gabínio, mas Cícero defendeu Gabínio, realçando a sua habilidade militar<sup>231</sup>, certamente a pedido de Pompeio.

Os anos passados no Oriente foram fulcrais para a construção da clientela de Pompeio no Oriente. Apesar da derrota de Mitridates VI ser o objetivo principal desta campanha, envolveu conflitos por todo o Oriente, que estavam relacionados com a monarquia do Ponto. Assim, permitiu a Gabínio continuar a construir a sua rede de influência e de conhecimentos, que já tinha começado nas suas campanhas anteriores nesta região. As diversas campanhas no Oriente e as oportunidades de riqueza que a região oferecia foram fulcrais para a carreira política de Aulo Gabínio.

Assim, encontramos Aulo Gabínio encarregado das missões mais importantes desta reorganização do Oriente. Logo em 65 a.C., foi enviado para junto do rio Tigre, para fazer um ultimato ao rei da Pártia, Fraates III (r. 70-57 a.C.), para que não se aliasse com o rei da Arménia, Tigranes II, o Grande (r. 90-55 a.C.), contra Roma<sup>232</sup>. O ultimato funcionou e Fraates III aliou-se com Roma, provocando uma tensão entre a Pártia e a Arménia, impedindo-as de auxiliarem Mitridates VI. Depois de uma incursão militar na Arménia, Tigranes II rende-se e torna-se aliado de Roma, continuando a reinar até à sua morte<sup>233</sup>.

Em seguida, seguiram para a Síria, um território que era controlado por Tigranes II, mas passava a ficar sob administração romana. Pompeio organizou o território e os núcleos de poder de cada região de acordo com o que traria maior benefício a Roma. Marco Emílio Escauro foi enviado para Damasco, logo em 66 a.C., para que fosse perscrutando a situação política da região. Em seguida, partiu para Jerusalém, onde começara uma guerra civil entre os dois irmãos herdeiros do trono, Hircano II e

---

<sup>229</sup> Cic. *Mur.* 34; Liv. *Per.* 100; Vell. *Pat.* 2.33.1; Plut. *Vit. Pomp.* 30; *Vit. Luc.* 35; Eutr. 6.12.2; Oros. 6.4.3.

<sup>230</sup> Richard S. Williams, “The Role of “Amicitia” in the Career of A. Gabinius (Cos. 58)”, *Phoenix*, Vol.32, No.3, 1978, p.199; Cic. *Leg. man.* 57-58;

<sup>231</sup> Eva Mathews Sanford, “The Career of Aulus Gabinius”, *Transactions and Proceedings of the American Philological Association*, Vol. 70, 1939, p.71-72; Cic. *Leg. man.* 19.57-58.

<sup>232</sup> Cass. Dio 37.5

<sup>233</sup> R. Seager, *Pompey the Great. A political biography*. Oxford, Blackwell Publishing, 2003, p.55-56.

Aristobulo II, filhos da rainha Alexandra, que morreu em 67 a.C.<sup>234</sup>. Escauro chegou a meio de um cerco, em que os sitiados eram comandados por Hircano e Antípato, com o apoio de Aretas III, rei da Nabateia (r. 87-62 a.C.), e o sitiado era Aristobulo e as suas forças. Assim, chegaram duas embaixadas, uma de cada um dos irmãos, com propostas e subornos. O suborno de Aristobulo deve ter sido mais elevado, porque Escauro decide a seu favor. Hircano e Antípato são forçados a levantar o cerco, sob ameaça de um ataque romano<sup>235</sup>. Escauro volta a Damasco, depois de este incidente estar resolvido<sup>236</sup>.

Quando, no final de 64 a.C., depois de ter organizado a região do norte e do centro da Síria<sup>237</sup>, Pompeio chegou a Damasco, os representantes dos dois irmãos, Antípato a favor de Hircano e Nicodemo a favor de Aristobulo, e um terceiro representante, que se designava como representante da população, requereram uma audiência com o general romano. Apresentaram os seus argumentos acerca dos direitos que cada um deles tinha ao trono. Aristobulo tentou subornar Pompeio com 500 talentos, enquanto Hircano trouxe 100 judeus como testemunhas do seu valor e de como tinha direito ao trono por ser o filho primogénito<sup>238</sup>. Nicodemo também se queixou a Pompeio de que os seus dois legados, Escauro e Gabínio, tinham recebido pagamentos, mas não tinham feito nada em favor de Aristobulo<sup>239</sup>. Assim, sabemos que Gabínio terá ido para Damasco depois de Escauro, mas antes de Pompeio.

Porém, Pompeio não deu logo uma resposta, pois tinha que impedir que o rei da Nabateia, Aretas III, interferisse a organização que Pompeio procurava estabelecer na região. Assim, pediu-lhes que se voltassem a encontrar com ele em Damasco, na primavera. Aristobulo não aceitou as condições de Pompeio e barricou-se na fortaleza de Alexandrion<sup>240</sup>. Pompeio obrigou-o a render-se, mas Aristobulo apenas se dirigiu para Jerusalém para continuar a preparar uma investida sobre as tropas romanas. Por isso, Pompeio perseguiu-o até à cidade. Como as forças romanas estavam em número superior, Aristobulo acedeu a pagar um valor a Pompeio e a deixar que fosse instalada uma guarnição romana na cidade de Jerusalém. Porém, os seus apoiantes não aceitaram a decisão e continuaram a planear uma investida contra os romanos. Como não

---

<sup>234</sup> Peter Schäfer, *The History of the Jews in the Greco-Roman World*. Oxford, Routledge, 2003, p. 76.

<sup>235</sup> Joseph. *BJ*. 1. 6. 2-3

<sup>236</sup> Joseph. *AJ*. 14. 29

<sup>237</sup> John D. Grainger, *Egypt and Judaea (Roman Conquest)*. South Yorkshire, Pen&Sword Military, 2013, pp. 139-140.

<sup>238</sup> E. Mary Smallwood. *The Jews under Roman rule, From Pompey to Diocletian*. Leiden, Brill, 1981, p. 21.; Joseph. *AJ*. XIV.38-45.

<sup>239</sup> Joseph. *AJ*. 14. 37

<sup>240</sup> Joseph. *BJ*. 1. 6. 5

possuíam forças suficientes para proteger toda a cidade, barricaram-se no Monte do Templo, cortando as ligações à cidade, tornando o cerco a única opção para o general romano<sup>241</sup>.

Aristobulo tentou impedir o cerco da cidade através da promessa de largas quantias de dinheiro, mas quando Pompeio enviou Gabínio para recolher o pagamento, o legado foi impedido de entrar na cidade<sup>242</sup>. Pompeio ordenou que Aristobulo fosse aprisionado e que as forças avançassem sobre a cidade. Demorou três meses a conseguir derrotar os apoiantes de Aristobulo, que se tinham barricado no monte. A cidade não foi pilhada, mas as suas muralhas foram destruídas. Hircano passou a ocupar o trono, mas a cidade ficou sob controlo romano. Porém, as ameaças não tinham terminado, pois o filho de Aristobulo, Alexandre, conseguiu escapar da cidade e não foi levado como prisioneiro para Roma<sup>243</sup>.

Em 63 a.C., Mitridates suicidou-se, desaparecendo a ameaça de uma nova investida contra os romanos. Todos os reinos do Oriente estavam pacificados, reorganizados e sob o controlo de Roma. Assim, Pompeio volta a Roma, pouco depois da conspiração de Catilina. Gabínio volta com ele, não podendo estar ligado à conspiração, mas mais tarde Cícero faz parecer através de afirmações comprometedoras nos seus discursos, segundo Eva Matthews Sanford. A riqueza que Gabínio conseguiu no Oriente permitiu-lhe candidatar-se a pretor em 61 a.C.<sup>244</sup>. Os pretores eram responsáveis pela administração da justiça e também tinham de pagar os jogos, sendo, por isso, um cargo para o qual o candidato tinha que deter alguma riqueza<sup>245</sup>.

O pretor estava subjugado aos cônsules e, nesse ano, os pompeianos ocupavam os cargos. Marco Púpio Pisão Frúgi, homem de Pompeio, e Marco Valério Messala Nigro foram eleitos. Possivelmente, foi neste ano que foi criada a *Lex Gabinia de legationibus*, um suplemento à *Lex Gabinia de versura Romae provincialibus non facienda*. A lei requeria que os cônsules concedessem as audiências pedidas pelas embaixadas das províncias entre o primeiro dia de Fevereiro e o primeiro dia de Março<sup>246</sup>.

---

<sup>241</sup>E. Mary Smallwood. *The Jews under Roman rule, From Pompey to Diocletian*. Leiden, Brill, 1981, pp. 22-25.

<sup>242</sup>Joseph. *AJ.* 14. 55-60; *BJ.* 1. 6. 6.

<sup>243</sup>Joseph. *AJ.* 14. 58-77; *BJ.* 1. 7.

<sup>244</sup>Eva Matthews Sanford, "The Career of Aulus Gabinius", *Transactions and Proceedings of the American Philological Association*, Vol. 70, 1939, p.73.

<sup>245</sup>T. Corey Brennan, "Praetor" In Simon Hornblower; Antony Spawforth. *The Oxford Classical Dictionary*. Oxford, Oxford University Press, 2005, pp.1240-1241.

<sup>246</sup>Idem, *Ibidem*, p.73; Cic. *QFr.* II.11

Passados dois anos, em 59 a.C., começava um acordo informal, designado pelos estudiosos como Primeiro Triunvirato, entre os três homens mais influentes do Senado naquela altura: Gaio Júlio César, Marco Licínio Crasso e Gneu Pompeio, para que se apoiassem mutuamente nos objetivos políticos de cada um. César foi cônsul nesse ano, juntamente com Marco Calpúrnio Bíbulo (102-48 a.C.), estando assim responsáveis pelas eleições para o ano seguinte. Bíbulo, que durante todo o consulado se tinha oposto às medidas de César, impediu que as eleições decorressem em Julho, adiando-as<sup>247</sup>. Aulo Gabínio candidatou-se ao cargo de cônsul<sup>248</sup>, mas a sua candidatura foi intercetada por Gaio Pórcio Catão, acusando-o *de ambitu* (corrupção, suborno)<sup>249</sup>. Apesar da oposição, a candidatura de Gabínio avançou à mercê da influência política, pois um pretor pompeiano bloqueou a acusação<sup>250</sup>.

Não foi o único incidente da campanha de Aulo Gabínio. Durante os jogos de gladiadores, que organizou para conseguir mais votos<sup>251</sup>, um grupo de jovens protestou contra Pompeio, através de insultos e de assobios<sup>252</sup>. Numa carta para Ático, Cícero refere que durante os jogos de Apolo, um ator, de nome Dífilo, proferiu várias frases que, no ver de Cícero, poderiam ter sido escritas pelos inimigos de Pompeio por parecer que se referiam ao triúmviro:

“At the games of Apollo the actor Diphilus made a pert allusion to Pompey, in the words: By our misfortunes thou art—Great. He was encored countless times. When he delivered the line, the time will come when thou wilt deeply mourn; That self-same valour, the whole theatre broke out into applause, and so on with the rest. For the verses do seem exactly as though they were written by some enemy of Pompey's to hit the time.”<sup>253</sup>

Ainda assim, apesar das hostilidades contra Pompeio e os seus apoiantes, Aulo Gabínio foi eleito cônsul em 58 a.C., tendo como colega Lúcio Calpúrnio Pisão. O consulado de Gabínio e Pisão não decorreu sem incidentes, pois o tribuno da plebe desse ano, Públio Clódio Pulcro, veio provocar várias tensões e conflitos com as diferentes leis que tentou promulgar. Clódio promulgou uma lei que permitia exilar

---

<sup>247</sup> Jerzy Linderski, “Constitutional Aspects of the Consular Elections in 59 B.C.”, *Historia: Zeitschrift für Alte Geschichte*, Bd. 14, H.4, Oct., 1965, p. 428.

<sup>248</sup> Cic. *Att.* 2.5.2

<sup>249</sup> Cic. *QFr.* 1.2.5

<sup>250</sup> Guy Edward Farquhar Chilver; Ernst Badian; Robin J. Seager, “Porcius Cato Gaius” In Simon Hornblower; Antony Spawforth. *The Oxford Classical Dictionary*. Oxford, Oxford University Press, 2005, p. 1224.

<sup>251</sup> W.C. Grummel, “The Consular Elections of 59 B.C.”, *The Classical Journal*, Vol. 49, No.8, Maio 1954, pp.351-352.

<sup>252</sup> Eva Mathews Sanford, “The Career of Aulus Gabinius”, *Transactions and Proceedings of the American Philological Association*, Vol. 70, 1939, pp.74-75.

<sup>253</sup> Cic. *Att.* 2.19.3.

aqueles que tinham condenado um cidadão romano à morte sem qualquer julgamento. Esta lei foi criada para prejudicar, afastar e denegrir Cícero. O orador tinha destruído o álibi de Clódio quando este foi julgado por se ter infiltrado num culto a *Bona Dea*, cultos estritamente reservados a mulheres<sup>254</sup>. Enquanto denunciava a conspiração de Catilina, Cícero tinha pedido a execução de todos os envolvidos sem qualquer tipo de julgamento como recurso. Os triúmviros pouco fizeram enquanto se discutia esta lei e a possibilidade de condenar Cícero ao exílio. Clódio tinha o apoio popular devido a uma lei agrária que fez o preço dos cereais baixar e controlava as ruas de Roma com grupos armados<sup>255</sup>.

Quando Cícero foi condenado ao exílio, nenhum dos cônsules interveio para o impedir. Aqui começa o ódio de Cícero para com Gabínio, que iria marcar todos os seus discursos, depois de ter voltado do exílio. Clódio promulgou duas leis que atribuía a cada um dos cônsules uma província, para as quais iriam partir no ano seguinte como procônsules. Através da *Lex Clodia de provinciis consularibus*, a Gabínio foi atribuída a Síria e a Pisão a Macedónia, duas províncias no Oriente com muitas oportunidades para criar uma fortuna pessoal<sup>256</sup>.

Até esta altura, a província da Síria era considerada pacífica, de tal forma que o cargo associado a esta região era de governador pretoriano. Deste modo, com esta lei, passa a ser um cargo de governador consular<sup>257</sup>. O orador também nos conta que Gabínio teria escolhido a província que queria, o exército e a quantidade de dinheiro que quis. Certamente não foi tanto uma escolha por simplesmente ser a sua vontade, como Cícero faz parecer, mas por ser uma província que beneficiava mais Gabínio pois tinha influência. Cícero também refere o poder proconsular ilimitado<sup>258</sup> para os dois cônsules, mas nada durante o seu proconsulado na Síria indica que Gabínio teria tido mais poder do que seria habitual para um procônsul:

“They openly made a treaty with the tribune of the people, to receive from him whatever provinces they chose, and an army, and as much money as they chose, on this condition,—that they themselves were the first to hand over the afflicted republic in fetters to the tribune.”<sup>259</sup>

---

<sup>254</sup> Richard S. Williams, “The Role of “Amicitia” in the Career of A. Gabinius (Cos. 58)”, *Phoenix*, Vol.32, No.3, 1978, p.199.

<sup>255</sup> E. S. Gruen, “P. Clodius: Instrument or Independent Agent?”, *Phoenix*, nº 20, 1966, p.125.

<sup>256</sup> Idem, *Ibidem*, p.127; *Cic. Dom.* 23; 47-48; 60;124; *Cic. Prov. Cons.* 17

<sup>257</sup> Richard S. Williams, “Rei Publicae Causa: Gabinius' Defense of His Restoration of Ptolemy Auletes”, *The Classical Journal*, Vol. 81, No. 1, Oct. - Nov., 1985, p. 27.

<sup>258</sup> *Cic. Dom.* 23; 55

<sup>259</sup> *Cic. Sest.* 24

Segundo Cícero, Clódio teria liberdade de ação e os cônsules não se opuseram nem intervieram. Assim, Gabínio conseguiu evitar ser inimigo de Clódio e, ao mesmo tempo, não ir contra os objetivos dos triúnviros, nomeadamente de Pompeio, que também nada fez para parar o ataque político a Cícero<sup>260</sup>. A suposta liberdade de ação de Clódio foi um exagero de Cícero. Clódio também atacaria Gabínio e Pompeio, quando estes o atacaram, porque tinha aceitado um suborno de Tigranes, o Jovem. O príncipe saiu de Roma sem conseguir uma audiência. Clódio insultou Gabínio e Pompeio, ordenou que o seu grupo atacasse os apoiantes de Pompeio e de Gabínio e partiu os *fasces*, símbolo do *imperium* dos cônsules<sup>261</sup>. Desconhecemos o desfecho deste episódio. Sabemos que, no ano seguinte, Clódio continuava a atacar Pompeio e ainda tinha apoio popular, mas, aproveitando um dia em que Clódio não estava presente no Senado, Pompeio avançou com uma moção para permitir que Cícero voltasse do exílio, através de um recém-eleito tribuno, Tito Ânio Milão. O orador voltou a Roma em 57 a.C., continuando a fazer parte do círculo de apoiantes de Pompeio<sup>262</sup>.

Deste ano de consulado de Gabínio, conhecemos uma lei, de Gabínio e de Pisão, designada como *Lex Gabinia Calpurnia de Dellis*. Esta lei consignava que os danos consequentes dos ataques de piratas nessa região fossem reparados<sup>263</sup>. A população de Delos tinha sofrido muito com os ataques de piratas, tendo até dedicado uma gravura de um *thiasos*<sup>264</sup> a Pompeio conhecido como *Pompeiastai*<sup>265</sup>. A inscrição onde encontramos esta lei foi interpretada de diferentes maneiras pelos investigadores, sendo considerada por alguns como a prova de que Aulo Gabínio teria o cognome de *Capito*<sup>266</sup>. Porém, a leitura da inscrição não é clara, por isso não é seguro associar o cognome ao cônsul de 58 a.C.

Gabínio saiu para a província da Síria ainda em 58 a.C., segundo Eva Mathews Sanford. A autora afirma que foi para se preservar das tensões que aumentavam com

---

<sup>260</sup> Cic. *Fam.* 1.9.13.

<sup>261</sup> Eva Mathews Sanford, “The Career of Aulus Gabinius”, *Transactions and Proceedings of the American Philological Association*, Vol. 70, 1939, pp.76-78; Cass. Dio 38.30; Cic. *Dom.* 25.66;

<sup>262</sup> Leonhardt Jürgen, “Cicero” In Manfred Landfester (eds.), *Brill’s New Pauly Encyclopaedia of the Ancient World*. Leiden, Brill, 2006, Vol. 3, pp. 317-327.

<sup>263</sup> Eva Mathews Sanford, “The Career of Aulus Gabinius”, *Transactions and Proceedings of the American Philological Association*, Vol. 70, 1939, p.80.

<sup>264</sup> Festival em honra a um deus.

<sup>265</sup> Para saber mais, consultar: Luis Amela Valverde, “Inscripciones honoríficas dedicadas a Pompeyo Magno”, in *Faventia: Revista de filología clàssica* nº23/1, 2001, pp.87-102.

<sup>266</sup> Jerzy Linderski; Anna Kaminska.Linderski, “A. Gabinius A. f. Capito and the First Voter in the Legislative Comitia Tributa” *Zeitschrift für Papyrologie und Epigraphik*, Bd. 12, 1973, pp. 247-252.



Clódio<sup>267</sup>. Como Gabínio não tinha recebido o proconsulado de uma forma ortodoxa, poderia rezear que, se Clódio perdesse influência, ele perderia o direito a ser procônsul da Síria. São apenas especulações, mas poderá ter sido este o motivo que levou Gabínio a abandonar Roma antes do fim do seu consulado.

#### 4. Aulo Gabínio: Procônsul da Síria

A província da Síria trazia para Gabínio um conjunto de oportunidades importantes para o crescimento da sua carreira. Nesta altura, a província da Síria era a junção dos dois territórios que conhecemos atualmente como Síria e Palestina<sup>268</sup>. Até então, Gabínio tinha estado sempre sob a influência de Pompeio. O proconsulado trazia-lhe a oportunidade de seguir algumas das suas motivações pessoais. Gabínio tinha o *imperium*, mas estava afastado da vida política do Senado, com todas as suas tensões, alianças e fações. O procônsul tinha um *imperium* igual ao do cônsul, mas sempre referente a uma província<sup>269</sup>. Por isso durante este período, Gabínio teve alguma liberdade em relação ao que experimentara até então em Roma<sup>270</sup>.

A organização que Pompeio fez no Oriente precisava de ser mantida e continuada. Escauro foi o primeiro procônsul da Síria<sup>271</sup> e Gabínio foi continuar um projeto para o qual tinha todas as competências, porque tinha acompanhado de perto a transformação da Síria em província romana. A destruição provocada pela Terceira Guerra Mitridática e os ataques dos piratas estavam de certeza ainda muito presentes e, por isso, eram necessárias várias medidas<sup>272</sup>.

Alexandre, filho de Aristobulo, que tinha escapado a Pompeio, tinha organizado um exército, conseguido apoiantes e começado uma revolta contra Hircano II. A população da Judeia estava cada vez mais descontente, porque acreditava que os romanos tinham vindo piorar a situação dos conflitos internos em vez de os resolver<sup>273</sup>.

---

<sup>267</sup> Eva Mathews Sanford, *Op. Cit.*, p.78.

<sup>268</sup> Mais tarde, Augusto separa estes dois territórios, transformando cada um deles numa província.

<sup>269</sup> Ernst Badian; A.W.L. "Pro consule, pro praetore" In Simon Hornblower; Antony Spawforth. *The Oxford Classical Dictionary*. Oxford, Oxford University Press, 2005, pp. 1248-1249.

<sup>270</sup> Richard S. Williams, "The Role of "Amicitia" in the Career of A. Gabinius (Cos. 58)", *Phoenix*, Vol.32, No.3, 1978, p.201.

<sup>271</sup> Escauro foi julgado por alegadamente ter extorquido dinheiro da província. Vide o discurso que Cícero escreveu em defesa deste, *Pro Scauro*.

<sup>272</sup> Eva Mathews Sanford, "The Career of Aulus Gabinius", *Transactions and Proceedings of the American Philological Association*, Vol. 70, 1939, p.80.

<sup>273</sup> John D. Grainger, *Egypt and Judaea (Roman Conquest)*. South Yorkshire, Pen&Sword Military, 2013, pp. 371-375.

Decerto, sabendo o que se passava na Judeia, Gabínio organizou um exército em Roma antes de partir para a província, porque as duas legiões que Pompeio tinha deixado na Síria não eram suficientes para controlar a revolta de Alexandre. O principal objetivo de Gabínio era uma campanha contra os Partos, sendo outro motivo pelo qual precisava de um maior número de forças. Assim, iria conseguir um mérito militar maior e, talvez, até um triunfo, mas era preciso primeiro dar resposta aos problemas mais urgentes<sup>274</sup>.

Assim, Gabínio chegou à Síria em 57 a.C., tendo como prefeito de cavalaria Marco António (83-30 a.C.), a quem confiou as missões mais importantes durante os 3 anos<sup>275</sup> do seu proconsulado<sup>276</sup>. Enquanto Gabínio preparava a sua partida, Alexandre já tinha provocado várias insurreições. Assim, quando o procônsul chega, o príncipe já possuía uma força militar capaz de ameaçar a cidade de Jerusalém. As forças militares de Hircano e as tropas romanas que estavam na cidade tentaram bloquear o seu avanço, mas Alexandre conseguiu tomar a cidade e começava a fazer planos de reconstruir as muralhas. Várias fortalezas da região estavam sob o controlo de Alexandre e contava com 10.000 hoplitas e 5.000 cavaleiros no seu exército<sup>277</sup>.



**Figura 9.** Moeda emitida durante o proconsulado de Gabínio. No verso está representado o perfil de Gabínio e no reverso a deusa Nice que segura uma grinalda e uma palma. [Download a partir de [www.edgarlowen.com/roman-imperial-coins.shtml#gabinus](http://www.edgarlowen.com/roman-imperial-coins.shtml#gabinus)]

Gabínio enviou Marco António com a ordem de recrutar o maior número de tropas locais para auxiliares às legiões romanas. Antípatro enviou as suas melhores

<sup>274</sup> Idem, *Ibidem*, p.388.

<sup>275</sup> A. N. Sherwin-White, “Gabinus and the aftermath of Pompey” In J.A. Crook; Andrew Lintott; Elizabeth Rawson. *The Cambridge Ancient History, The Last Age of the Roman Republic, 146-43 B.C.* Cambridge, Cambridge University Press, Vol. IX, 2008, pp.271-273.

<sup>276</sup> Adrian Goldsworthy, *António e Cleópatra*. Lisboa, A Esfera dos Livros, 2012, pp.118-123.

<sup>277</sup> Joseph. *AJ.* 14. 82; *BJ.* 1. 8. 2

tropas e, desta forma, Gabínio conseguiu encurralar Alexandre na fortaleza de Alexandreion e obrigou-o à rendição<sup>278</sup>. Para conseguir encurralar Alexandre, Gabínio tinha ordenado a destruição de algumas guarnições. Logo que terminou com esta ameaça, mandou reconstruir a estrutura defensiva de várias cidades. Gabínio percorreu as principais áreas da Judeia, para avaliar os problemas, analisar o estado das fortalezas e das forças de cada cidade e eliminar apoiantes de Alexandre<sup>279</sup>.

Apesar deste conflito com Alexandre ter terminado, em 56 a.C., Aristobulo chegou à Judeia, porque conseguiu fugir de Roma. Provavelmente escapou subornando alguns dos inimigos de Gabínio<sup>280</sup>. Os conflitos recomeçaram porque Aristobulo tinha conseguido reunir uma força de 8.000 homens. Voltou a tomar Alexandreion, mas foi vencido por Gabínio e quando tentou fugir não conseguiu encontrar nenhuma fortaleza para se refugiar, porque as daquela região ainda não estavam completamente reparadas<sup>281</sup>. Acabou por ser derrotado e foi enviado de volta para Roma. Porém, os seus filhos permaneceram na Judeia, pois essa fora a condição para a rendição de todas as fortalezas e tropas<sup>282</sup>.

Aulo Gabínio afastou-se da orientação de Pompeio de não interferir com a política da Judeia quando decidiu criar um novo sistema de organização administrativa e de governo, com o objetivo de trazer mais estabilidade a uma região conflituosa<sup>283</sup>. Assim, Hircano II ficou no cargo de sumo sacerdote, mas a Judeia foi dividida em cinco regiões cada uma governada por *synhodoi* ou *synhedria*, ou seja, um grupo de aristocratas locais, que se encontrava na cidade mais importante dessa região. A primeira região tinha como cidade central Jerusalém, a segunda Gadara, a terceira Amato, a quarta Jericó e a quinta Séforis<sup>284</sup>.

---

<sup>278</sup> Joseph. *AJ.* 14. 89; *BJ.* 1. 8. 3-5.

<sup>279</sup> As cidades alvo de reconstrução foram: Citópolis, Samaria, Antédon, Apolónia, Jâmnia, Ráfia, Adoreu, Gamala e Azoto. Joseph. *AJ.* 14. 86; *BJ.* 1. 7. 5.

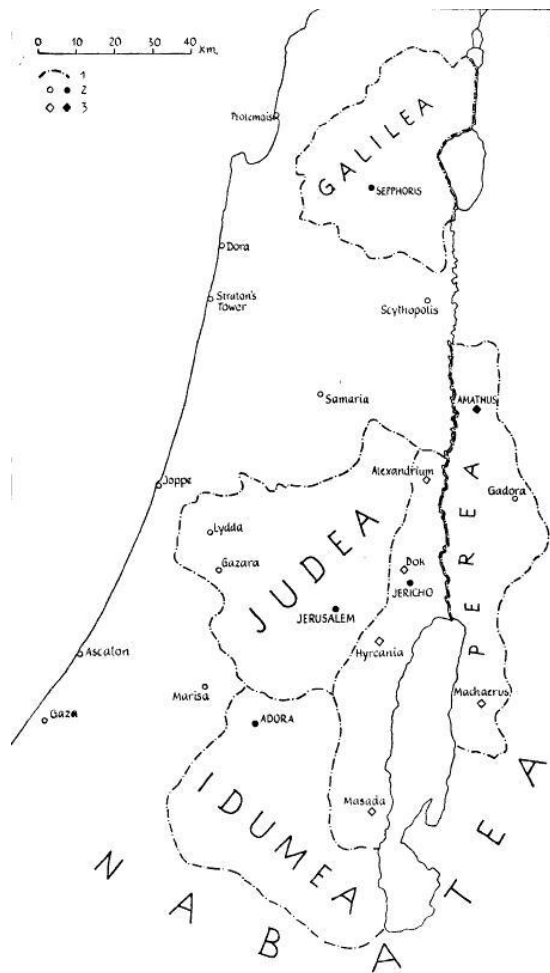
<sup>280</sup> Eva Mathews Sanford, “The Career of Aulus Gabinius”, *Transactions and Proceedings of the American Philological Association*, Vol. 70, 1939, p.81.

<sup>281</sup> John D. Grainger, *Egypt and Judaea (Roman Conquest)*. South Yorkshire, Pen&Sword Military, 2013, pp. 371-375.

<sup>282</sup> Joseph. *BJ.* 1. 8. 6.

<sup>283</sup> Richard S. Williams, “The Role of “Amicitia” in the Career of A. Gabinius (Cos. 58)”, *Phoenix*, Vol.32, No.3, 1978, pp. 202-203.

<sup>284</sup> B. Kanael, “The Partition of Judea by Gabinius”, *Israel Exploration Journal*, 1957, pp. 98-106.



**Figura 10.** Organização da Judeia por Gabínio: o número 1 são os limites de cada distrito, o 2 são as cidades e o 3 as fortalezas. [Extraído de Kanael, “The Partition of Judea by Gabinius”, 1957, p. 105]

Por ter conseguido a pacificação da região, Gabínio pediu uma *supplicatio*<sup>285</sup>, que o Senado recusou, apesar de ter sido aclamado como *imperator*<sup>286</sup>. Um sinal claro de hostilidade em relação ao procônsul, pois este tinha sido chamado para voltar a Roma e deixar a província. Porém, Gabínio recusou-se a deixar a Síria<sup>287</sup>. Mas este não foi o único problema que Gabínio enfrentou. Por causa da sua mudança administrativa, Gabínio tinha tornado a cobrança de impostos uma responsabilidade dos *synhedria*. O procônsul estabeleceu o valor fixo que os *publicani* podiam cobrar<sup>288</sup>. Os *publicani* eram cidadãos romanos que estabeleciam contratos com as populações e cobravam todo o gênero de taxas, excetuando o *tributum*<sup>289</sup>. Os cobradores de impostos foram muito afetados por esta decisão, porque já não podiam cobrar tantos

impostos como antes. Os *publicani* decidiram que uma vaga de protestos e tensão ia pressionar o procônsul. Mas esta ação apenas levou a que Gabínio ordenasse a expulsão dos *publicani* da província da Síria<sup>290</sup>.

Cícero aproveitou esta situação para atacar Aulo Gabínio, fazendo vários discursos no Senado, acusando-o de ter escravizado cidadãos romanos e de não lhes ter

<sup>285</sup> As *supplicationes* podiam ter lugar por vários motivos. Neste caso é o agradecimento pela vitória de um general através de rituais religiosos. Cic. *Pis.* 41-42.

<sup>286</sup> Eva Mathews Sanford, “The Career of Aulus Gabinius”, *Transactions and Proceedings of the American Philological Association*, Vol. 70, 1939, pp.81-82.

<sup>287</sup> Pisão também foi chamado e também se recusou a voltar para Roma. Richard S. Williams, “The Role of “Amicitia” in the Career of A. Gabinius (Cos. 58)”, *Phoenix*, Vol.32, No.3, 1978, p.203; Cic. *Prov. cons.* 14-16.

<sup>288</sup> F. E. Udoh, *To Caesar what is Caesar’s. Tribute, Taxes, and Imperial Administration in Early Roman Palestine (63 B.C.E.–70 C.E.)*. Rhode Island, Brown University, 2005, pp. 15-17.

<sup>289</sup> John Roberts (ed.) *The Oxford Dictionary of the classical world*. Oxford, University Press, 2005, pp.631-632.

<sup>290</sup> David C. Braund “Gabinius, Caesar and the publicani of Judea” in *Klio*, nº65, 1983, pp.241-244.

concedido o que eram os seus direitos e regalias<sup>291</sup>, pois, antes de os expulsar, tinha terminado os contratos existentes e proibido guardas pessoais. Richard Williams defende que estas ações são consistentes com a legislação que Gabínio foi promulgando ao longo da sua carreira, que sempre visou a proteção dos habitantes das províncias<sup>292</sup>. Pisão também foi acusado das mesmas práticas e acabou por ser forçado a voltar a Roma, mas, apesar das acusações de Cícero, Gabínio não saiu da Síria<sup>293</sup>.

Como era hábito na altura, Gabínio criou uma fortuna própria através da administração da província. Toda a riqueza que Gabínio ia guardando para si foi usada para preparar uma campanha contra os Partos. No entanto, esta campanha não iria chegar a acontecer por causa dos interesses políticos e económicos romanos, em especial os de Pompeio, que levariam Aulo Gabínio a redirecionar os seus objetivos e a liderar a expedição ao Egito para repor Ptolemeu XII no seu trono. Este processo começou com os acontecimentos que iremos analisar em seguida.

---

<sup>291</sup> Eva Mathews Sanford, “The Career of Aulus Gabinius”, *Transactions and Proceedings of the American Philological Association*, Vol. 70, 1939, pp.83-84; Cic. *Prov. cons.* 9-12.

<sup>292</sup> Richard S. Williams, “The Role of “Amicitia” in the Career of A. Gabinius (Cos. 58)”, *Phoenix*, Vol.32, No.3, 1978, p. 204.

<sup>293</sup> Cic. *Pis.* 38



### III

## Intervenção e domínio romano do Egito (58-55 a.C.)

«Yet, even gripped by monumental rivalries, Rome was a force to be reckoned with, and the Ptolemies seemed determined to embroil that empire's politicians in their own domestic affairs.»

David Stuttard; Sam Moorhead, *31 BC, Antony, Cleopatra and the Fall of Egypt*. London, The British Museum, 2012, p.32.

### 1. Conflitos no Senado Romano e na Corte Alexandrina

Quando Ptolemeu XII chegou a Roma, em finais de 58 a.C. e inícios de 57 a.C.<sup>294</sup>, ficou acomodado, com os conselheiros que o acompanhavam, na *villa* pertencente a Pompeio, em Alba<sup>295</sup>. Claramente, o rei procurava o apoio do triúviro para voltar a ocupar o seu trono e também era do interesse de Pompeio que Ptolemeu XII voltasse a ser rei do Egito para que pudesse concluir o seu pagamento<sup>296</sup>. No entanto, para conseguirem subsistir em Roma, ele e os que o acompanhavam, o rei precisava de dinheiro. Ou seja, tinha de conseguir apoiantes em Roma. César, que também tinha dinheiro por receber de Ptolemeu XII, encontrava-se na Gália como procônsul<sup>297</sup>. Assim, Ptolemeu XII contava com Pompeio e os seus apoiantes para voltar a ser rei do Egito.

Apesar de ainda não ter pagado todo o empréstimo que tinha feito em 59 a.C., Ptolemeu XII volta a contrair empréstimos para poder viver em Roma com todos os seus conselheiros e para que, ao mesmo tempo, o seu agente Harmónio<sup>298</sup> subornasse quem fosse necessário para conseguir uma audiência, assim como para garantir que o Senado decidia a seu favor. Os contratos de empréstimo são assinados na *villa* em Alba e o principal credor foi o banqueiro romano Rabírio Póstumo<sup>299</sup>. Apesar do risco, principalmente por ser um segundo empréstimo, a conhecida riqueza do Egito e a

---

<sup>294</sup> Mary Siani-Davies baseia-se na data do último papiro, que apresenta Ptolemeu XII como rei do Egito, para afirmar que o rei terá chegado a Roma no Outono de 58 a.C. O papiro data de 11 de Agosto desse ano. Mary Siani-Davies, "Ptolemy XII and the Romans", *Historia: Zeitschrift für Alte Geschichte*, Bd. 46, H. 3, 3rd Qtr 1997, p.322; Shatzman afirma que o rei chegou a Roma já em 57 a.C. L. Shatzman, "The Egyptian Question in Roman Politics 59-54 BC", *Latomus*, 30, 1971, p.365.

<sup>295</sup> Cass. Dio 39. 14.3

<sup>296</sup> Cass. Dio 39. 12.1; Str. 17. 1.11.

<sup>297</sup> Adrian Goldsworthy, *Caesar, Life of a Colossus*. Yale, Yale University Press, 2006, pp. 184-232.

<sup>298</sup> Cic. *Fam.* 1.1.1.

<sup>299</sup> Cic. *Rab. Post.* 4-6; 25; 38-39.

influência de Pompeio eram motivações suficientes para atrair o banqueiro e garantir que o contrato acontecia<sup>300</sup>.

Não podemos excluir a possibilidade de os banqueiros apoiarem Ptolemeu XII, porque precisavam de um rei amigo de Roma no trono em Alexandria para conseguirem manter os negócios que tinham ou em que participavam na cidade. Por volta do ano 88 a.C. começou a estabelecer-se uma comunidade de *negotiatores* em Alexandria, que foi crescendo em força com a influência e a presença romana a aumentar na cidade<sup>301</sup>. Assim, alguns dos credores do rei poderiam ter investimentos comerciais na cidade.

Entretanto, o governo do Egito tinha passado para um governo conjunto entre a mulher de Ptolemeu XII, Cleópatra VI, e a filha mais velha, Berenice IV<sup>302</sup>. A rainha, que estava desaparecida do registo histórico, volta a ser mencionada ao lado da filha e aparece como opositora do marido. O reinado das rainhas não iria durar muito e ainda não tinha alcançado um ano quando Cleópatra VI morre, em 57 a.C.<sup>303</sup>, ficando Berenice IV a reinar sozinha<sup>304</sup>. Desconhecemos as causas da morte, não podendo pôr de parte a hipótese de ter sido um assassinato. A ligação da rainha e da princesa ao grupo que provocou a expulsão de Ptolemeu XII não está atestada em nenhuma fonte, mas não é uma hipótese a descartar.

Em Alexandria, chegou à corte a notícia de que Ptolemeu XII tinha fugido para Roma e procurava apelar ao Senado romano pelo seu direito de ser rei do Egito. Foi enviada prontamente uma embaixada para solicitar uma audiência ao Senado, a qual chega a Roma em 57 a.C., com o objetivo de eliminar a possibilidade de uma reposição de Ptolemeu XII<sup>305</sup>. Era composta por 100 homens<sup>306</sup>, provavelmente gente de alguma importância na corte alexandrina. Decerto que ou Pompeio ou Ptolemeu XII tinham informadores que os punham a par das decisões na corte alexandrina, pois os membros da embaixada foram sendo mortos no caminho até Roma e mesmo depois de terem chegado à cidade<sup>307</sup>. Apesar de não existir nenhum registo de algum apoiante de

---

<sup>300</sup> Mari Siani-Davies, "Ptolemy XII and the Romans", *Historia: Zeitschrift für Alte Geschichte*, Bd. 46, H. 3, 3rd Qtr 1997, p.323.

<sup>301</sup> Idem, *Ibidem*, p. 309.

<sup>302</sup> Idem, *Ibidem*, pp. 323-324.

<sup>303</sup> J. Tyldesley, *Chronicle of the Queens of Egypt, From early dynastic times to the death of Cleopatra*. Londres, Thames&Hudson, 2006, p. 200.

<sup>304</sup> Cass. Dio 39. 13.1; Str.17.11.1 Para questões de datação do reinado de Berenice IV consultar: Chris Bennet; Mark Depauw, "The Reign of Berenike IV (Summer 58-Spring 55 BC)", *Zeitschrift für Papyrologie und Epigraphik*, Bd. 160 (2007), pp. 211-214.

<sup>305</sup> Mari Siani-Davies, *Op. Cit.*, p. 325.

<sup>306</sup> Cass. Dio 39.13.1

<sup>307</sup> Cass. Dio 39.13.2



Pompeio estar envolvido neste caso, o nome que aparece associado a este ato violento, Marco Célio Rufo (88-48 a.C.), era um discípulo de Cícero e protegido de Crasso<sup>308</sup>. Portanto, provavelmente, Marco Célio Rufo agiu com a aprovação dos dois triúmviros presentes em Roma.

Os acontecimentos consequentes da chegada da missão egípcia a Roma são relativamente bem conhecidos, porque Marco Célio Rufo foi acusado de violência política (*vis*) e foi defendido por Cícero, uma defesa que deu origem ao discurso *Pro Caelio*<sup>309</sup>. A acusação juntou vários atos violentos dos quais Marco Célio Rufo era considerado culpado, sendo um deles um ataque em Putéolos, na região da Campânia, provavelmente a alexandrinos pertencentes à embaixada<sup>310</sup>. Este julgamento aconteceu logo em 56 a.C., provando o que nos conta Dión Cássio, que o ato violento chocou o Senado. Marco Favónio (90-42 a.C.) foi escolhido para tratar desta questão, tendo convocado o chefe da embaixada, o filósofo Dión, que tinha sobrevivido aos ataques<sup>311</sup>. Dión estava instalado na casa de Lúcio Luceio (pretor urbano em 67 a.C.), que era amigo e correspondente de Cícero. Famoso pelo seu amor à sabedoria, terá travado conhecimento com o filósofo em Alexandria. Para além desta ligação, Dión também tinha criado uma amizade com Tito e Gaio Copónio<sup>312</sup>.

Porém, Dión não terá chegado a entrar no Senado, pois também foi assassinado. Cícero afirma que foram os escravos de Lúcio Luceio que foram subornados<sup>313</sup>, enquanto Dión Cássio conta que foram outros alexandrinos, também membros da embaixada, que foram subornados para o matar<sup>314</sup>:

“He took gold, as you say, to give to the slaves of Lucius Luceius, by whom Dio of Alexandria was slain, who at that time was living in Luceius's house. It is a great crime to intrigue against ambassadors, or to tamper with slaves to induce them to murder their master's guest; it is a design full of wickedness, full of audacity.”<sup>315</sup>

“So they summoned Dio, the leader of the envoys, who survived, in order to learn the truth from him. But this time, too, Ptolemy had such influence with his money that not only did Dio fail to enter the senate-house, but there was not even any mention made of the murder of the dead men, so long at least as Ptolemy was there. Furthermore, even after Dio had later been assassinated, he suffered no punishment

---

<sup>308</sup> Ernst Badian, “Caelius, Rufus, Marcus” In Simon Hornblower; Antony Spawforth. *The Oxford Classical Dictionary*. Oxford, Oxford University Press, 2005, p.271.

<sup>309</sup> Cic. *Cael.* 3

<sup>310</sup> Cic. *Cael.* 23

<sup>311</sup> Cass. Dio 39.14.1

<sup>312</sup> Cic. *Cael.* 24

<sup>313</sup> Cic. *Cael.* 51; Cic. *Har. resp.* 34

<sup>314</sup> Cass. Dio *Hist.* 39.14.4

<sup>315</sup> Cic. *Cael.* 51

for that deed either, largely owing to the fact that Pompey had entertained him in his house and continued to render him powerful assistance. Of the other Alexandrines, however, many were accused at a later time, yet few were convicted; for those who had taken bribes were many, and each coöperated with the others because of his own fear.”<sup>316</sup>

Apesar das dúvidas acerca da identidade do assassino, nenhum dos autores põe em causa que o assassinio foi encomendado por Ptolemeu XII<sup>317</sup>, mas que este só não foi acusado, condenado ou sofreu qualquer tipo de represália porque estava sob a proteção de Pompeio e dos seus apoiantes e banqueiros<sup>318</sup>. Embora todas as fontes acusem o monarca expulso do Egito, não devemos excluir a hipótese de ter sido Pompeio a contratar os assassinos, para que o pedido do rei ptolemaico fosse o único apresentado no Senado. Por causa destes acontecimentos, no início de 56 a.C., Ptolemeu XII tem de abandonar Roma e estabeleceu-se em Éfeso, no templo de Artemisa<sup>319</sup>.

Em Alexandria, Berenice IV percebeu que sem o apoio romano não podia governar sozinha, sendo, por isso, obrigada a procurar um marido que fosse adequado para fortalecer o seu poder na corte, principalmente depois da embaixada enviada a Roma não ter conseguido cumprir o seu objetivo. A procura de um marido para Berenice IV foi feita fora da corte de Alexandria. O principal motivo era que o tradicional casamento com os irmãos não ajudaria ao fortalecimento do poder da rainha, pois eram muito novos para terem influência política. Qualquer outro candidato não seria escolhido dentro da corte por significar uma mudança, que poderia ser perigosa, do poder nas famílias que a compunham<sup>320</sup>.

Antíoco XIII Asiático, filho do rei selêucida Antíoco X Eusébio e da rainha Cleópatra Selene, seria um candidato óbvio, mas o rei selêucida foi morto pouco depois de ter sido destronado por Pompeio durante a organização do Oriente<sup>321</sup>. As mudanças feitas por Roma dificultavam a criação de poderes estáveis pelas dinastias do Oriente, para garantirem o controlo da política nos vários reinos. O primeiro candidato foi Filipe II Filorromeu, filho de Filipe I Filadelfo (r. 95-84/3 a.C.) da dinastia selêucida, que governou a Síria entre 65 e 64 a.C., mas Filipe não consegue chegar ao Egito<sup>322</sup>.

---

<sup>316</sup> Cass. Dio 39.14.2-4

<sup>317</sup> Cic. *Cael.* 23

<sup>318</sup> Cass. Dio 39.14.2-3.

<sup>319</sup> Cass. Dio 39.16.3

<sup>320</sup> Mari Siani-Davies, “Ptolemy XII and the Romans”, *Historia: Zeitschrift für Alte Geschichte*, Bd. 46, H. 3, 3rd Qtr 1997, p. 324.

<sup>321</sup> Diod. Sic. 40. 1a-b; App. *Syr.* 8.49; 11.70;

<sup>322</sup> Euseb. *Chron.* 1.40-25-27

Gabínio, provavelmente obedecendo a ordens de Pompeio, impede-o de sair da Síria e a corte alexandrina foi forçada a escolher outro candidato<sup>323</sup>.

Não sabemos muito sobre o candidato seguinte. Díon Cássio conta que fazia parte da dinastia selêucida e era chamado Seleuco<sup>324</sup>. Estrabão acrescenta que tinha o cognome de Cibiosacta e que terá ido da Síria para o Egito<sup>325</sup>. Ambas as fontes narram que o casamento foi realizado, mas Seleuco foi morto passado alguns dias. Estrabão conta-nos que Seleuco fingiu que pertencia à realeza<sup>326</sup>. Desconhecemos o motivo da execução, mas se Seleuco não tivesse sangue real não seria de qualquer vantagem política para Berenice IV.

O último candidato, que acabou por se casar com Berenice IV, foi Arquelau, filho de Arquelau, comandante de Mitridates do Ponto, que tinha ficado conhecido de Gabínio depois da derrota deste soberano asiático<sup>327</sup>. Acerca de Arquelau levantam-se duas hipóteses, nenhuma delas segura: a primeira apresenta-o como um candidato enviado por Pompeio e Gabínio para conseguirem influenciar a política na corte alexandrina a favor dos seus interesses, enquanto a segunda considera o seu casamento com Berenice IV o resultado de uma ambição própria<sup>328</sup>.

A ligação com Pompeio e Gabínio está presente nas obras de vários autores da Antiguidade. Estrabão conta-nos que depois da derrota de Mitridates, Pompeio nomeou Arquelau sacerdote do templo de Comana no Ponto. Também nos conta que, quando Gabínio chegou à Síria, Arquelau foi ter com ele para participar na campanha contra os Partos que este preparava. Acrescenta que o Senado recusou o pedido de participação de Arquelau, mas que lhe foi dada uma outra “esperança”<sup>329</sup>:

“This Archelaüs was the son of the Archelaüs who was honoured by Sulla and the Senate, and was also a friend of Gabinius, a man of consular rank. When Gabinius was sent into Syria, Archelaüs himself also went there in the hope of sharing with him in his preparations for the Parthian War, but since the Senate would not permit him, he dismissed that hope and found another of greater importance.”<sup>330</sup>

---

<sup>323</sup> A. Bouché-Leclercq, *Histoire des Séleucides, 323-64 avant J.C.* Paris, 1913, pp.454-455. Apud Mari Siani-Davies, “Ptolemy XII and the Romans”, *Historia: Zeitschrift für Alte Geschichte*, Bd. 46, H. 3, 3rd Qtr 1997, p. 324.

<sup>324</sup> Cass. Dio 39. 57.1

<sup>325</sup> Str.17.1.11

<sup>326</sup> Str.17.1.11

<sup>327</sup> A. N. Sherwin-White, “Lucullus, Pompey and the East” In J.A. Crook; Andrew Lintott; Elizabeth Rawson. *The Cambridge Ancient History, The Last Age of the Roman Republic, 146-43 B.C.* Cambridge, Cambridge University Press, Vol. IX, 2008, p.272.

<sup>328</sup> Mari Siani-Davies, “Ptolemy XII and the Romans”, *Historia: Zeitschrift für Alte Geschichte*, Bd. 46, H. 3, 3rd Qtr 1997, p. 325.

<sup>329</sup> Str.12.3.34; App. *Mith.* 17.114

<sup>330</sup> Str.12.3.34

Díon Cássio afirma que Gabínio poderia ter impedido Arquelau de chegar ao Egito, mas que apenas não o fez para conseguir mais glória quando fosse reinstaurar Ptolemeu XII<sup>331</sup>, pois encontraria resistência. Gabínio poderia ter agido da mesma forma como fez com Filipe II, mas não teria motivos para tal se Arquelau fosse um enviado dos pompeianos:

“When he was seen to be held in no esteem, she had him killed and joined to herself on the same terms Archelaus, son of that Archelaus who had deserted to Sulla; he was an energetic man, living in Syria. Now Gabinius could have stopped the mischief in its beginning; for he had arrested Archelaus, who had already aroused his suspicion, and he seemed likely to have no further trouble from him. He was afraid, however, that this course might cause him to receive from Ptolemy less money than had been stipulated, on the ground that he had done nothing of importance, and he hoped that he could exact even a larger amount in view of the cleverness and renown of Archelaus; moreover he received much money besides from the prisoner himself, and so voluntarily released him, pretending that he had escaped.”<sup>332</sup>

Estrabão diz-nos ainda que Arquelau aceitou a proposta de casamento com a rainha sem consultar Gabínio<sup>333</sup>. Assim, Arquelau terá sempre agido de acordo com a sua ambição política e não sob as ordens ou a influência dos pompeianos. As duas hipóteses têm de continuar a ser tomadas em conta, pois, apesar de nos acontecimentos que se seguem encontrarmos Arquelau a liderar as forças ptolemaicas contra as forças lideradas por Gabínio, não fica claro quais seriam as motivações de Arquelau para deixar o Ponto em 57-56 a.C., para casar com Berenice IV em 56 a.C.<sup>334</sup>.

Em Roma, no Senado, era debatida a restituição de Ptolemeu XII ao seu trono, principalmente durante o ano 57 a.C. Públio Cornélio Léntulo Espínter era um dos cônsules desse ano e tinha boas ligações com os triúnviros. César tinha apoiado a sua candidatura ao consulado<sup>335</sup> e, para além de Léntulo ter promulgado uma moção que permitia que Cícero voltasse do exílio, promulgou, também, uma lei que responsabilizava Pompeio pelo abastecimento de cereais em Roma<sup>336</sup>. O preço dos cereais tinha subido bastante nesse ano, o que tinha provocado vários protestos em Roma. A lei dava a Pompeio o controlo de todas as reservas frumentárias da Itália e das províncias durante cinco anos; para além disso, concedia-lhe 15 legados senatoriais para

---

<sup>331</sup> Cass. Dio 39.57.2

<sup>332</sup> Cass. Dio 39.57.2-3

<sup>333</sup> Str.17.1.11

<sup>334</sup> Mari Siani-Davies, “Ptolemy XII and the Romans”, *Historia: Zeitschrift für Alte Geschichte*, Bd. 46, H. 3, 3rd Qtr 1997, p. 325.

<sup>335</sup> Caes. B. Civ. 1.22

<sup>336</sup> L. Shatzman, “The Egyptian Question in Roman Politics 59-54 BC”, *Latomus*, 30, 1971, p.366.

o auxiliarem<sup>337</sup>. Plutarco relata que Clódio afirmou que não foi pela dificuldade de arranjar trigo que a lei foi criada, mas para que Pompeio pudesse ajudar Ptolemeu XII<sup>338</sup>, visto que o Egito era um dos principais celeiros de Roma. O triúnviro podia justificar uma incursão militar no Egito para normalizar a chegada de cereal à Urbe, repondo no trono um rei leal a Roma. Se Pompeio conseguisse conjugar os dois cargos, iria deter um forte *imperium*, o que não agradava a muitos senadores.

Nesse ano, Públio Cornélio Lêntulo Espínter foi escolhido para devolver Ptolemeu XII ao seu trono<sup>339</sup>. Seager afirma que Lêntulo, aproveitando o seu *imperium* e a oportunidade que surgia de conseguir riqueza e glória numa campanha militar no Egito, promulgou uma lei que indicava o governador da Cilícia como o responsável pela incursão militar para repor Ptolemeu XII, aproveitando o facto de se encontrar designado como próximo governador da província<sup>340</sup>. No seguimento desta nomeação, um segundo grupo de banqueiros, ligados a Lêntulo, Quinto Silício<sup>341</sup>, Áxio e Consídio<sup>342</sup>, fez empréstimos a Ptolemeu XII<sup>343</sup>, que, necessitado de dinheiro, aceitou as propostas. O número de interessados, que queriam Ptolemeu XII de novo no trono do Egito, aumentou, intensificando o confronto de interesses pessoais.

Não tardaria a encontrar oposição. Plutarco narra que foram identificados uns escritos no fórum, afirmando estes que era a vontade de Ptolemeu XII que Pompeio liderasse a expedição militar<sup>344</sup>. Poderia tratar-se de uma manobra dos agentes do primeiro para conseguir apoio ou propaganda destinada a manchar a imagem de Pompeio, tornando-o ambicioso aos olhos do povo romano. Porém, Ptolemeu XII não era o único a querer que o triúnviro fosse nomeado para a tarefa. Shatzman afirma que este teria mais apoio dos banqueiros por causa dos empréstimos concedidos a Ptolemeu XII<sup>345</sup>. De facto, Cícero vem confirmar esse apoio numa carta a Lêntulo, onde diz que, apesar de não apoiar o envolvimento de Pompeio nesta questão, existiam vários homens

---

<sup>337</sup> Cic. *Att.* 4.1.7; *Fam.* 1.9.9; Frederik Juliaan Vervaeet, “Arrogating despotic power through deceit” in Andrew J. Turner; James H.K. O. Chong-Gossard; Frederik Juliaan Vervaeet (eds). *Private and Public Lies, The Discourse of Despotism and Deceit in the Graeco-Roman World*. Brill, Leiden, 2010, pp.149-150.

<sup>338</sup> Plut. *Vit. Pomp.* 49.5

<sup>339</sup> Cass. Dio 39.12.3

<sup>340</sup> R. Seager, *Pompey the Great. A political biography*. Oxford, Blackwell Publishing, 2003, p.111.

<sup>341</sup> Cic. *Fam.* 1.5a.3-4

<sup>342</sup> Cic. *Att.* 1.12.1

<sup>343</sup> L. Shatzman, *Op. Cit.*, p.367.

<sup>344</sup> Plut. *Vit. Pomp.* 49. 6-7.

<sup>345</sup> L. Shatzman, *Op. Cit.*, p.366.

que o consideravam a escolha mais acertada para esta tarefa<sup>346</sup>. Além disso, o triúviro tinha conseguido grandes quantidades de cereais, pouco tempo depois de receber o seu cargo de *curator annonae*, tendo muito apoio da população romana<sup>347</sup>.

Em 56 a.C., Gaio Pórcio Catão, aproveitando a queda de um raio na estátua de Júpiter no monte Albano<sup>348</sup>, convoca o oráculo e pede uma consulta aos livros sibilinos<sup>349</sup>. Dión Cássio conta-nos que o resultado da consulta do oráculo foi narrado ao Senado por Pórcio Catão<sup>350</sup>:

“If the king of Egypt come requesting any aid, refuse him not friendship, nor yet succour him with any great force; else you shall have both toils and dangers”<sup>351</sup>.

Assim, tanto Lêntulo como Pompeio ficam impedidos de interferir militarmente no Egito<sup>352</sup>. A motivação de Pórcio para atuar contra ambos é explicada pela sua ligação a Crasso. O triúviro não queria que Pompeio aumentasse o seu poder e riqueza<sup>353</sup>, nem que outro tivesse a mesma oportunidade<sup>354</sup>. Por isso, bloqueou a possibilidade de uma intervenção militar, mas manteve a ligação entre Roma e o Egito. Apesar de ser impossível repor Ptolemeu XII no trono em Alexandria sem intervenção de forças militares, não impediu que continuasse a luta pela missão entre os membros do Senado romano<sup>355</sup>.

Consequentemente apareceram no Senado várias propostas diferentes para repor Ptolemeu XII no trono, sem envolver o uso de um exército, mas nomeando um responsável pela missão<sup>356</sup>. Assim, Lúcio Canínio Galo, apoiante de Pompeio, que era

---

<sup>346</sup> Cícero tinha de conjugar as vontades dos dois homens. Estava ligado a Pompeio, mas também estava grato a Lêntulo, por motivos referidos anteriormente. Assim, uma parte das cartas de Cícero, que nos servem de fontes para estes acontecimentos, são dirigidas a Lêntulo; *Epistulae Ad Familiares*. Cic. *Fam.* 1.1.1; 1.1.4

<sup>347</sup> App. B. Civ. 2.18.1; Plut. Vit. Pomp. 50. 1-2; Frederik Juliaan Vervaeet, “Arrogating despotic power through deceit” in Andrew J. Turner; James H.K. O. Chong-Gossard; Frederik Juliaan Vervaeet (eds). *Private and Public Lies, The Discourse of Despotism and Deceit in the Graeco-Roman World*. Brill, Leiden, 2010, pp.151-152.

<sup>348</sup> Cass. Dio 39.15.1

<sup>349</sup> Sobre os livros sibilinos, uma compilação de profecias e oráculos com um papel importante na tomada de decisões durante a República e com um estatuto sagrado que lendariamente teriam chegado a Roma durante o reinado de Tarquínio Prisco, ou seja, por volta do século VI a.C. v. Arthur Stanley Pease; David S. Potter “Sybil” In Simon Hornblower; Antony Spawforth. *The Oxford Classical Dictionary*, Oxford, Oxford University Press, 2005, pp.1400-1401.

<sup>350</sup> Cass. Dio 39.15.3; Cic. *QFr.* 2.2.2

<sup>351</sup> Cass. Dio 39.15.2

<sup>352</sup> Cic. *Pis.* 50; Cic. *Fam.* 1.5b

<sup>353</sup> Cic. *QFr.* 2.2.3

<sup>354</sup> Cic. *Fam.* 1.4.2

<sup>355</sup> L. Shatzman, “The Egyptian Question in Roman Politics 59-54 BC”, *Latomus*, 30, 1971, pp.366-367.

<sup>356</sup> R. Seager, *Pompey the Great. A political biography*. Oxford, Blackwell Publishing, 2003, pp.112-114.

tribuno da plebe nesse ano, propôs uma lei que estipulava que Pompeio iria ao Egito, sem exército, apenas com dois lictores para servir de mediador entre as duas partes<sup>357</sup>. O Senado recusa a lei, afirmando que temia pela vida do triúviro<sup>358</sup>. Porém, a recusa do Senado prendia-se com outros motivos. Como referi anteriormente, o *imperium* que Pompeio tinha como *curator annonae* tornava-o demasiado poderoso para receber outro cargo, principalmente um com tantas oportunidades de riqueza como uma incursão no Egito<sup>359</sup>.

“Whatever attention or affection I may shew you, though it may seem sufficient in the eyes of others, can never seem sufficient in my own. For such has been the magnitude of your services to me that, inasmuch as you never rested till my affair was brought to a conclusion, while I cannot effect the same in your cause, I regard my life as a burden.”<sup>360</sup>

Cícero escreve estas linhas a Lêntulo, mostrando a devoção e o apoio que lhe tinha. O procônsul já tinha partido para a província da Cilícia, mas o orador escreveu-lhe várias cartas a contar a progressão do debate no Senado<sup>361</sup>. Portanto, lutando pela causa do seu amigo, Cícero, juntamente com Luculo e Hortênsio, apresentam uma moção que propunha que Lêntulo procedesse à incursão no Egito usando todas as forças necessárias<sup>362</sup>. Porém, esta moção foi rapidamente excluída pelo cônsul Marcelino, alegando objeção religiosa<sup>363</sup>. Assim, a moção foi corrigida no sentido de se propor o envio de Lêntulo, mas sem um exército<sup>364</sup>. Esta moção não terá sido aprovada, pois, como iremos analisar de seguida, continuaram a surgir várias moções que iriam prolongar o debate político.

Crasso não quer perder esta oportunidade de enriquecimento e também apresenta uma moção que passaria por designar três homens que já tinham *imperium* como legados para acompanharem Ptolemeu XII a Alexandria e que fizessem com que recuperasse o seu lugar no trono<sup>365</sup>. Pompeio não estava excluído da nomeação nem Lêntulo, mas a missão tornava-se menos recompensadora, porque tinha de se partilhar a

---

<sup>357</sup> Cic. *Fam.* 1.7.4; Cass. Dio 39.16.1; Cic. *QFr.* 2.4.3; Cic. *Fam.* 1.7.2

<sup>358</sup> Plut. *Vit. Pomp.* 49.6

<sup>359</sup> Cass. Dio 39.16.2

<sup>360</sup> Cic. *Fam.* 1.1.1

<sup>361</sup> As primeiras cartas presentes no primeiro livro de *Epistulae Ad Familiares*.

<sup>362</sup> Cic. *Fam.* 1.5a

<sup>363</sup> Cic. *Fam.* 1.4.2

<sup>364</sup> Cic. *Fam.* 1.1.1; Cass. Dio 39.16.1

<sup>365</sup> Cic. *Fam.* 1.1.3

glória e a riqueza com outros dois senadores<sup>366</sup>. Por outro lado, Bíbulo apresenta uma variante da mesma moção. Os três homens que iriam repor Ptolemeu XII no seu trono, seriam *priuati*<sup>367</sup> que não detivessem *imperium*<sup>368</sup>. Tanto Pompeio como Lêntulo ficavam excluídos com esta proposta.

A proposta mais radical não fora, porém, ainda apresentada. Servílio Isáurico avançou com a ideia de não repor Ptolemeu XII e sustentou que o Senado não se devia envolver mais nas políticas alexandrinas<sup>369</sup>. Esta proposta provocou vários protestos dentro do Senado. Não sabemos com certeza quais eram os planos de Pompeio em relação à reposição de Ptolemeu XII, pois as fontes contradizem-se. Nesta altura, Pompeio não revela os seus planos a Cícero<sup>370</sup>, mas de certeza que teve influência nos acontecimentos. Como o Senado já tinha deixado bem claro que não queria que Pompeio tivesse mais poder, o triúmviro terá adotado uma abordagem discreta. Na verdade, foram os seus apoiantes que agiram a seu favor, mas nunca o vimos a participar diretamente. Volcácio Tulo apresentou uma moção com o apoio do tribuno Rútílio e do legado Lúcio Afrânio para que Pompeio fosse designado para a incursão<sup>371</sup>. Outros apoiantes que começaram a tentar aprovar esta moção foram Lúcio Escríbônio Libão e Públio Plâncio Hipseu<sup>372</sup>.

Os inimigos de Pompeio não queriam que consiga tanto poder, mas recebiam apoiar Lêntulo por causa da sua ligação ao triúmviro e a Cícero, podendo estar assim a apoiar os planos deste<sup>373</sup>. Os motivos para acreditar na ligação são confirmados por uma carta de Cícero a Lêntulo, em que este lhe transmite uma mensagem de Pompeio. Nesta carta, encontramos o pedido de Pompeio para que Lêntulo invada e ocupe Alexandria se tiver uma hipótese segura de o fazer, pois tem todo o direito, porque foi nomeado para o cargo:

“Wherefore look upon what I am going to write as written after frequent discussions with him, in accordance with his opinion, and with the weight of his authority. It is this: “That, since no senatorial decree exists taking the restoration of the Alexandrine king out of your hands, and since the resolution written out upon that restoration (which, as you are aware, was vetoed) to the effect that no one was to

---

<sup>366</sup> R. Seager, *Pompey the Great. A political biography*. Oxford, Blackwell Publishing, 2003, p.112.

<sup>367</sup> Na lei constitucional romana, um *privatus* era um cidadão que não tinha desempenhado um cargo político (em oposição a *magistratus*). Loretana de Libero, “Privatus” In: LANDFESTER, Manfred (eds.), *Brill’s New Pauly Encyclopaedia of the Ancient World*. Leiden, Brill, 2006, Vol. 11, pp. 887-888.

<sup>368</sup> Cic. *Fam.* 1.1.3

<sup>369</sup> Cic. *Fam.* 1.1.3

<sup>370</sup> Cic. *Fam.* 1.1.2

<sup>371</sup> Cic. *Fam.* 1.1.3; Cass. Dio 39.16.2

<sup>372</sup> Cic. *Fam.* 1.1.3

<sup>373</sup> R. Seager, *Pompey the Great. A political biography*. Oxford, Blackwell Publishing, 2003, p.113.



restore the king at all, has rather the weight of a measure adopted by men in anger than of a deliberate decision of the senate—you can yourself see, since you are in possession of Cilicia and Cyprus, what it is within your power to effect and secure; and that, if circumstances seem to make it possible for you to occupy Alexandria and Egypt, it is for your own dignity and that of the empire that, after having first placed the king at Ptolemais or some neighbouring place, you should proceed with fleet and army to Alexandria, in order that, when you have secured it by restoring peace and placing a garrison in it, Ptolemy may go back to his kingdom: thus it will be brought about that he is restored at once by your agency, as the senate originally voted, and without a 'host,' as those who are scrupulous about religion said was the order of the Sibyl." But though both he and I agreed in this decision, we yet thought that men would judge of your policy by its result: if it turns out as we wish and desire everybody will say that you acted wisely and courageously if any hitch occurs, those same men will say that you acted ambitiously and rashly. Wherefore what you really can do it is not so easy for us to judge as for you who have Egypt almost within sight. For us, our view is this if you are certain that you can get possession of that kingdom, you should not delay: if it is doubtful, you should not make the attempt."<sup>374</sup>

Como Lântulo estava na província da Cilícia poderia invadir o Egito com rapidez e sem que o Senado se apercebesse disso. Cícero afirma várias vezes que Lântulo iria ser glorificado pelo seu feito, embora o avise de que seriam apenas alguns a considerar o seu feito louvável<sup>375</sup>. Na verdade, as consequências de tal ato seriam muito graves. As consequências da intervenção militar do Egito por Aulo Gabínio, como iremos ver na abordagem deste tema no último capítulo desta dissertação, destruíram a carreira política do procônsul da Síria. Por isso, justificaram-se os vários conselhos dados por Cícero. Lântulo só devia atuar caso tivesse a certeza de que iria ter sucesso na sua missão.

Assim, a tensão aumenta no Senado, com os vários grupos a debaterem-se pelo cargo, até ao momento em que surge um confronto entre o cônsul Marcelino e o tribuno Canínio, que mais uma vez foi defender a moção apresentada, mas acaba por ser derrotado e a moção rejeitada com grande força<sup>376</sup>. Este acontecimento vem estimular o aparecimento de outras três moções. Bíbulo apresenta a sua moção em duas partes. A primeira parte, em que se devia seguir o oráculo e não enviar nenhum exército, passou com grande apoio. A segunda parte, na qual deviam enviar três legados para repor Ptolemeu XII, foi rejeitada mais uma vez<sup>377</sup>. Hortênsio apresenta, outra vez, uma moção com o objetivo de indicar Lântulo como responsável pela incursão no Egito, mas foi interrompido pelo tribuno Rutílio, que discursou a favor de Pompeio. Volcácio apresenta de novo uma moção a designar Pompeio para a missão<sup>378</sup>.

---

<sup>374</sup> Cic. Fam. 1.7.2-3.

<sup>375</sup> Cic. Fam. 1.7.3.

<sup>376</sup> R. Seager, *Pompey the Great. A political biography*. Oxford, Blackwell Publishing, 2003, p.113.

<sup>377</sup> Cic. Fam. 1.4.1

<sup>378</sup> Cic. Fam. 1.1.2

As inúmeras moções provocaram a confusão no Senado<sup>379</sup> e, mesmo após muito debate, não houve nenhuma decisão. As constantes moções para designar Pompeio para a missão revoltaram os seus inimigos, ao ponto de Clódio Pulcro ter aproveitado para atacar Pompeio publicamente durante uma acusação a Milão pela contratação de gladiadores para defesa pessoal<sup>380</sup>:

“Mad and livid with rage Clodius, in the very midst of the shouting, kept putting questions to his claque: "Who was it who was starving the commons to death?" His ruffians answered, "Pompey." "Who wanted to be sent to Alexandria?" They answered, "Pompey." "Who did they wish to go?" They answered, "Crassus." The latter was present at the time with no friendly feelings to Milo.”<sup>381</sup>

Uma vez mais, Clódio acusa Pompeio de ter criado o rumor de uma falta de cereal e de ter manipulado os preços de forma a conseguir ir a Alexandria, deixando o povo romano à fome e afirma que a população prefere que a responsabilidade pela incursão no Egito seja atribuída a Crasso.

Após este acontecimento, não é claro o que aconteceu, mas o debate sobre o Egito cessou. Para preservar a sua reputação, Pompeio deixou o assunto e como já várias moções tinham sido derrotadas por causa da proibição dos livros sibílicos, também não apareceram mais propostas<sup>382</sup>. Assim, muito provavelmente, foi aprovada a moção de Servílio Isáurico, de que Roma não deveria interferir na questão egípcia<sup>383</sup>. Porém, esta decisão não impediu Cícero de escrever a Lêntulo a dizer que ia tentar convencer Ptolemeu XII a visitar o procônsul da Cilícia e do Chipre<sup>384</sup>. Podemos afirmar que esta tentativa de Cícero terá sido em vão, pois desconhecemos qualquer visita de Ptolemeu XII a Lêntulo. Porém, a decisão do Senado não impediria Pompeio de interferir na política alexandrina.

## **2. A intervenção militar do Egito por Aulo Gabínio**

Durante o ano de 56 a.C., Gabínio tentou resolver o problema do império parta, que comprometia a estabilidade das províncias romanas do Oriente. Existe um conflito

---

<sup>379</sup> Cic. *Fam.* 1.2.3

<sup>380</sup> Cass. Dio 39.18.1

<sup>381</sup> Cic. *QFr.* 2.2.3

<sup>382</sup> Cic. *Fam.* 1.5b.1

<sup>383</sup> Cass. Dio 39.55.1; Cic. *Fam.* 1.7.4

<sup>384</sup> Cic. *Fam.* 1.5b.2

de datas: Siani-Davies afirma que Gabínio partiu no verão de 56 a.C.<sup>385</sup>, mas Sherwin-White indica-nos o início do ano de 55 a.C.<sup>386</sup> como data para o início desta campanha. Williams conjuga as duas informações e situa o início da campanha entre o fim de 56 e o início de 55 a.C.<sup>387</sup>.

A campanha foi contra o rei Orodes, da Pártia. O rei Fraates tinha sido morto e Orodes tinha usurpado o trono e expulsado os seus irmãos Mitridates e Orsanes. Mitridates tinha vindo pedir auxílio para conseguir voltar ao trono do reino da Média<sup>388</sup>. O exército foi organizado a partir das forças que tinha levado consigo para a Síria. É muito arriscado indicarmos um número, pois, nesta altura da República, não existe uma lei para os exércitos proconsulares, sendo atribuídos de acordo com o que estipulava cada lei que concedia esse *imperium* proconsular. Não conhecemos muito da lei que Clódio criou para atribuir a província a Gabínio, por isso não sabemos se indicava um número de tropas. Na província da Síria ficaram os restantes homens, comandados pelo seu filho, Aulo Gabínio Sisena<sup>389</sup>. Marco António foi com Gabínio, mantendo-se como seu comandante de cavalaria.

Gabínio terá partido de Antioquia, cidade central da província. As legiões já estavam perto do rio Eufrates<sup>390</sup>, quando chegou Ptolemeu XII e pediu uma audiência com Gabínio. Todas as fontes nos indicam este acontecimento, mas dividem-se no motivo que levaria o monarca destronado a ir ter com o procônsul da Síria:

“Now when Gabinius was making an expedition against the Parthians, and had already passed over Euphrates, he changed his mind, and resolved to return into Egypt, in order to restore Ptolemy to his kingdom.”<sup>391</sup>

Josefo conta-nos que Gabínio terá mudado de ideias e decidido restaurar Ptolemeu XII<sup>392</sup>, seguindo apenas a sua vontade e ambição pessoal. Plutarco afirma que

---

<sup>385</sup> Mari Siani-Davies, “Ptolemy XII and the Romans”, *Historia: Zeitschrift für Alte Geschichte*, Bd. 46, H. 3, 3rd Qtr 1997, p. 329.

<sup>386</sup> A. N. Sherwin-White, A.N. “Gabinius and the aftermath of Pompey” in: Crook, J.A.; Lintott, Andrew; Rawson, Elizabeth. *The Cambridge Ancient History, The Last Age of the Roman Republic, 146-43 B.C.* Cambridge, Cambridge University Press, Vol. IX, 2008, pp.271-273.

<sup>387</sup> Richard S. Williams, “The Role of “Amicitia” in the Career of A. Gabinius (Cos. 58)”, *Phoenix*, Vol.32, No.3, 1978, p.207.

<sup>388</sup> Cass. Dio 39.56.2; App. Syr. 51

<sup>389</sup> Cass. Dio 39.56.5

<sup>390</sup> Joseph. AJ.14.98.1; B.J. 1.8.7.

<sup>391</sup> Joseph. AJ.14.98.1

<sup>392</sup> Joseph. AJ.14.98.1

foi Marco António quem convenceu o procônsul a aceitar a proposta, pois inicialmente Gabínio encontrar-se-ia relutante<sup>393</sup>:

“After this, Ptolemy tried to persuade Gabinius by a bribe of ten thousand talents to join him in an invasion of Egypt and recover the kingdom for him. But the greater part of the officers were opposed to the plan, and Gabinius himself felt a certain dread of the war, although he was completely captivated by the ten thousand talents. Antony, however, who was ambitious of great exploits and eager to gratify the request of Ptolemy, joined the king in persuading and inciting Gabinius to the expedition.”<sup>394</sup>

Díon Cássio traz-nos uma versão diferente dos acontecimentos. Gabínio recebeu ordens de Pompeio para que repusesse Ptolemeu XII no seu trono e, os dois juntos, conseguiram ajudar Auleta<sup>395</sup>. Este pedido veio numa carta de Pompeio, entregue a Gabínio por Ptolemeu XII<sup>396</sup>:

“However, when Ptolemy came with Pompey's letter and promised that he would furnish large sums both to him and the army, some to be paid at once, and the rest when he should be restored, Gabinius abandoned the Parthian project and hastened to Egypt.”<sup>397</sup>

Desconhecemos como a carta chegou às mãos de Ptolemeu XII. Tanto Siani-Davies como Williams levantam a hipótese de que Rabírio Póstumo serviu de intermediário para fazer chegar a carta do triúviro ao seu cliente ptolemaico<sup>398</sup>. O banqueiro terá saído de Roma para tratar de negócios com Lêntulo<sup>399</sup>. Esta foi a explicação usada por Cícero no julgamento de Rabírio Póstumo para justificar a sua saída de Roma<sup>400</sup>. Porém, Rabírio poderá ter tentado, de facto, chegar a um acordo com Lêntulo, visto que ambos tinham emprestado dinheiro a Ptolemeu XII. Quando não conseguiu nada, recorreu a Gabínio<sup>401</sup>, certamente seguindo instruções dadas por Pompeio. Esta hipótese também explica a presença do banqueiro em Alexandria mal o

---

<sup>393</sup> Plut. *Vit. Ant.* 3. 2. A visão negativa que Plutarco nos transmite da personagem de Marco António provém da *Damnatio Memoriae* de Augusto para se estabelecer como vencedor do conflito do segundo triunvirato.

<sup>394</sup> Plut. *Vit. Ant.* 3. 2

<sup>395</sup> Cass. Dio 39. 55. 1-3

<sup>396</sup> Cass. Dio 39.56.3

<sup>397</sup> Cass. Dio 39.56.3

<sup>398</sup> Mari Siani-Davies, “Ptolemy XII and the Romans”, *Historia: Zeitschrift für Alte Geschichte*, Bd. 46, H. 3, 3rd Qtr 1997, p. 328; Richard S. Williams, “The Role of “Amicitia” in the Career of A. Gabinius (Cos. 58)”, *Phoenix*, Vol.32, No.3, 1978, p.207.

<sup>399</sup> Cic. *Rab. Post.* 21

<sup>400</sup> Do qual falaremos no próximo capítulo.

<sup>401</sup> Mari Siani-Davies, “Ptolemy XII and the Romans”, *Historia: Zeitschrift für Alte Geschichte*, Bd. 46, H. 3, 3rd Qtr 1997, p. 329.

rei foi reposto no seu trono<sup>402</sup>. Na verdade, Pompeio não poderia ir ter pessoalmente com Auleta sem levantar suspeitas junto dos seus inimigos.

Pompeio devia estar a sentir-se pressionado por todos aqueles que tinham emprestado dinheiro ao rei e viram o caso ser encerrado pelo Senado. Mas este não era o único motivo que Pompeio tinha para apressar o auxílio romano a Ptolemeu XII. No ano 56 a.C., César, Pompeio e Crasso encontraram-se na cidade de Luca, na província da Gália. Este acontecimento ficou conhecido como a conferência de Luca. Neste encontro, os triúmviros renovaram a sua aliança e tomaram decisão acerca dos seus objetivos políticos. César teve o seu proconsulado na Gália estendido por mais cinco anos; Pompeio continuou a ser procônsul *in absentia* da Hispânia e Crasso conseguiu o proconsulado da Síria para o ano seguinte<sup>403</sup>. Quando Crasso chegasse à Síria teria a oportunidade de ajudar Ptolemeu XII e Pompeio não podia perder um cliente que governava um território tão rico.

Existe ainda o motivo dado por Gabínio, que chegou até nós pelo discurso de Cícero *Pro Rabirio Postumo*: Arquelaus estaria a usar as suas frotas para piratear a região do Oriente<sup>404</sup>. Dión Cássio também afirma que, durante o tempo em que Gabínio esteve fora da província, os Sírios foram atacados por piratas<sup>405</sup>. Não temos mais indícios de pirataria originária do Egito, nesta altura. Porém, durante estes anos, o Egito tinha um governo, que não era aliado de Roma e, depois da anexação de Chipre, era o único território independente de Roma à volta do Mediterrâneo, sendo por isso propício a servir de base a grupos de piratas<sup>406</sup>. Durante a década de 50 a.C., a Cilícia continuou a precisar de cargos consulares para resolver os problemas que ali surgiam, o que leva a pensar que a ação de Pompeio não resolveu totalmente o problema da pirataria naquela região<sup>407</sup>.

Para além disso, as origens de Arquelaus devem obrigar-nos a levar o argumento de Gabínio mais a sério. Apesar de se ter apresentado falsamente como filho de Mitridates aos Alexandrinos, era realmente filho do general mais próximo deste<sup>408</sup>,

---

<sup>402</sup> Desenvolveremos este assunto mais à frente.

<sup>403</sup> R. Seager, *Pompey the Great. A political biography*. Oxford, Blackwell Publishing, 2003, pp.110-119.

<sup>404</sup> Cic. *Rab. Post.* 20

<sup>405</sup> Cass. Dio 39.56.1

<sup>406</sup> Lucia Criscuolo. "Ptolemies and piracy" In Buraselis, Kostas; Stefanou, Mary; Thompson, Dorothy J. *The Ptolemies, the Sea and the Nile, Studies in Waterborne Power*. Cambridge, Cambridge University Press, 2013, p. 171.

<sup>407</sup> Richard S. Williams, "Rei Publicae Causa: Gabinius' Defense of His Restoration of Ptolemy Auletes", *The Classical Journal*, Vol. 81, No. 1, Oct. - Nov., 1985, p. 35.

<sup>408</sup> App. *Mith.* 8.55; Plut. *Vit. Sull.* 24

tendo acesso a muitos recursos e informações. Esse soberano do Ponto tinha organizado a pirataria no Mediterrâneo e foi o foco de oposição a Roma no Oriente durante muito tempo. Assim, o pai de Arquelau tinha tido contacto com os piratas aliados de Mitridates. Desta forma, Arquelau, casado com a rainha do Egito, conseguia facilmente chegar a acordos e a alianças com os diversos grupos de piratas que ainda existiam no Mediterrâneo<sup>409</sup>.

Ainda assim, a ação que o triúviro pedia a Gabínio era ilegal, pois ia contra a decisão do Senado de não interferir nas questões ptolemaicas. Antes de avançar, Gabínio deveria ter pedido autorização e esperado que o Senado autorizasse a incursão no Egito. Não temos conhecimento do que dizia a carta que Ptolemeu XII entregou a Gabínio, mas, para convencer o procônsul, Pompeio deve ter usado um discurso semelhante ao da carta que Cícero enviou a Lêntulo. Gabínio teria de obedecer a estas ordens para continuar a ter o apoio de Pompeio. E os 10.000 talentos, o equivalente a 240 milhões de sestércios<sup>410</sup>, que Ptolemeu XII prometia como pagamento pelo auxílio prestado, devem ter sido um grande dissuasor<sup>411</sup>. Porém, como conhecemos a situação financeira precária na qual Ptolemeu XII se encontrava, é seguro afirmar que este dinheiro era proveniente de banqueiros romanos<sup>412</sup>. Mais uma vez, para persuadir Gabínio, a presença de Rabírio Póstumo terá sido fulcral, pois este não só podia transmitir o plano de Pompeio como garantir que o dinheiro prometido seria pago.

Assim, Gabínio recua com as suas forças, preparando-se para invadir o Egito. Antípatro envia-lhe mantimentos, armas e dinheiro, por ordem de Hircano<sup>413</sup>, assim como tropas judaicas<sup>414</sup>. A rota que as tropas tomaram para invadir o Egito não é uma questão fechada. Não devem ter demorado muito tempo a chegar até Antioquia e daí Gabínio tinha duas rotas possíveis: por terra ou por mar. A entrada no Egito era a cidade do Pelúcio, sendo alcançável pelas tropas através da faixa de Gaza ou pelo Mediterrâneo. Grainger afirma que as tropas marcharam de Antioquia até Pelúcio,

---

<sup>409</sup> Richard S. Williams, “Rei Publicae Causa: Gabinius' Defense of His Restoration of Ptolemy Auletes”, *The Classical Journal*, Vol. 81, No. 1, Oct. - Nov., 1985, pp. 36-37.

<sup>410</sup> T.P. Wiseman, “Caesar, Pompey and Rome, 59-50 a.C.” in Crook, J.A.; Lintott, Andrew; Rawson, Elizabeth. *The Cambridge Ancient History, The Last Age of the Roman Republic, 146-43 B.C.* Cambridge, Cambridge University Press, Vol. IX, 2008, p. 399.

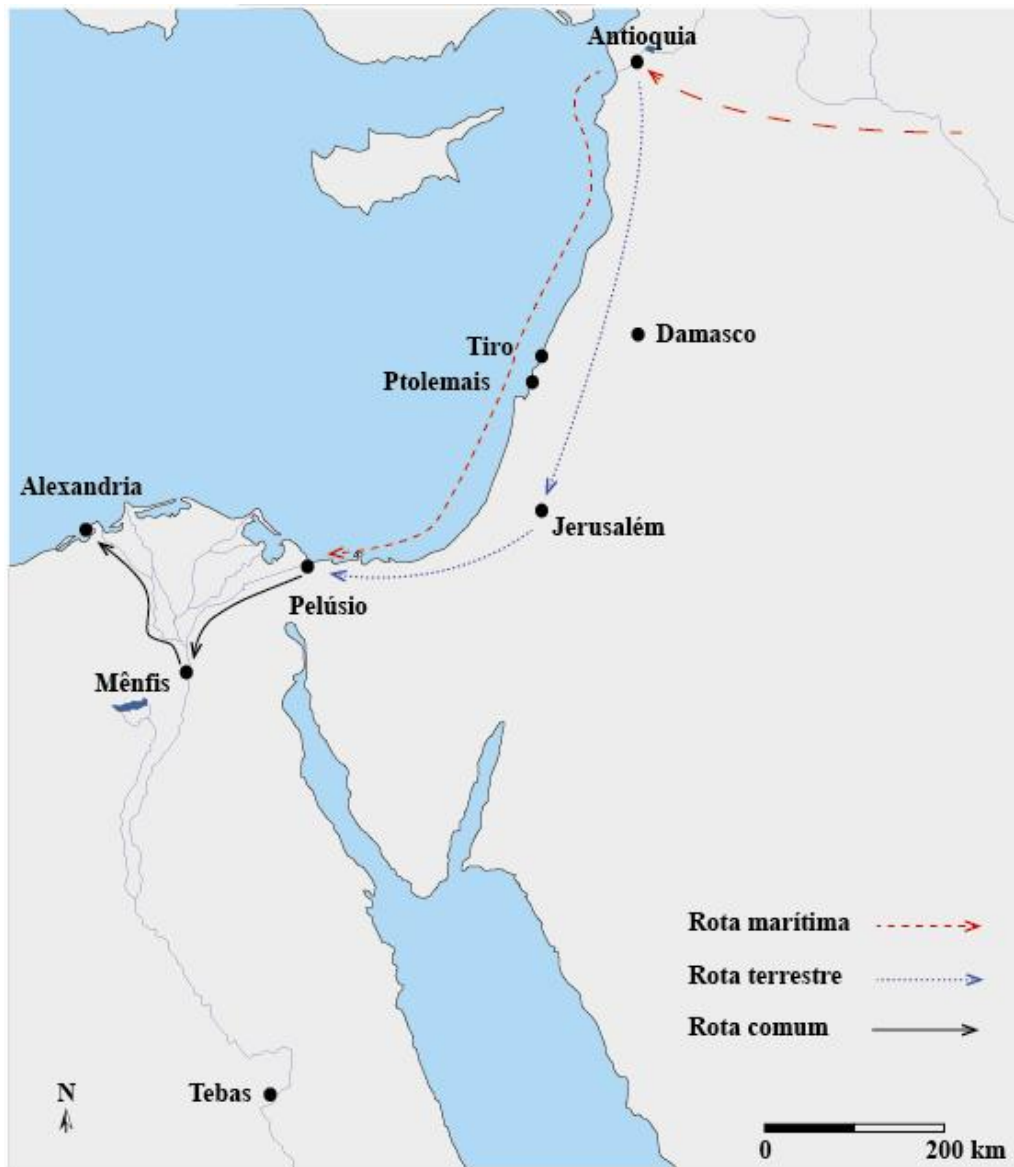
<sup>411</sup> Cic. *Rab. Post.* 21; 30; *App. Syr.* 51

<sup>412</sup> Mari Siani-Davies, “Ptolemy XII and the Romans”, *Historia: Zeitschrift für Alte Geschichte*, Bd. 46, H. 3, 3rd Qtr 1997, p. 328.

<sup>413</sup> Joseph. *AJ.* 14.98.2

<sup>414</sup> Joseph. *B.J.* 1.8.7

passando pela Palestina<sup>415</sup>. Siani-Davies segue a mesma hipótese, apoiando-se na ligação de Gabínio com Antípatro e Hircano, que lhe daria uma passagem segura pela região da Palestina<sup>416</sup>. É verdade que, com os governadores daquela região como seus clientes, Gabínio teria conseguido seguir esse trajeto.



**Figura 11.** Possíveis rotas de intervenção militar do Egito pelos Gabinianos. [Mapa adaptado de David Stuttard; Sam Moorhead, *31 BC, Antony, Cleopatra and the fall of Egypt*, Londres, British Museum, 2012, p.7

Por outro lado, Antioquia situava-se numa região litoral com grande tradição de navegação, pois aí se situavam as antigas cidades fenícias. Assim, o procônsul não teria

<sup>415</sup> John D. Grainger, *Egypt and Judaea (Roman Conquest)*, South Yorkshire, Pen&Sword Military, 2013, p. 501.

<sup>416</sup> Mari Siani-Davies, "Ptolemy XII and the Romans", *Historia: Zeitschrift für Alte Geschichte*, Bd. 46, H. 3, 3rd Qtr 1997, p. 330.

grande dificuldade em encontrar embarcações que levassem os seus homens de Antioquia para a cidade de Pelúcio através do Mediterrâneo. Da mesma forma, só através do percurso pelo Mediterrâneo tinha a hipótese de derrotar os piratas que andavam a provocar o terror. A rota marítima seguia a costa da Síria e da Palestina até chegar a Pelúcio. Passavam, assim, por todos os portos que podiam ser apoio de grupos de piratas. Danny Lee Davis demonstra-nos que esta rota era usada desde a Idade do Ferro (possivelmente deste a Idade do Bronze), tendo permanecido como uma das principais rotas da região durante a época helenística e romana<sup>417</sup>.

O primeiro confronto que as forças de Gabínio travaram foi fora das muralhas da cidade de Pelúcio<sup>418</sup>. Até essa altura não tinham encontrado nenhum obstáculo no seu percurso<sup>419</sup>, ficando a hipótese da existência de pirataria mais fragilizada. Gabínio sabia que podia contar com a ajuda dos guardas judeus da fronteira, pois Antípatro tinha dado ordem aos seus homens para deixarem passar as forças romanas<sup>420</sup>. Díon Cássio indica-nos que Gabínio organizou o seu exército em duas divisões<sup>421</sup>, mas não temos mais indicações da organização das forças do procônsul, assim como também não temos grandes detalhes sobre a batalha do Pelúcio. Sabemos que não foi muito demorada e Marco António desempenhou um papel fulcral na conquista da cidade, apesar do seu cargo como mero prefeito de cavalaria<sup>422</sup>.

A conquista do Pelúcio era fulcral para o acesso ao resto do Egipto. Permitia o acesso não só por terra, mas também pelo rio Nilo. Assim, as forças de Gabínio podiam circular pelo rio e chegar a todas as cidades importantes do território. Por causa do complexo sistema de cursos de água do Delta do Nilo, era extremamente difícil para um exército ir de Pelúcio até Alexandria seguindo um percurso direto de este para oeste. O caminho mais fácil, seguido por vários generais durante vários séculos<sup>423</sup>, era seguir o rio, subindo até onde a divisão dos diversos cursos de água começava, para depois descer, por outro braço do Nilo, até Alexandria. Grainger afirma que as tropas

---

<sup>417</sup> Danny Lee Davis, *Navigation in the Ancient Eastern Mediterranean*. Texas University, 2001, p.57; pp. 65-66.

<sup>418</sup> Val. Max. 9.1 ext. 6

<sup>419</sup> Cass. Dio 39. 58. 1

<sup>420</sup> Joseph. *B.J.* 1.8.7.

<sup>421</sup> Cass. Dio 39. 58. 1

<sup>422</sup> Obviamente que existe uma glorificação das qualidades de Marco António enquanto soldado por Plutarco. *Plut. Vit. Ant.* 3. 3-4.

<sup>423</sup> Alexandre seguiu uma rota semelhante quando invadiu o Egipto. Primeiro tomou o Pelúcio, a seguir tomou a cidade de Heliópolis e em seguida desceu um dos braços do Nilo e fundou a cidade de Alexandria. Bill Manley, *The Penguin Historical Atlas of Ancient Egypt*. Londres, The Penguin Group, 1996, p. 129.



marcharam ao longo das margens e o rio era para trazer o abastecimento das forças<sup>424</sup>. Siani-Davies fala de uma frota de apoio que acompanhava as tropas e que seguiria o curso fluvial<sup>425</sup>. Porém, se tivessem seguido a via marítima desde o início, a totalidade das forças seguiriam pelo rio.

Não temos descrições dos conflitos que Gabínio encontrou à medida que ia avançando pelo Egito. Apenas sabemos que, até Alexandria, as tropas romanas encontraram vários polos de resistência que provocaram confrontos, tanto em terra como no rio<sup>426</sup>. O exército ptolemaico desta cronologia já não é o mesmo que encontramos no início da dinastia, sendo mais próximo do exército na batalha de Ráfia em 217 a.C.<sup>427</sup>. Este era mais complexo, porque tinha deixado de ser puramente macedónico para passar a ser helenístico. Para além das forças que consideramos macedónicas, com a infantaria de soldado com uma lança e um escudo e a cavalaria ligeira e pesada, passaram a existir também mercenários celtas<sup>428</sup> e soldados *machimoi* egípcios<sup>429</sup>. Porém, não sabemos se Arquelau trouxe forças militares com ele para o Egito, por isso não conseguimos dar mais detalhes sobre estas tropas durante o reinado de Berenice IV.

Apesar de Gabínio ter sido forçado a ir para sul por causa da geografia do território, a verdade é que este percurso seria vital para que Ptolemeu XII pudesse ser repostado. O percurso obrigava as forças romanas a irem pelo menos até Heliópolis, o que permitia ir acabando com os focos de oposição por todo o Delta. Siani-Davies levanta a hipótese de Gabínio ter ido até Mênfis antes de voltar a subir até Alexandria<sup>430</sup>. Apesar de a passagem pela cidade não ser obrigatória, pois a cidade situa-se a sul da ramificação do Delta do Nilo, Mênfis era capital egípcia religiosa durante o período ptolemaico<sup>431</sup>. Tal como referimos anteriormente, no capítulo I, alguns dos antecessores de Ptolemeu XII foram coroados nesta cidade, por isso o Auleta tinha de garantir que

---

<sup>424</sup>John D. Grainger, *Egypt and Judaea (Roman Conquest)*. South Yorkshire, Pen&Sword Military, 2013, p. 518.

<sup>425</sup>Mari Siani-Davies, “Ptolemy XII and the Romans”, *Historia: Zeitschrift für Alte Geschichte*, Bd. 46, H. 3, 3rd Qtr 1997, p. 330.

<sup>426</sup>Cass. Dio 39.58. 1-2

<sup>427</sup>José das Candeias Sales, “A Batalha de Ráfia (217 a.C.) e o «Nacionalismo» egípcios do período ptolemaico”, *Guerra na Antiguidade III*. Coordenação António Ramos dos Santos e José Varandas, Lisboa, Centro de História da Universidade de Lisboa, Caleidoscópio, 2010, pp. 151-173.

<sup>428</sup>Principalmente da Galácia e da Trácia.

<sup>429</sup>Nick Sekunda, *Seleucid and Ptolemaic reformed armies 168-145 BC. The Ptolemaic Army*. Ilustrado por Angus McBride, Stockport, Montvert Publications, 1995, vol.2.

<sup>430</sup>Mari Siani-Davies, *Op. Cit.*, p. 331.

<sup>431</sup>José das Candeias Sales, *Poder e Iconografia no Antigo Egito*. 2008, Lisboa, Livros Horizonte, p. 105.

controlava a cidade para conseguir alguma estabilidade quando voltasse ao trono. É possível, portanto, que tivesse pedido a Gabínio para passar por Mênfis, antes de se dirigir a Alexandria.

No entanto, estas duas personagens seguem rotas diferentes para chegar a Alexandria. O plano de intervenção militar foi feito antes com ajuda do Auleta e dos conselheiros que o acompanhavam. Ptolemeu tinha 51 anos e se fosse na incursão militar poderia ser morto antes de alcançarem Alexandria, tendo por isso ficado na cidade de Ptolemais<sup>432</sup> à espera que uma mensagem de Gabínio lhe indicasse que podia seguir viagem até ao Egito. A segurança de Ptolemeu XII poderá não ter sido o único motivo para esta decisão.

Na carta a Lêntulo, citada anteriormente, Cícero refere que a ação contrária à profecia dos livros sibílinos seria repor o rei usando a força militar. O orador sugere também a cidade de Ptolemais como sítio onde o rei devia aguardar por notícias da incursão<sup>433</sup>. Derrotar as forças de Berenice IV e Arquelau e depois chamar o rei para ocupar o trono poderia dar a volta à questão, pois seria uma incursão militar no Egito, mas sem o objetivo claro de repor Ptolemeu XII. Gabínio poderá ter sido aconselhado a adotar esta estratégia, numa tentativa de minimizar a ilegalidade da sua ação militar.

Quando as tropas de Gabínio chegaram a Alexandria, encontraram-na mais protegida do que as cidades por onde tinham passado antes. A batalha aconteceu fora da cidade<sup>434</sup> e as forças ptolemaicas eram lideradas por Arquelau, que acabou por ser morto no confronto. Díon Cássio e Estrabão indicam-nos que terá sido Gabínio a matar Arquelau, tendo este assim governado por apenas seis meses<sup>435</sup>. A ligação de Arquelau com os romanos volta a parecer provável, pois Plutarco indica-nos que Marco António quis garantir-lhe cerimónias fúnebres dignas, dando a entender uma proximidade entre os dois<sup>436</sup>. Os Alexandrinos acabaram por se render, entregando a cidade, e assim Gabínio conseguiu tomá-la, enquanto Ptolemeu XII viajava de Ptolemais para Alexandria<sup>437</sup>.

A incursão militar de Gabínio pelo Egito acabou por durar mais de dois meses, tendo este sido o tempo que demorou a chegar a Alexandria. Assim, Ptolemeu XII foi

---

<sup>432</sup> Hoje conhecida como Acre, em Israel. Str.2.5.39; Mari Siani-Davies, "Ptolemy XII and the Romans", *Historia: Zeitschrift für Alte Geschichte*, Bd. 46, H. 3, 3rd Qtr 1997, p. 333.

<sup>433</sup> Cic. *Fam.* 1.7.4

<sup>434</sup> As muralhas tinham cerca de 15 km de comprimento. José das Candeias Sales, *Op. Cit.*, p. 66.

<sup>435</sup> Cass. Dio 39.58.3; Str. 12.3.34

<sup>436</sup> Plut. *Vit. Ant.* 3.5-6.

<sup>437</sup> John D. GRAINGER, *Egypt and Judaea (Roman Conquest)*. South Yorkshire, Pen&Sword Military, 2013, p. 518.

resposto no início do ano de 55 a.C.<sup>438</sup>. A reposição no seu trono trouxe várias mudanças na corte alexandrina. A primeira foi a execução de Berenice IV e de todos os que a tinham apoiado. A segunda foi a presença de Rabírio Póstumo como funcionário real que administrava as finanças do Egito, designado *dioiketes*<sup>439</sup>. A terceira foi a fixação da primeira guarnição militar romana no Egito<sup>440</sup>. O domínio dos Ptolemeus e a sua relação com Roma foi incontornavelmente alterada por esta intervenção romana no Egito.

### 3. Os Gabinianos: a primeira guarnição romana no Egito

A corte de Alexandria nunca deixou de ser um centro político instável. Por isso, as execuções ordenadas por Ptolemeu XII, apesar de necessárias à sua estabilidade como rei do Egito, aumentaram a oposição dentro da corte. Assim, Gabínio deixou um grupo de soldados com o objetivo de garantir que o rei não era afastado do seu trono e expulso do Egito novamente<sup>441</sup>. Contudo, a preocupação com a segurança do rei não se devia apenas ao facto de ser aliado de Roma. Estas tropas também iriam proteger Rabírio Póstumo enquanto estivesse na cidade. Era preciso garantir que os vários credores romanos iriam recuperar o dinheiro emprestado a Ptolemeu XII. A segurança destes dois homens era fundamental para que os vários grupos envolvidos recuperassem os seus empréstimos.

O nome pelo qual conhecemos estas tropas atualmente, *Gabiniani*, não surge logo na altura dos julgamentos feitos a Rabírio ou a Gabínio pelas suas ações ilegais na reposição de Ptolemeu XII<sup>442</sup>. Cícero refere que, aceitando o suborno do rei, Gabínio não se vendia só a si, como vendia também o exército romano<sup>443</sup>, fazendo uma referência clara ao conjunto de tropas que foi deixado no Egito. O nome *Gabiniani*, “de Gabínio”, aparece pela primeira vez usado, por César, durante a guerra civil com Pompeio<sup>444</sup>:

---

<sup>438</sup> Mari Siani-Davies, “Ptolemy XII and the Romans”, *Historia: Zeitschrift für Alte Geschichte*, Bd. 46, H. 3, 3rd Qtr 1997, p. 332.

<sup>439</sup> Aprofundaremos estes dois primeiros pontos no próximo capítulo. John D. Grainger, *Op. Cit.*, p. 518.

<sup>440</sup> Günther Hölbl, *A History of the Ptolemaic Empire*. Londres e Nova Iorque, Routledge, 2001, p.229.

<sup>441</sup> Cass. Dio 42.5.4

<sup>442</sup> Aprofundaremos este assunto no próximo capítulo.

<sup>443</sup> Cic. *Pis.* 48

<sup>444</sup> Caes. *B. Civ.* 3.4

“D ex Gabinianis Alexandria, Gallos Germanosque, quos ibi A. Gabinius praesidii causa apud regem Ptolomaeum reliquerat, Pompeius filius eum classe adduxerat”<sup>445</sup>

O nome demonstra a marca negativa com que estas tropas ficaram, por terem participado na incursão ilegal de Gabínio e terem permanecido em Alexandria. Já não são considerados legionários romanos, mas sim “homens de Gabínio”.

As fontes antigas não nos dão muitas informações sobre este grupo de homens, porém não é impossível encontrarmos várias hipóteses viáveis. Assim, não se pode considerar que as forças são um grupo de soldados itálicos acompanhados por forças judaicas. Os soldados de Pompeio, que ficaram no Oriente, integraram as forças de Gabínio<sup>446</sup>, mas a etnicidade desses homens era diversificada<sup>447</sup>. Para além da inclusão de não cidadãos provenientes da Itália, César indica-nos que, nas legiões de Pompeio, se encontravam também homens provenientes da Tessália, Beócia, Acaia e Epiro<sup>448</sup>. Obviamente que existe uma diferença entre as forças invasoras e as forças de ocupação<sup>449</sup>, mas será uma diferença meramente numérica, pois Gabínio não deixou a totalidade das suas tropas no Egito.

Porém, para conseguir mais informações sobre a composição destas forças, temos de avançar para o ano de 48 a.C., o ano do assassinato de Pompeio. Nesse ano, este tinha acabado de perder a batalha de Farsalo, a 9 de Agosto, contra César e fugira para junto dos seus clientes, os reis do Egito. No entanto, Ptolemeu XIII estava em guerra com a sua irmã, Cleópatra VII, com quem governava conjuntamente. O rei, com apenas 15 anos, tinha um grupo de conselheiros, que, querendo ficar do lado vencedor, decidem tentar agradar a César<sup>450</sup>. Para isso, montam uma armadilha a Pompeio, para que parecesse que o estavam a receber de forma discreta, num barco na costa da cidade de Pelúcio, para segurança do triúviro, sendo na verdade uma armadilha<sup>451</sup>. A identidade dos assassinos é nos indicada por três fontes, Plutarco, Dión Cássio e Lucano:

“Then, as they drew near the shore, Cornelia, together with his friends, stood on the trireme watching with great anxiety for the outcome, and began to take heart when she saw many of the king's

---

<sup>445</sup> Caes. *B. Civ.* 3.4

<sup>446</sup> Caes. *B. Civ.* 3.105.3

<sup>447</sup> Van't Dack “L’ armée romaine d’Égypte de 55 à 30 av. J.C.”, *Ptolemaica Selecta, Études sur l’armée et l’administration lagides*, *Studia Hellenistica* 29, 1988, p. 195.

<sup>448</sup> Caes. *B. Civ.* 3.4

<sup>449</sup> Idem, *Ibidem*, p. 196.

<sup>450</sup> José das Candeias Sales, “Ptolemeus”, In Luís Manuel de Araújo (Dir.). *Dicionário do Antigo Egípto*. Lisboa, Editorial Caminho, 2001, p.722.

<sup>451</sup> Plut. *Vit. Pomp.* 77; Cass. Dio 42.3; Luc. 8.524-560

people assembling at the landing as if to give him an honourable welcome. But at this point, while Pompey was clasping the hand of Philip that he might rise to his feet more easily, Septimius, from behind, ran him through the body with his sword, then Salvius next, and then Achilles, drew their daggers and stabbed him.”<sup>452</sup>

“At this time, then, Septimius and Achilles, the commander-in-chief, and others who were with them declared they would readily receive Pompey, their purpose being that he might be the more easily deceived and ensnared. So they sent his messengers on ahead, after some had bidden them be of good cheer, and afterwards the conspirators themselves embarked on some small boats and sailed out to him.”<sup>453</sup>

“A Roman swordsman, once within thy ranks,  
Slave to the orders of a puny prince,  
Severed Pompeius' neck. And what shall be  
Septimius' fame hereafter? By what name  
This deed be called, if Brutus wrought a crime? (...)  
And when within his side  
Achillas plunged his blade, nor sound nor cry  
He gave, but calm consented to the blow  
And proved himself in dying”<sup>454</sup>

Apenas Plutarco nos indica o nome dos três assassinos, Díon Cássio nomeia somente dois, assim como Lucano. O primeiro assassino, Lúcio Septímio, foi o antigo tribuno de Pompeio durante a sua campanha contra os piratas e posteriormente gabiniano. O seu nome aparece sempre em primeiro por causa da sua antiga ligação a Pompeio, tornando-o um traidor aos olhos das fontes antigas. O segundo era o comandante das forças ptolemaicas, Aquilas. Encontramo-lo sempre nomeado para indicar a responsabilidade do governo de Ptolemeu XIII no assassinato. E o terceiro, um centurião gabiniano chamado Sálvio<sup>455</sup>, provavelmente menos nomeado por ser considerado menos relevante do que os outros dois assassinos. As informações dadas por estas fontes indicam claramente que ficaram soldados romanos em Alexandria<sup>456</sup>. O comandante geral dos gabinianos, depois da partida de Gabínio para a Síria, terá sido Lúcio Licínio<sup>457</sup>, um nome claramente romano, e, os comandantes subalternos eram também soldados romanos<sup>458</sup>.

No entanto, fariam ainda parte dos gabinianos aqueles que mais tarde seriam tropas auxiliares. Recuando para o ano de 49 a.C., enquanto César e Pompeio estavam a recrutar forças para a guerra civil, Sexto Pompeio vai buscar 500 gabinianos a

---

<sup>452</sup> Plut. *Vit. Pomp.* 79.3

<sup>453</sup> Cass. Dio. 42.4

<sup>454</sup> Luc. 8.561-610

<sup>455</sup> Plut. *Vit. Pomp.* 79; Cass. Dio. 42.4; Luc. 8.561-610

<sup>456</sup> Van't Dack “L’ armée romaine d’Égypte de 55 à 30 av. J.C.”, *Ptolemaica Selecta, Études sur l’armée et l’administration lagides*, Studia Hellenistica 29, 1988, pp. 203-206.

<sup>457</sup> Norman Davis; Coli M. Kraay, *The Hellenistic Kingdoms. Portraits coins and history*. London, Thames and Hudson, 1973, p. 171.

<sup>458</sup> Adrian Goldsworthy, *António e Cleópatra*. Lisboa, A Esfera dos Livros, 2012, p. 137.

Alexandria. César identifica-os com a expressão *Gallos Germanosque*<sup>459</sup>, mas as tropas da região da Gália e da Germânia só começaram a ser integradas nas tropas do triúviro durante o seu proconsulado na Gália<sup>460</sup>.

Assim, impõe-se a questão: de onde são provenientes este «*Gallos*» e «*Germanos*» mencionados por César? Só poderemos levantar hipóteses, pois não temos mais informações sobre esta questão. No século I a.C., existiam vários povos de origem gaulesa e germânica espalhados por toda a costa do Mediterrâneo. Na verdade, enquanto descrevia as tropas que Pompeio recrutava para as guerras, César usa *Gallos* para nomear as forças enviadas por Dejótaro (105-42 a.C.), rei da Galácia<sup>461</sup>. Assim, as forças gaulesas, que César menciona fazerem parte dos gabinianos, poderão ser, na verdade, forças gálatas.

Para as forças designadas como *Germanos*, não temos nenhuma menção de César que nos ajude a perceber a que povo se poderia estar a referir, mas Estrabão indica vários povos de origem germânica que, durante o I século a.C., estavam na região da Dácia e da Trácia<sup>462</sup>. A maior proximidade destas regiões ao Egito e a presença, de longa duração, destas populações no Egito, principalmente como tropas do exército ptolemaico<sup>463</sup>, dão uma base sólida a esta hipótese.

Porém, não podemos deixar de lado a hipótese de que esta afirmação de César sobre a etnia dos gabinianos tenha sido um golpe de propaganda contra Pompeio, demonstrando que este recorreria a todo o tipo de tropas, sem olhar à sua origem ou ao seu carácter dúbio para conseguir uma vantagem sobre as legiões de César, disciplinadas segundo o modelo romano.

A informação acerca dos gabinianos é limitada e difícil de interpretar<sup>464</sup>. Por isso, há perguntas que ficarão sem resposta por falta de dados para levantar hipóteses razoáveis. Como, por exemplo, quantos seriam os gabinianos? Apenas sabemos que seriam mais de 500, pois ainda permaneceram gabinianos no Egito, como nos indica César<sup>465</sup>, depois do recrutamento feito por Sexto Pompeio, já mencionado acima.

---

<sup>459</sup> Caes. B. Civ. 3.4.4; J. Sabben-Clare, *Caesar and Roman Politics, 60-50 B.C.* Oxford, Oxford University Press, 1971, p. 8.

<sup>460</sup> Van't Dack, *Op. Cit.*, pp.192-193.

<sup>461</sup> Caes. B. Civ. 3.4.2

<sup>462</sup> Str. 8.3.11-12

<sup>463</sup> Nick Sekunda, *Seleucid and Ptolemaic reformed armies 168-145 BC. The Ptolemaic Army.* Ilustrado por Angus McBride, Stockport, Montvert Publications, vol. 2, 1995, p. 41.

<sup>464</sup> Van't Dack "L'armée romaine d'Égypte de 55 à 30 av. J.C.", *Ptolemaica Selecta, Études sur l'armée et l'administration lagides*, Studia Hellenistica 29, 1988, p. 204.

<sup>465</sup> Caes. B. Alex.

Goldsworthy coloca a hipótese de as forças terem o número equivalente a uma ou duas legiões<sup>466</sup>. Enquanto Siani-Davies indica que o número de homens é desconhecido<sup>467</sup>. Davis e Kraay indicam que Gabínio terá chegado a Alexandria com três legiões e que deixou duas dessas para protegerem o rei<sup>468</sup>.

Seguindo a mesma hipótese, Sales também nos fala de três legiões<sup>469</sup>, enquanto Legras refere que apenas ficaram as tropas ditas auxiliares, os 500 homens mencionados por César<sup>470</sup>. Apesar de não existirem dados concretos para uma resposta segura, o mais lógico é Gabínio ter deixado entre uma a três legiões na cidade. Por um lado, Gabínio tinha de deixar um número de forças suficiente para conseguir proteger o rei das revoltas da população e, por outro, tinha de continuar com um número de legiões suficientes para lidar com insurreições na Judeia e na Síria.

Apesar de não existir nenhuma fonte que indique quem pagava todos os custos que envolviam uma força em guarnição como os gabinianos, podemos assumir sem grande risco que se tratava de Rabírio Póstumo, visto que também providenciou o dinheiro para o suborno de Gabínio e provavelmente de outros oficiais romanos. Goldsworthy afirma que foi o rei que pagou as tropas<sup>471</sup>, mas, apesar de Ptolemeu XII já ter ao seu dispor o tesouro do Egito, Rabírio Póstumo controlava as finanças do território. Por isso, mesmo que o dinheiro viesse do tesouro do Egito, era Rabírio que o administrava. Com financiamento garantido, só era preciso estabelecer os gabinianos na cidade de Alexandria, para ficarem perto do rei.

A cidade de Alexandria era uma cidade multicultural, mas as diferentes etnias que ali viviam não habitavam nos mesmos locais da cidade. A cidade estava dividida em cinco secções, que correspondiam às cinco primeiras letras do alfabeto grego e, em cada uma, encontramos uma cultura diferente que fazia parte da identidade desta cidade. Assim, o setor Alfa era um setor industrial; na zona oeste da cidade encontravam-se os egípcios e o resto da cidade era para gregos ou povos helenizados, que habitavam por toda a Alexandria<sup>472</sup>. Na parte oriental da cidade, o bairro Delta, encontramos as

---

<sup>466</sup> Adrian Goldsworthy, *António e Cleópatra*. Lisboa, A Esfera dos Livros, 2012, p. 137.

<sup>467</sup> Mari Siani-Davies, "Ptolemy XII and the Romans", *Historia: Zeitschrift für Alte Geschichte*, Bd. 46, H. 3, 3rd Qtr 1997, p. 338.

<sup>468</sup> Norman Davis; Coli M. Kraay, *The Hellenistic Kingdoms. Portraits coins and history*, London, Thames and Hudson, 1973, p. 171.

<sup>469</sup> José das Candeias Sales, *Poder e Iconografia no Antigo Egito*. 2008, Lisboa, Livros Horizonte, p. 63.

<sup>470</sup> Bernard Legras, "Expériences romaines dans le royaume lagide sous Ptolémée XII et Cléopâtre VII", *L'imperium Romanum en perspective*, 2014, p. 277.

<sup>471</sup> Idem, *Ibidem*, pp.137-139.

<sup>472</sup> Heri Riad, "Egyptian Influence on Daily Life in Ancient Alexandria", In *Alexandria and Alexandrianism*, The J. Paul Getty Museum, Malibu, California, 1996, p. 29.

habitações da comunidade judaica. No bairro *Brucheion (Bruquium)*, ou Beta, estavam o Museu e a Biblioteca, juntamente com outras edificações da administração, fazendo parte do complexo palaciano conhecido como *Basileia*. Os gabinianos terão sido instalados afastados dos vários grupos étnicos, estabelecidos numa guarnição perto do palácio real. Desconhecemos como terão sido organizados, mas sabemos que, em 48 a.C., Júlio César estabelece as suas tropas nesse local, quando chega à cidade<sup>473</sup>.

O sistema de clerúquia ainda era a forma de organização das forças militares quando os gabinianos chegaram ao Egito<sup>474</sup>. Os soldados clerucos eram soldados veteranos a quem eram concedidas terras, sendo estabelecidos em comunidades com um funcionamento próprio<sup>475</sup>. Desconhecemos uma colaboração entre as duas forças, tendo provavelmente funcionado separadamente: os gabinianos a protegerem o rei e as forças ptolemaicas a fazerem o policiamento da cidade de Alexandria. A organização do exército ptolemaico tardio acabaria por ser influenciada pela organização do exército romano<sup>476</sup>.

Com o restabelecimento de Ptolemeu XII, Gabínio voltou para a Síria e Marco António regressa com ele. Desta forma, as tropas gabinianas ficaram sem os seus principais líderes<sup>477</sup>. Não sabemos se as tropas respondiam a ordens de Rabírio Póstumo, de Ptolemeu XII ou até de outra figura não mencionada pelas fontes. Apesar de esta alteração de chefia, os gabinianos cumprem o seu dever, mas a sua estadia iria alterar as características da presença romana na cidade de Alexandria, com consequências políticas e militares que começaram um novo capítulo das relações entre a República romana e a monarquia ptolemaica.

---

<sup>473</sup> José das Candeias Sales, “Alexandria Ptolomaica. Uma cidade, vários povos, várias culturas.” In: *I Congresso Histórico Internacional, As cidades na História: População*. Guimaraes, Vol. II: A cidade Antiga, 2013, pp. 22-24.

<sup>474</sup> Van’t Dack “L’ armée romaine d’Égypte de 55 à 30 av. J.C.”, *Ptolemaica Selecta, Études sur l’armée et l’administration lagides*, Studia Hellenistica 29, 1988, p. 210.

<sup>475</sup> A região do Faium, por exemplo, foi cultivada por soldados clerucos. Robert G. Morkot, *Historical Dictionary of Ancient Egyptian Warfare*. Oxford, The Scarecrow Press, 2003, p.68.

<sup>476</sup> Robert G. Morkot, *Op. Cit.*, p.30.

<sup>477</sup> John D. Grainger, *Egypt and Judaea (Roman Conquest)*. South Yorkshire, Pen&Sword Military, 2013, p. 541.



## IV

### As consequências políticas e militares da intervenção

“El eunuco Potino, en cambio, urgió a Aquilas a que marchase desde Pelusio hasta Alejandría, donde podría imponerse a César dada su superioridad numérica, ya que contaba con 20 000 hombres, entre ellos muchos antiguos legionarios de Gabinio – a los que según el moralizante prisma de César la vida muelle de Alejandria había desnaturalizado, ¡ah los peligros de Oriente!-. Aquilas llegó con su ejército, ocupó la ciudad y se lanzó contra los barrios ocupados por César. La guerra de Alejandría había comenzado.”

Alberto Pérez Rubio; Carlos de la Rocha Prieto, “César en Alejandría”, *Desperta Ferro Antigua y Medieval*, nº19, p. 36.

#### 1. O segundo governo de Ptolemeu XII

As evidências arqueológicas indicam-nos várias possíveis datas, no ano 55 a.C., para a reposição oficial de Ptolemeu XII no trono do Egito. A primeira é indicada por uma inscrição da região de Tebas, mandada erigir por um *strategos* chamado Kalasiris, membro do tribunal da cidade. Data de 4 de Janeiro do ano 55 a.C. e nela pode ler-se que foi erigida no vigésimo sexto ano do reinado de Ptolemeu XII e no terceiro ano de Cleópatra<sup>478</sup>. Outros papiros encontrados apresentam formas de contagem diferentes dos reinados, fazendo menção de uma Berenice ou mencionam apenas o nome Ptolemeu sem outros nomes da titulatura real<sup>479</sup>. As diferentes contagens demonstram a clara instabilidade política e a falta de orientação sentida pelos poderes locais. A primeira pergunta que se levanta é a identidade desta Cleópatra. Será ainda Cleópatra Trifena? Siani-Davies levanta a hipótese de a inscrição ter sido escrita para manter uma sensação de estabilidade no território, mesmo durante a ausência de Ptolemeu XII. A principal prova para esta afirmação da autora baseia-se no facto de o pai de Kalasiris, Monkores, ser apoiante de Ptolemeu XII, podendo o filho também o ser<sup>480</sup>.

Não sabemos ao certo em que mês Ptolemeu XII foi oficialmente restaurado, mas os papiros passam a demonstrar consistência na datação, como nos indica Siani-

---

<sup>478</sup> Mary Siani-Davies, “Ptolemy XII and the Romans”, *Historia: Zeitschrift für Alte Geschichte*, Bd. 46, H. 3, 3rd Qtr 1997, p.332.

<sup>479</sup> Papiro P. Louvre 3452.

<sup>480</sup> Mary Siani-Davies, *Op. Cit.*, p.332.

Davies, a partir de um conjunto de papiros de Abril a Junho de 55 a.C.<sup>481</sup>. Para além disso, numa carta ao seu amigo Ático, Cícero pede-lhe que confirme os rumores de que Ptolemeu XII tinha sido repostado no seu trono. Ático encontrava-se em Roma e Cícero em Putéolos, por isso encontrava-se afastado do centro dos acontecimentos e das notícias. «*At Puteoli there is a great report that Ptolemy has been restored. If you have any more certain news, I should like to know it.*» Esta carta, datada de 22 de Abril de 55 a.C.<sup>482</sup>, veio reforçar as provas epigráficas e papíricas.

A chegada de Ptolemeu XII a Alexandria iria alterar a hierarquia de poderes que se estabeleceram durante os anos que o monarca esteve afastado da cidade. Como mencionamos antes, a primeira decisão de Ptolemeu XII foi executar a filha, Berenice IV, e as principais figuras da corte, assim como os mais ricos<sup>483</sup>. Díon Cássio diz-nos que foi por ter necessidade do dinheiro: «*The latter put to death his daughter and also the foremost and richest of the citizens, because he had need of much money.*»<sup>484</sup>

Apodera-se, assim, das suas fortunas. No entanto, não seria favorável para esta nova fase do governo de Ptolemeu XII começar com apoiantes de Berenice IV, como os homens mais influentes da corte. Apesar de ser extremamente lucrativo para as contas do Egito absorver as maiores fortunas do território, os motivos políticos eram fulcrais, porque permitiam a Ptolemeu XII reestruturar e renovar a corte, rodeando-se de pessoas que lhe fossem favoráveis.

Conhecemos outra ação do rei que indica que o objetivo era uma mudança e renovação dos cargos mais importantes do reino. Num papiro relativo ao segundo governo de Ptolemeu XII, encontramos escrito que o rei expulsou vários homens dos seus cargos, que eram cargos hereditários, e substituiu-os por outros escolhidos por ele. O papiro também nos indica que foram expulsos homens competentes e escolhidos outros sem conhecimento dos cargos, havendo um claro desagrado em relação às ações do rei<sup>485</sup>.

A propaganda contra o rei demonstra uma das consequências das alterações na corte e na administração do Egito. Porém, não era a única mudança que iria encontrar oposição em Alexandria. Para garantir que a dívida de Ptolemeu XII era paga na sua

---

<sup>481</sup> Mary Siani-Davies, "Ptolemy XII and the Romans", *Historia: Zeitschrift für Alte Geschichte*, Bd. 46, H. 3, 3rd Qtr 1997, p.332.

<sup>482</sup> Cic. *Att.* 4.10

<sup>483</sup> R.A. Hazzard, *Imagination of a Monarchy: Studies in Ptolemaic propaganda*. Toronto, University of Toronto, 2000, p. 148; Str. 17.1.11

<sup>484</sup> Cass. Dio, 39.58.3

<sup>485</sup> Mary Siani-Davies, *Op. Cit.*, p.338.

totalidade, Rabírio Póstumo tinha ficado na cidade, ocupando o cargo de *dioiketes*. Segundo Cícero, esta terá sido a solução sugerida pelo rei para que o banqueiro romano assegurasse o pagamento da dívida<sup>486</sup>, mas decerto que para Póstumo também era a forma mais cómoda e segura de recuperar o investimento, por isso não podemos excluir a hipótese de ter sido um acordo entre os dois, ou até mesmo uma exigência de Rabírio, principalmente quando Cícero só faz esta afirmação aquando do julgamento do banqueiro<sup>487</sup>.

No Egito ptolemaico, a palavra *dioiketes* era usada para designar a administração em geral, mas também a administração das finanças em particular, sendo por isso um funcionário do rei que estava encarregado da organização financeira do território egípcio<sup>488</sup>. A tradução mais segura será «administrador» ou «tesoureiro». Porém, esta palavra também se aplicava aos funcionários de cada localidade, como, por exemplo, aos encarregados pela organização da cidade de Alexandria<sup>489</sup>. A palavra grega para organização e administração da casa, governo ou direção é *dioikesis*, em latim *dioecesis*, que mais tarde será usada para designar as várias regiões administrativas da organização da igreja católica apostólica romana, as dioceses<sup>490</sup>. Assim, ambos os termos transmitem uma noção de organização e gestão de recursos, que seria a função de Rabírio Póstumo.

No entanto, a gestão das finanças do reino do Egito, feita pelo banqueiro romano, não seria focada nos interesses do território e da sua população, mas na necessidade de conseguir o dinheiro suficiente para pagar a todos os credores do rei, começando pelo empréstimo que ele próprio tinha feito a Ptolemeu XII. Assim, Rabírio Póstumo tinha controlo sob as receitas do Egito, para que pudesse juntar o dinheiro necessário para cobrir todos os empréstimos e o pagamento a Gabínio<sup>491</sup>. Também tinha o dever de nomear os funcionários que lhe eram subordinados<sup>492</sup>, podendo escolher quem quisesse devido às expulsões ordenadas por Ptolemeu XII, pondo assim os seus homens ao serviço da monarquia egípcia<sup>493</sup>. Ao mesmo tempo, chegavam emissários a

---

<sup>486</sup> Cic. *Rab. Post.* 28

<sup>487</sup> Cic. *Rab. Post.* 1

<sup>488</sup> Peter J. Rhodes, “Dioiketes” In Manfred Landfester (eds.), *Brill’s New Pauly Encyclopaedia of the Ancient World*. Leiden, Brill, 2006, Vol. 4, p. 460.

<sup>489</sup> F.W. Walbank, *A Historical Commentary on Polybius*. Oxford, Oxford University Press, Vol. III: Commentary on books XIX-XL, 1979, p.312.

<sup>490</sup> Peter J. Rhodes; Bruno Bleckman, “Dioikesis” in Manfred Landfester (eds.), *Brill’s New Pauly Encyclopaedia of the Ancient World*. Leiden, Brill, 2006, Vol. 4, pp. 458-459.

<sup>491</sup> L. Shatzman, “The Egyptian Question in Roman Politics 59-54 BC”, *Latomus*, 30, 1971, p.368.

<sup>492</sup> Bernard Legras, “Les Romains en Égypte, de Ptolémée XII à Vespasien”, *Pallas : Revue d’ Études Antiques*, 96 : Le monde romain de 70 av. J.-C à 73 apr. J.-C, 2014, p. 274.

<sup>493</sup> Joyce Tyldesley, *Cleopatra, Last Queen of Egypt*. Londres, Profile Books, 2008, p.37.

Alexandria para receberem o dinheiro para pagar os empréstimos feitos por vários romanos<sup>494</sup>, pois existia a desconfiança de que Rabírio apenas se ocupasse com o seu empréstimo<sup>495</sup>.

O Egito era um território rico, mesmo depois dos períodos de instabilidade que precederam o reinado de Ptolemeu XII e do conturbado primeiro governo deste rei. Durante o reinado deste monarca, as receitas do território egípcio chegavam aos 12.500 talentos<sup>496</sup>, mas, ainda assim, tal quantia não seria suficiente para pagar as dívidas aos banqueiros romanos. Não conhecemos os valores em dívida, todavia eram suficientemente elevadas para que o Egito passasse a estar completamente dependente de Roma.

Para além disso, existia outra dificuldade: o tetradracma, uma das moedas usadas pelos Ptolemeus desde o início da dinastia, teve a sua percentagem de prata reduzida durante o reinado de Ptolemeu XII<sup>497</sup>, passando de 84.85% para 64%<sup>498</sup>, continuando a perder prata na sua constituição e atingindo os 33% durante o reinado de Cleópatra VII<sup>499</sup>. A dinastia ptolemaica usava um sistema monetário com moedas de três metais: ouro, prata e bronze. As moedas de ouro raramente entraram em circulação, sendo guardadas no tesouro, as de prata eram usadas para pagar grandes quantias, trocas internacionais<sup>500</sup> e nos grandes centros urbanos, enquanto as de bronze, mais usadas pela população egípcia, eram para as trocas mais pequenas e rurais<sup>501</sup>. Siani-Davies afirma que esta desvalorização terá sido provocada pela necessidade de pagar aos romanos em moeda corrente<sup>502</sup>. Certamente que a prata retirada das moedas terá sido usada para pagar o empréstimo a Roma, provocando assim um enfraquecimento da

---

<sup>494</sup> Cic. *Fam.* 7.17.2

<sup>495</sup> Na verdade, muitos dos investidores romanos não tiveram qualquer retorno do empréstimo que fizeram a Ptolemeu XII. Em Cic. *Fam.* 7.17.1, o orador escreve a Trebácio, dizendo que muitos dos que foram a Alexandria pedir o seu dinheiro ainda não tinham recebido qualquer tipo de pagamento.

<sup>496</sup> Dorothy J. Thompson, "Egypt, 146-31 B.C." In J.A. Crook; Andrew Lintott; Elizabeth Rawson. *The Cambridge Ancient History, The Last Age of the Roman Republic, 146-43 B.C.* Cambridge, Cambridge University Press, Vol. IX, 2008, p.322.

<sup>497</sup> Para mais informações sobre as diferentes cunhagens no reinado de Ptolemeu XII consultar: Otto Mørkholm, "Ptolemaic coins and chronology: The dated silver coinage of Alexandria", *Museum Notes*, American Numismatic Society, Vol.20, 1975, pp.7-24.

<sup>498</sup> Mary Siani-Davies, "Ptolemy XII and the Romans", *Historia: Zeitschrift für Alte Geschichte*, Bd. 46, H. 3, 3rd Qtr 1997, p.334.

<sup>499</sup> Michel Chauveau, *A vida quotidiana do Egito no tempo de Cleópatra (180-30 a.C.)*. Lisboa, Edição «Livros do Brasil» Lisboa, 2000, p.25.

<sup>500</sup> José das Candeias Sales, "Acuñação monetária en Egipto", *BAEDE*, nº19, 2010, p.43.

<sup>501</sup> Joseph G. Manning, "Hellenistic Egypt" in Walter Scheidel; Ian Morris; Richard P. Saller (Eds.), *The Cambridge Economic History of the Greco-Roman World*. Cambridge, Cambridge University Press, 2013, p. 445.

<sup>502</sup> Mary Siani-Davies, *Op. Cit.*, p.335.

moeda egípcia. Desconhecemos as consequências desta redução no comércio local, mas reflete com clareza as dificuldades financeiras por que passava o Egito durante os últimos dois reinados da dinastia ptolemaica.

As medidas económicas e financeiras impostas por Rabírio Póstumo não vieram melhorar a situação do tesouro egípcio. Depois da captura das fortunas dos mais ricos e da redução da prata nas moedas era preciso aplicar mais medidas. Assim, apesar de seguir os hábitos da administração ptolemaica e usar o traje característico de um *dioiketes*<sup>503</sup>, o imposto extra que aplicou sobre a população egípcia provocou um grande descontentamento. As revoltas apareceram em várias regiões do Egito, como em Alexandria, Faium, Oxirrinco e Heracleópolis, com os camponeses a exigir proteção dos cobradores de impostos ou não cultivariam os campos<sup>504</sup>. Os impostos já eram altos no território egípcio e o novo *dioiketes* só estava piorar a capacidade de subsistência da população.

Por causa da instabilidade vivida no Egito, a vida de Rabírio Póstumo estava ameaçada. Segundo Cícero, Ptolemeu XII prendeu o banqueiro romano «*But he was the king's steward. Yes, and he was in the king's prison, and his life was nearly taken away.*»<sup>505</sup> Siani-Davies propõe que Ptolemeu XII foi forçado a agir contra este e que a prisão seria apenas uma proibição de sair do local de residência<sup>506</sup>. Possivelmente, o rei viu-se forçado a deter Póstumo para acalmar a população e assim conseguir manter-se no trono.

O ato de prender um cidadão romano podia ter consequências terríveis para as relações entre Roma e o Egito, mas não encontramos um aumento de hostilidade entre os dois poderes. Na verdade, toda esta história da prisão de Rabírio Póstumo poderá ter sido uma invenção de Cícero, passando toda a culpa dos acontecimentos para o rei, para, desta forma, livrar o seu cliente de uma sentença pesada. Ptolemeu XII poderá ter posto Rabírio sob custódia para sua proteção, impedindo que fosse morto e pudesse realizar o seu trabalho em segurança<sup>507</sup>.

Por consequência, Rabírio Póstumo foi forçado a fugir do Egito e a voltar para Roma. Não temos certeza da data em que o banqueiro voltou para Roma, sendo a primeira hipótese o verão de 55 a.C. No entanto, todos os processos e medidas políticas

---

<sup>503</sup> Cic. *Rab. Post.* 28

<sup>504</sup> Joyce Tyldesley, *Cleopatra, Last Queen of Egypt*. Londres, Profile Books, 2008, p.37.

<sup>505</sup> Cic. *Rab. Post.* 22

<sup>506</sup> Mary Siani-Davies, "Ptolemy XII and the Romans", *Historia: Zeitschrift für Alte Geschichte*, Bd. 46, H. 3, 3rd Qtr 1997, p.335.

<sup>507</sup> C. W. Roller, *Cleopatra: A Biography*. Oxford, University Press, 2010, p.26.

mencionadas acima terão demorado tempo a implementar. Se o rei foi reposto oficialmente no mês de Abril, a fuga de Póstumo poderá ter sido apenas no verão de 54 a.C.<sup>508</sup>. Decerto, o banqueiro não terá voltado para Roma sem conseguir pelo menos uma parte do pagamento. Porém, o rei poderá ter pago uma parte da sua dívida em géneros e não apenas com prata. Em Cícero, temos conhecimento de um conjunto de barcos que chegam a Putéolos, vindos de Alexandria, cheios de produtos egípcios como papiro, linho, vidro e escravos, dos quais os rumores diziam que tinham sido enviados por Rabírio<sup>509</sup>.

Apesar da fuga de Rabírio, os Gabinianos permanecem em Alexandria a proteger o rei. Assim, Ptolemeu XII permaneceu no trono entre o final de 52 a.C. e o início de 51 a.C. No final do seu reinado, tornou a sua filha, Cleópatra VII co-regente.



**Figura 12.** Busto de Cleópatra VII [Extraído de Adrian Goldsworthy, *António e Cleópatra*, 2012, p.224.]

De facto, datada desse ano, encontramos uma representação de Cleópatra no templo de Hathor, em Dendera, aparecendo atrás de seu pai<sup>510</sup>. Este é o primeiro registo que temos de Cleópatra VII. Também nesse ano, Ptolemeu XII atribui à filha os títulos de *Thea Filopator* (“deusa que ama o pai”) e a Ptolemeu XIII os títulos de *Theo Filopator* (“deus que ama o pai”), unindo os dois filhos para um objetivo comum: assegurar a continuidade da dinastia. Assim, o rei preparava a sua sucessão<sup>511</sup>.

Ptolemeu XII acabaria por morrer em 51 a.C. na sequência de uma doença. Provavelmente, apercebendo-se de que estava doente, decidiu planear a sucessão da dinastia. No seu testamento, manteve a tradição e nomeia Ptolemeu XIII para governar juntamente com a sua irmã, Cleópatra VII. Em seguida, o rei pedia a Roma, invocando a aliança forjada em 59 a.C., que garantisse que os termos do seu testamento eram cumpridos<sup>512</sup>. Uma cópia do testamento ficou em Alexandria e outra seguiu para Roma, mas, em vez de ter ficado guardada no tesouro público da República, foi guardada em casa de Pompeio.

<sup>508</sup> Idem, *Ibidem*, p.335.

<sup>509</sup> Cic. *Rab. Post.* 40

<sup>510</sup> Günther Hölbl, *A History of the Ptolemaic Empire*. Londres e Nova Iorque, Routledge, p.230.

<sup>511</sup> C. W. Roller, *Cleopatra: A Biography*. Oxford, University Press, 2010, p.27.

<sup>512</sup> Caes. *B. Civ.* 3.108.4-6; *B. Alex.* 33; Cass. Dio 42.35.4; Luc. 10.92-99.

Desconhecemos se existiu um processo de nomeação de um responsável por assegurar que as questões da dinastia ptolemaica seguiam como era do interesse de Roma, mas a ligação de Pompeio com o rei determinou o destino do testamento. No entanto, Pompeio não visitou o Egito aquando da subida ao trono de Ptolemeu XIII e Cleópatra VII, pois os acontecimentos políticos em Roma não lhe permitiam que se ausentasse<sup>513</sup>.

Não sabemos em que altura o rei fez o testamento nem quando o enviou para Roma, mas não podemos descartar a hipótese de ter sido muito antes de ter adoecido. Assim, Roma ficava responsável por proteger a dinastia<sup>514</sup>. Ao mesmo tempo, o rei procurava a continuidade do reconhecimento do Egito como aliado de Roma, pelo qual tinha lutado durante 20 anos do seu reinado. Desta forma, o rei garantia que o Senado aceitava os seus filhos como aliados, sabendo que estes necessitariam dessa aprovação para permanecer no trono. O Senado romano foi designado executor do testamento do Auleta, mas também tutor do jovem casal real<sup>515</sup>. Ptolemeu XII, tal como os seus antecessores, volta a ligar o destino da monarquia ptolemaica à República romana.

## 2. Os julgamentos de 54 a.C.

Gabínio voltou à província da Síria para encontrar várias regiões devastadas ou ocupadas. A província da Síria tinha sido repetidamente atacada por piratas<sup>516</sup>, por isso precisava que o procônsul tomasse as medidas necessárias para reconstruir o que tinha sido destruído e pilhado. Não temos, porém, quaisquer dados sobre as medidas tomadas por Gabínio para lidar com os problemas na região. Ao mesmo tempo, o filho de Aristobulo, Alexandre, tinha aproveitado a ausência do procônsul para reunir um grande exército e atacar os romanos que estavam na Judeia. Depressa juntou todos os seus homens e ocupou o monte *Gerizzim*<sup>517</sup>.

Quando foi informado destes acontecimentos, Gabínio voltou rapidamente do Egito e ordenou que Antípatro contivesse a revolta o mais que pudesse, enquanto viajava para a Judeia com o resto das tropas. Antípatro conseguiu convencer muitos homens a deixarem de apoiar Alexandre, mas este ainda tinha um exército de 30.000 homens. Assim que Gabínio chega à Judeia, organiza o seu exército em Jerusalém e

---

<sup>513</sup> David C. Braund, *Royal Wills and Rome*, Papers of the British School at Rome, 51, 1983, pp.33-35.

<sup>514</sup> Günther Hölbl, *A History of the Ptolemaic Empire*. Londres e Nova Iorque, Routledge, p.230.

<sup>515</sup> David C. Braund, *Op. Cit.*, pp.33-35.

<sup>516</sup> Cass. Dio 39.56.1

<sup>517</sup> Joseph. AJ. 14.6. 2-3.

derrota Alexandre numa batalha no monte Tabor que terminou com 10.000 mortos e com o restante exército em fuga<sup>518</sup>. Em seguida, responsabilizou Antípatro por manter a ordem na Judeia e lidou com dois desertores partas, Mitridates e Orsanes:

“So Gabinius settled the affairs which belonged to the city Jerusalem, as was agreeable to Antipater's inclination, and went against the Nabateans, and overcame them in battle. He also sent away in a friendly manner Mithridates and Orsanes, who were Parthian deserters, and came to him, though the report went abroad that they had run away from him.”<sup>519</sup>

Josefo relata-nos que os mandou embora de uma forma amigável, mas, ao mesmo tempo, também nos indica que os rumores diziam que tinham fugido do procônsul<sup>520</sup>, ficando por perceber como ficaram as relações de Gabínio com os príncipes partos.

Depois de ter organizado a província e ter estabelecido a ordem na Judeia, Gabínio volta para Roma e entrega o cargo de procônsul da Síria a Crasso<sup>521</sup>. Segundo Sanford, Gabínio só ficou com a província até Crasso poder assumir o cargo<sup>522</sup>, visto que já lhe tinha sido atribuída em 56 a.C. A mesma autora também nos indica que Gabínio atrasou a sua ida para Roma, sabendo que o esperavam as consequências da sua incursão ilegal no Egito. Crasso atacou Gabínio publicamente em Roma, mas, de repente, passou a defender o procônsul<sup>523</sup>, provavelmente por ter sido pressionado por Pompeio para parar com os ataques<sup>524</sup>. Assim, Gabínio só terá saído da Síria quando o próprio Crasso chegou à província<sup>525</sup>.

Gabínio chegou a Roma a 27 de Setembro de 54 a.C.<sup>526</sup>, informado de que teria de enfrentar acusações e julgamentos pelos seus atos. Os seus inimigos e de Pompeio tinham inundado a cidade de propaganda contra os dois, para garantir que Gabínio seria condenado e para denegrir a imagem e a credibilidade de Pompeio<sup>527</sup>. A exaltação da população era tanta que Gabínio teve de chegar a Roma durante a noite e não saiu de

---

<sup>518</sup> Joseph. B.J. 1.8.7

<sup>519</sup> Joseph. AJ. 14.6. 4

<sup>520</sup> Joseph. AJ. 14.6. 4

<sup>521</sup> Joseph. B.J. 1.8.7; AJ. 14.6. 4;

<sup>522</sup> Eva Mathews Sanford, “The Career of Aulus Gabinius”, *Transactions and Proceedings of the American Philological Association*, Vol. 70, 1939, p.84.

<sup>523</sup> Cic. Fam. 1.9.20

<sup>524</sup> Elaine Fantham, “The trials of Gabinius in 54 B.C.”, *Historia: Zeitschrift für Alte Geschichte*, Bd. 24, H. 3, 3rd Qtr., 1975, p. 430.

<sup>525</sup> Eva Mathews Sanford, *Op. Cit.*, p. 88.

<sup>526</sup> Cic. *Qfr.* 3.1.299

<sup>527</sup> Mary Siani-Davies, “Ptolemy XII and the Romans”, *Historia: Zeitschrift für Alte Geschichte*, Bd. 46, H. 3, 3rd Qtr 1997, p. 337.



sua casa por vários dias<sup>528</sup>. Gabínio só saiu de casa para comparecer nos julgamentos, e, quando o fez pela primeira vez, viu-se impedido de comparecer a horas por causa de uma multidão furiosa que o impedia de chegar ao fórum<sup>529</sup>.

O procônsul tinha três acusações contra ele: *de maiestate*, *de repetundis* e *de ambitu*<sup>530</sup>. As cartas de Cícero são as fontes mais importantes para conhecer estas diferentes acusações a Gabínio:

“As yet there are three parties prosecuting Gabinius: first, L. Lentulus, son of the flamen, who has entered a prosecution for ; secondly, Tib. Nero, with good names at the back of his indictment; thirdly, C. Memmius the tribune in conjunction with L. Capito.”<sup>531</sup>

Cícero atacou Gabínio publicamente várias vezes durante o seu consulado e depois dos julgamentos, mas, no entanto, foi ele quem defendeu Gabínio durante as acusações:

“And if he, both just now, and whenever he has had any opportunity or possibility of speaking on the subject, has thought it his duty to brand not only with his adverse opinion but with the greatest severity of language, Gabinius and Piso, as the two monsters who have been almost the destruction of the republic, both on other accounts, and also most especially because of their extraordinary wickedness and unseemly inhumanity towards me, with what feelings ought I myself to be actuated towards those men,—I whose safety they devoted and ruined for the gratification of their own evil passions?”<sup>532</sup>

Depois de muita insistência<sup>533</sup>, Pompeio acabou por convencer o orador a defender Aulo, nos três julgamentos que iria ter de enfrentar. Não sabemos quando nem como Cícero acedeu ao pedido de Pompeio. Apesar de ter sido um pedido de um dos homens mais poderosos da Urbe, Cícero não ficou a salvo dos comentários da população:

“And not only prevented Cicero from accusing him again but actually persuaded him to plead for him ; as a result the charge and epithet of “turn-coat” was applied to the orator more than ever.”<sup>534</sup>

Segundo Elaine Fantham, Cícero aceitou defender Gabínio logo durante as primeiras acusações<sup>535</sup>, mas para Richard S. Williams foi apenas durante o segundo

---

<sup>528</sup> Cass. Dio 28.62

<sup>529</sup> Cic. *Qfr.* 3.1.299

<sup>530</sup> Bernard Legras, “Les Romains en Égypte, de Ptolémée XII à Vespasien”, *Pallas : Revue d'Études Antiques*, 96 : Le monde romain de 70 av. J.-C à 73 apr. J.-C, 2014, p. 274.

<sup>531</sup> Cic. *Qfr.* 3.1.296

<sup>532</sup> Cic. *Prov. cons.* 1.2

<sup>533</sup> Cic. *Qfr.* 3.1.296

<sup>534</sup> Dio Cass. 28.63.4

juízo<sup>536</sup>. O que sabemos é que o orador nunca publicou o seu discurso em defesa do antigo procônsul da Síria, ao contrário do que fez com o discurso em defesa de Rabírio Póstumo, que também foi levado a juízo nesse ano. A decisão de não publicar este discurso por parte de Cícero indica-nos a forma contrariada como o orador aceitou defender Gabínio<sup>537</sup>.

As duas primeiras acusações prendem-se com a reposição de Ptolemeu XII e a terceira, por corrupção, durante as eleições de 58 a.C.<sup>538</sup>. As três acusações foram apresentadas por pessoas diferentes. A acusação *de maiestate* foi conduzida por Lúcio Lêntulo e baseava-se numa lei de Sula que impedia os procônsules de saírem da sua província com um exército sem a autorização do Senado<sup>539</sup>. Lúcio Lêntulo era filho de um candidato rival de Gabínio ao consulado de 58 a.C., e que, nessa altura, tinha sido injustamente acusado de um plano para matar Pompeio<sup>540</sup>. O plano era fictício e foi usado apenas para prejudicar a candidatura de seu pai.

O primeiro juízo começou em Outubro. Gabínio defende-se, dizendo que a *Lex Clodia* que lhe conferia *imperium infinitum* legalizava a intervenção no Egito<sup>541</sup>. A decisão saiu no dia 22 desse mês, determinando que não era culpado das acusações, com 32 de 38 votos a favor da inocência<sup>542</sup>. Díon Cássio conta que foi graças à influência de Pompeio e até de alguns subornos do triúviro<sup>543</sup>. Porém, ainda lhe faltavam dois juízos e a imagem que a população de Roma tinha de Gabínio não tinha melhorado. Em Novembro, houve uma cheia em Roma e a população em fúria, juntamente com as notícias da reposição de Ptolemeu XII por Gabínio, culpa-o pelas cheias, afirmando que era um castigo por se ter ignorado e desobedecido aos presságios nos livros sibílicos<sup>544</sup>:

“The Romans, distressed at these calamities and expecting others yet worse, because, as they thought. Heaven had become angry with them for the restoration of Ptolemy, were in haste to put

---

<sup>535</sup> Elaine Fantham, “The trials of Gabinius in 54 B.C.”, *Historia: Zeitschrift für Alte Geschichte*, Bd. 24, H. 3, 3rd Qtr., 1975, p.427.

<sup>536</sup> Richard S. Williams, “Rei Publicae Causa: Gabinius' Defense of His Restoration of Ptolemy Auletes”, *The Classical Journal*, Vol. 81, No. 1, Oct. - Nov., 1985, p. 26.

<sup>537</sup> Elaine Fantham, *Op. Cit.*, p.427.

<sup>538</sup> Richard S. Williams, “The role of «Amicitia» in the career of A. Gabinius”, *Phoenix*, Vol. 32, No. 3, Autumn, 1978, p. 208.

<sup>539</sup> Cic. *Qfr.* 3.1.296

<sup>540</sup> Elaine Fantham, *Op. Cit.*, p.433.

<sup>541</sup> Eva Mathews Sanford, “The Career of Aulus Gabinius”, *Transactions and Proceedings of the American Philological Association*, Vol. 70, 1939, p.90.

<sup>542</sup> Cic. *Qfr.* 3.4.1; Idem, *Ibidem*, p.433.

<sup>543</sup> Cass. Dio 39.55.4

<sup>544</sup> Cic. *Qfr.* 3.7

Gabinius to death even while absent, believing that they would be harmed less if they should destroy him before his return. So insistent were they that although nothing about punishment was found in the Sibylline oracles, still the senate passed a decree that the magistrates and populace should accord him the bitterest and harshest treatment.”<sup>545</sup>

Entretanto, terá começado o segundo julgamento, pela acusação de extorsão de dinheiro da província da Síria, *de repetundis*. Porém, antes de o julgamento começar houve uma competição entre três homens pelo direito de acusar Gabínio. Tibério Nero apresentou-se como candidato para acusar Gabínio<sup>546</sup>, com um grupo de subscritores que Cícero define como “um bom grupo de nomes”<sup>547</sup>. Tibério Nero era um dos candidatos, sendo um protegido de Cícero desde 50 a.C. e candidato a casar com a filha do orador. Conhecemos melhor este homem do final da República romana como pai do imperador Tibério. Sabemos que o imperador Tibério terá herdado do pai o *patrocinium* em relação à família do sumo sacerdote de Comana no Ponto, ou seja, os descendentes de Arquelau. Esta ligação entre as duas famílias terá começado com Gaio Nero que foi governador da província da Ásia, em 80 e 79 a.C. Assim, Tibério Nero estava a representar a família de Arquelau, procurando vingá-lo, pois tinha sido morto por Gabínio<sup>548</sup>.

O segundo candidato, Lúcio Ateio Capitão, tribuno em 55 a.C., que se tinha oposto à *Lex Trebonia*, a lei que atribuiu a província da Síria a Crasso, depois do acordo secreto feito entre os triúnviros na conferência de Luca. Capitão afirmou que, mesmo tendo Crasso os seus poderes proconsulares atribuídos pela lei, tinha de consultar o povo antes de interferir noutro território e começar uma guerra<sup>549</sup>. Este mesmo argumento foi usado como motivo para acusar Gabínio.

Lúcio António e Gaio António, irmãos de Marco António, também se apresentaram como candidatos à acusação, mas foram afastados por Catão, que presidia o tribunal de extorsão, que considerava que seria *praevaricatio* deixar que os irmãos do homem que tinha sido subordinado do réu conduzissem a acusação. Por último, Gaio Mémio, que era sobrinho de Pompeio, filho da sua irmã Pompeia e um dos principais

---

<sup>545</sup> Cass. Dio 28.61

<sup>546</sup> Elaine Fantham, “The trials of Gabinius in 54 B.C.”, *Historia: Zeitschrift für Alte Geschichte*, Bd. 24, H. 3, 3rd Qtr., 1975, p.432.

<sup>547</sup> Cic. *Qfr.* 3.1.296

<sup>548</sup> Elaine Fantham, *Op. Cit.*, p.435.

<sup>549</sup> Plut. *Vit. Cras.* 16.4

inimigos de Gabínio<sup>550</sup>. A escolha de Catão recaiu sobre este último e o julgamento avançou.

Neste julgamento, Gabínio explicou os seus motivos para aceitar repor Ptolemeu XII no trono, afirmando que Arquelau liderava um grupo de piratas que punham em causa a segurança da província que estava a seu cargo<sup>551</sup>. Porém, a classe dos cavaleiros procurava castigar Gabínio por causa do tratamento que os publicanos tinham recebido da sua parte durante o seu proconsulado. Assim, Gabínio foi condenado a pagar uma soma igual ao suborno que aceitou de Ptolemeu XII<sup>552</sup>. Porém, Gabínio não tinha recebido os 10.000 talentos, na sua totalidade, e como não tinha riqueza suficiente para pagar a soma exigida, foi condenado ao exílio<sup>553</sup>.

Por fim, o terceiro julgamento, devido a uma acusação de corrupção e suborno, *de ambitu*, durante as eleições para o consulado de 58 a.C., por Públio Sula. Cícero menciona também um tal Torquato, que tentava conseguir o direito de acusação, mas que acabou por falhar<sup>554</sup>. Todos os que se apresentaram como candidatos para o cargo de cônsul nesse ano foram acusados. Uma perseguição à corrupção que aconteceu durante as eleições desse ano. Gabínio foi novamente considerado inocente nestas acusações<sup>555</sup>.

Porém, apesar de ter sido considerado inocente de duas das acusações, a sentença do *de repetundis* teve consequências irremediáveis para a carreira de Gabínio. Afastado de Roma, Gabínio não podia continuar a mesma nem manter a influência política que tinha. No entanto, Gabínio não foi o único afetado pela pesada sentença que lhe foi ditada. Tendo Pompeio falhado, apesar de ter usado a sua influência, demonstra uma diminuição da influência do triúviro junto do grupo dos cavaleiros. O ataque a Gabínio terá sido um golpe ao poder de Pompeio<sup>556</sup>, aproveitado um momento de fraqueza do triúviro, pois a sua mulher, Júlia, filha de César, morreu em Agosto de 54 a.C., durante o parto. A morte de Júlia iria ter consequências graves na relação dos

---

<sup>550</sup> Elaine Fantham, “The trials of Gabinius in 54 B.C.”, *Historia: Zeitschrift für Alte Geschichte*, Bd. 24, H. 3, 3rd Qtr., 1975, p.435.

<sup>551</sup> Como foi tratado no capítulo anterior. Richard S. Williams, “Rei Publicae Causa: Gabinius' Defense of His Restoration of Ptolemy Auletes”, *The Classical Journal*, Vol. 81, No. 1, Oct. - Nov., 1985, pp. 37-38.

<sup>552</sup> App. *B. Civ.* 2.24

<sup>553</sup> Eva Mathews Sanford, “The Career of Aulus Gabinius”, *Transactions and Proceedings of the American Philological Association*, Vol. 70, 1939, p.91.

<sup>554</sup> Cic. *Qfr.* 3.3.2

<sup>555</sup> Cic. *Att.* 4.18.326

<sup>556</sup> Elaine Fantham, *Op. Cit.*, p.443.

triúnviros, pois Pompeio tornou-se mais inativo por causa do luto e o elo com César desapareceu<sup>557</sup>.

Segundo Williams, a intervenção direta de Pompeio indica que a ligação dos outros triúnviros com Gabínio seria de *amicitia*<sup>558</sup>. Na realidade, César ainda teria dinheiro por receber de Ptolemeu XII, mas tentou ajudar Gabínio<sup>559</sup>. Por outro lado, Crasso tinha uma relação muito instável com Gabínio, como já foi demonstrado pelos vários confrontos entre os dois. Todavia, a relação de *amicitia* entre Gabínio e Pompeio terá sido severamente afetada.

Assim, Gabínio parte para o exílio<sup>560</sup>, provavelmente apenas no final de 53 a.C. pela demora dos processos jurídicos<sup>561</sup>. Segundo Fantham, Gabínio foi condenado com uma sentença tão pesada e com danos irreversíveis para a sua carreira devido a uma conjunção de três fatores: primeiro, o ódio de uma facção do Senado contra os senadores conservadores, com quem Gabínio estava aliado, como Pompeio; segundo, uma vingança da classe banqueira e financeira contra as várias ações de Gabínio ao longo da sua carreira que os prejudicaram, como, por exemplo, as leis a favor dos provinciais e contra a maneira de atuar dos publicanos; terceiro, a fúria da população motivada pelas cheias que aconteceram em Roma<sup>562</sup>. A convergência destes três fatores provocou a exclusão de Gabínio da vida política.

Durante os julgamentos a Gabínio, decorreu o julgamento de Rabírio Póstumo, pela sua ação como *dioiketes* de Ptolemeu XII. Porém, trata-se, mais uma vez, de um ataque dos cavaleiros, procurando recuperar as riquezas perdidas, visto que Gabínio não tinha possibilidades de as restituir<sup>563</sup>. Sabendo que Rabírio Póstumo servira de intermediário entre Gabínio e Ptolemeu XII, acusaram-no, segundo uma cláusula da *Lex Julia*, designada como *quo ea pecunia pervenerit*, de ter recebido dinheiro de forma ilegal do rei do Egito. Infelizmente, as fontes são silenciosas em relação ao desfecho do

---

<sup>557</sup> Palmela Marin, *Blood in the Forum, The Struggle for the Roman Republic*. Continuum, Nova Iorque, 2009, p. 137.

<sup>558</sup> Richard S. Williams, “The role of «Amicitia» in the career of A. Gabinius”, *Phoenix*, Vol. 32, No. 3, Autumn, 1978, p. 209.

<sup>559</sup> Palmela Marin, *Op. Cit.*, p. 136.

<sup>560</sup> Infelizmente nenhuma das fontes antigas nos indica qual o destino do seu exílio.

<sup>561</sup> Palmela Marin, *Op. Cit.*, p. 137.

<sup>562</sup> Elaine Fantham, “The trials of Gabinius in 54 B.C.”, *Historia: Zeitschrift für Alte Geschichte*, Bd. 24, H. 3, 3rd Qtr., 1975, p.442.

<sup>563</sup> Cic. *Rab. Post.* 21

juízo<sup>564</sup>, mas temos o discurso de Cícero, *Pro Rabirio Postumo*, que nos indica os vários argumentos de Cícero para livrar o seu cliente de uma condenação.

Cícero não nega que Rabírio providenciou dinheiro para a intervenção no Egito, aquando da assinatura do contrato na *villa* de Pompeio, antes de esta ser proibida pelos livros sibilinos<sup>565</sup>. Por outro lado, tenta provar que Póstumo não estava ligado a Gabínio, afirmando que não havia provas de tal ligação e que Gabínio já tinha sido condenado e julgado pelos seus crimes, sendo o único culpado pelas suas ações:

“But this is quite a novel way of managing business, and one utterly unheard of before this time. In the previous action Postumus name never once occurs. In the action, do I say? You yourselves, O judges, lately sat as judges on Aulus Gabinius. Did any one witness then mention Postumus? Any witness? did ever the prosecutor name him? Did you, in short, in the whole of that trial once hear the name of Postumus?”<sup>566</sup>

“For if it was imputed as a crime to Postumus, who was neither a tribune, nor a prefect, nor one of his companions from Italy, nor even a friend of Gabinius's, how will these men hereafter defend themselves, who, being of your order, have been implicated with our magistrates in these causes? “You,” says the prosecutor, “instigated to Gabinius to restore the king.” My own good faith does not allow me to speak with severity of Gabinius.”<sup>567</sup>

“And if I show that it has no connection with Gabinius either, then certainly you will have not a leg to stand upon. For this cause is an inquiry, “What has become of the money?” a sort of appendix as it were to an action which has been already decided, and in which a man has been convicted. An action was brought successfully against Aulus Gabinius, and he was condemned in damages.”<sup>568</sup>

Finalmente, afirmou que Rabírio não tinha outra hipótese senão ficar no Egito para conseguir reaver o dinheiro de todos os banqueiros e acusou Ptolemeu XII de ter abusado da ajuda do banqueiro romano, de o ter forçado a seguir os costumes alexandrinos<sup>569</sup> e de o ter prendido<sup>570</sup>, sendo que este só conseguiu voltar para Roma porque fugiu. Assim, Cícero desviou a culpa de Póstumo, levando a que os historiadores romanos considerassem Gabínio mais culpado pela ação, no Egito, do que qualquer outro romano.

O ano de 53 a.C. ficou marcado pelo final do primeiro triunvirato. Durante a campanha contra os Partos, na batalha de Carras, Crasso foi morto, um grande número de legionários romanos morreu e vários estandartes perdidos. Também neste ano,

---

<sup>564</sup> Mary Siani-Davies, “Ptolemy XII and the Romans”, *Historia: Zeitschrift für Alte Geschichte*, Bd. 46, H. 3, 3rd Qtr 1997, p.337.

<sup>565</sup> Cic. *Rab. Post.* 6

<sup>566</sup> Cic. *Rab. Post.* 10

<sup>567</sup> Cic. *Rab. Post.* 19

<sup>568</sup> Cic. *Rab. Post.* 8

<sup>569</sup> Cic. *Rab. Post.* 25-26

<sup>570</sup> Cic. *Rab. Post.* 22

Pompeio recusou uma nova aliança com César através de outro casamento<sup>571</sup>, casando-se com Cornélia, a filha de Quinto Metelo Cipião. Através deste casamento, Pompeio procurava conseguir uma ligação mais forte com os *optimates* e, ao mesmo tempo, ficar com a clientela de Crasso, pois o filho de Crasso, Públio Crasso, que também tinha morrido na batalha de Carras, era marido de Cornélia<sup>572</sup>.

A eleição para os magistrados de 52 a.C. complicava-se devido à violência entre os grupos de Clódio e de Milão<sup>573</sup> que acabou no assassinato de Clódio, um dos candidatos, por ordem de Milão<sup>574</sup>. A instabilidade no Senado foi aproveitada por Pompeio que, através de discursos dos seus apoiantes, leva os senadores a pensar que a melhor opção era nomeá-lo ditador. Porém, os *optimates* decidem diminuir o poder que Pompeio teria. Por isso, foi nomeado cônsul sem colega. Assim, Pompeio evitava a memória do período em que Sula foi ditador e sendo só cônsul poderia ser julgado pelos seus atos e decisões<sup>575</sup>. Porém, ao mesmo tempo, Pompeio tornava-se o homem mais importante de Roma<sup>576</sup>.

Entre 51 e 50 a.C., as dificuldades de entendimento entre César e Pompeio começaram. A *lex Pompeia de provinciis* obrigava a que os procônsules fizessem uma pausa antes de ingressarem noutra magistratura. Assim, César ficaria vulnerável, podendo ser levado a tribunal, principalmente porque o seu proconsulado na Gália não tinha sido atribuído com aprovação do povo de Roma. Outra lei que Pompeio criou impedia que existissem candidaturas *in absentia*. Desta forma, os candidatos tinham de estar em Roma para se poderem candidatar a uma magistratura<sup>577</sup>. Assim, Pompeio esperava diminuir a corrupção nas nomeações. César seria obrigado a desistir do seu *imperium* para poder entrar no *pomerium* e apresentar-se como candidato, podendo, mais uma vez, ser acusado e levado a tribunal<sup>578</sup>. Por outro lado, Pompeio estendeu o seu tempo como procônsul da Hispânia, podendo continuar a exercer a sua influência na província. Depois de negociações com Pompeio, ficou estabelecido que César ocuparia o cargo de procônsul da Gália até 50 a.C.<sup>579</sup>. O tempo de paz entre os dois homens mais poderosos de Roma foi estabelecido.

---

<sup>571</sup> Adrian Goldsworthy, *Caesar, Life of a Colossus*. Londres, Weidenfeld&Nicolson, 2006, p. 349.

<sup>572</sup> David Shotter, *The Fall of the Roman Republic*. Londres e Nova Iorque, Routledge, 1994, p.71.

<sup>573</sup> Adrian Goldsworthy, *Op. Cit.*, p. 346.

<sup>574</sup> App. B. Civ. 2.24

<sup>575</sup> R. Seager, *Pompey the Great. A political biography*. Oxford, Blackwell Publishing, 2003, pp. 136-137.

<sup>576</sup> W. Jeffrey Tatum, *Always I am Caesar*. Oxford, Blackwell Publishing, 2008, p.126.

<sup>577</sup> Idem, *Ibidem*, pp.128-129.

<sup>578</sup> Adrian Goldsworthy, *Op. Cit.*, pp. 349-350.

<sup>579</sup> David Shotter, *The Fall of the Roman Republic*. Londres e Nova Iorque, Routledge, 1994, pp.72-73.

«*The whole Gaul was conquered...*»<sup>580</sup> E a tensão entre César e Pompeio aumentou com a probabilidade do regresso deste para Roma, quando a guerra na Gália terminou. César tinha feito um grande esforço para permanecer na memória do povo romano durante os anos em que esteve fora. A sua obra, *A Guerra das Gálias*, foi crucial para que o triúviro continuasse a ter o apoio popular. Através da narração da conquista da Gália, César fazia propaganda junto da população da cidade e podia contar a versão dos acontecimentos que lhe era mais útil, a nível político<sup>581</sup>. Ao mesmo tempo, financiava a construção de edifícios públicos na cidade e patrocinava jogos. Assim, César não tinha sido esquecido pelos romanos e conservava uma grande influência junto da população e dos senadores<sup>582</sup>.

Porém, os inimigos de César continuavam a trazer a questão das províncias da Gália para discussão no Senado. A discussão foi longa e muitas oposições foram criadas ao plano de César. Começaram a levantar dúvidas e questões sobre qual seria o papel de César depois de voltar da província<sup>583</sup>. Domício Aenobarbo pretendia o cargo de procônsul da Gália e Catão queria julgar César pelos acontecimentos de 59 a.C. Assim, os inimigos de César precisavam do apoio de Pompeio para conseguirem levar César a julgamento e este precisava do apoio do seu aliado para conseguir continuar a sua carreira política<sup>584</sup>.

A proposta que apareceu, para César, designava que este iria resignar o *imperium* no dia 13 de Novembro. Assim, desaparecia o problema de ter de fazer uma pausa entre o proconsulado e o consulado, mas aparecia um novo problema: segundo esta proposta, César iria ficar sem o exército, podendo ser atacado<sup>585</sup>. Porém, César não queria deixar a província sem o seu exército e Pompeio não queria que este mantivesse o seu exército. Assim, Cúrio propôs que ambos abandonassem os seus cargos de procônsules ao mesmo tempo, mas não foi definida uma data para abdicarem das províncias<sup>586</sup>.

---

<sup>580</sup> Caes. *Bell. Gall.* 8.1

<sup>581</sup> Adrian Goldsworthy, *Caesar, Life of a Colossus*. Londres, Weidenfeld&Nicolson, 2006, p. 343.

<sup>582</sup> T.P. Wiseman, "Caesar, Pompey and Rome, 59-50 a.C." In J.A. Crook; Andrew Lintott; Elizabeth Rawson. *The Cambridge Ancient History, The Last Age of the Roman Republic, 146-43 B.C.* Cambridge, Cambridge University Press, Vol. IX, 2008, p. 406.

<sup>583</sup> Richard A. Billows, *Julius Caesar: The Colossus of Rome*. Londres e Nova Iorque, Routledge, 2009, p.190.

<sup>584</sup> Adrian Goldsworthy, *Op. Cit.*, pp. 363-365.

<sup>585</sup> David Shotter, *Op. Cit.*, p.73.

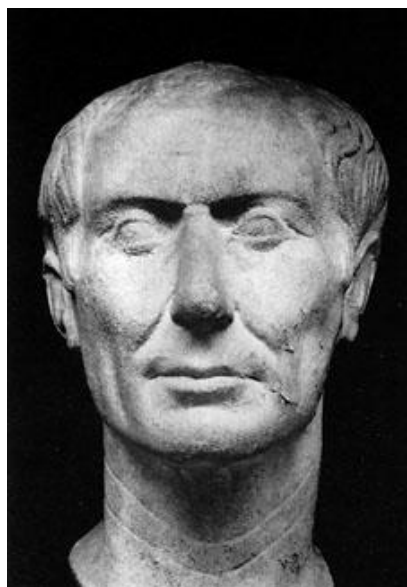
<sup>586</sup> App. *B. Civ.* 2.30



Desta forma, os *optimates* tentavam impedir que César chegasse ao seu segundo consulado, deixando-o sem resposta sobre quando iria abdicar o *imperium*. Porém, César não espera e propõe entregar a sua província, juntamente com Pompeio<sup>587</sup> e submeter-se ao julgamento do povo Romano, mas, se Pompeio não concordasse, o assunto seria tratado por ele<sup>588</sup>. Entretanto, seguindo o rumor de que César estava a marchar sobre Roma, Marcelo tinha proposto ao Senado que este fosse declarado inimigo da República. O estado de alerta foi declarado na cidade e vários tribunos e senadores a favor de César deixaram a cidade para se juntarem a ele<sup>589</sup>.

A passagem do Rubicão por César com um exército em direção a Roma marca o início da guerra civil no ano de 49 a.C.<sup>590</sup>. Cada lado do conflito procura conseguir o maior número de apoios, recursos e homens que aceitem estar do seu lado. O número de recursos que conseguissem serviria também para terem mais apoios por parte das populações. César chama Gabínio do exílio para se juntar a ele<sup>591</sup> e oferece-lhe o recrutamento e treino de tropas na região da Ilíria<sup>592</sup>.

Quando Gabínio aceita a proposta e se alia a César, podemos afirmar com segurança que a relação de *amicitia* com Pompeio terá chegado ao fim. Pompeio estava ligado à causa dos *optimates* e Catão não representava os ideais que Gabínio defendeu ao longo do seu percurso político. Por outro lado, Pompeio não tinha conseguido impedir que os *optimates* destruíssem a carreira política de Gabínio. A relação que tinha



**Figura 13.** Busto de Júlio César.  
[Extraído de Adrian Goldsworthy, *Caesar, The life of a colossus*, 2006, p.280.]

<sup>587</sup> Plut. *Vit. Pomp.* 59.2; *Vit. Caes.* 30.2

<sup>588</sup> App. *B. Civ.* 2.32

<sup>589</sup> T.P. Wiseman, “Caesar, Pompey and Rome, 59-50 a.C.” In J.A. Crook; Andrew Lintott; Elizabeth Rawson. *The Cambridge Ancient History, The Last Age of the Roman Republic, 146-43 B.C.* Cambridge, Cambridge University Press, Vol. IX, 2008, pp. 421-423.

<sup>590</sup> Richard A. Billows, *Julius Caesar: The Colossus of Rome*. Londres e Nova Iorque, Routledge, 2009, p.205.

<sup>591</sup> Cass. Dio. 28, 65

<sup>592</sup> Eva Mathews Sanford, “The Career of Aulus Gabinius”, *Transactions and Proceedings of the American Philological Association*, Vol. 70, 1939, p.92.

sido vital para Gabínio construir a sua carreira chegou ao fim com o início da guerra civil<sup>593</sup>.

Apiano conta-nos que a região da Ilíria foi hostil às tropas de César, atacando as forças de Gabínio e provocando mortos, receando que se apoiassem César os esperasse um pior destino<sup>594</sup>. No entanto, na *Guerra Alexandrina*, o narrador conta-nos que a população foi favorável às tropas romanas. Propaganda ou não, a Ilíria tinha um significado especial para César, pois era uma região que este procurava manter sob a sua influência<sup>595</sup>.

O conflito entre cesarianos e pompeianos na região da Ilíria começou logo no ano 48 a.C. No entanto, existe uma confusão das fontes em relação à cronologia destes acontecimentos. A *Guerra Alexandrina* posiciona estes acontecimentos depois da batalha de Farsalo<sup>596</sup>, enquanto Dión Cássio nos indica que terão sido anteriores à mítica batalha entre César e Pompeio<sup>597</sup>. Todavia, ambos os autores providenciam uma narração do confronto em Farsália.

César envia uma ordem a Gabínio para estar preparado para enfrentar as forças pompeianas<sup>598</sup>. Porém, nesse ano, o inverno foi rigoroso, as provisões foram muito escassas e a situação complicou-se para as tropas recém-formadas. Assim, Gabínio foi forçado a retirar-se com as suas tropas para a cidade de Salona, mas durante esse percurso foram atacados pelas forças de Otávio, um general de Pompeio, numa batalha em que Gabínio perdeu 2000 soldados, 38 centuriões e 4 tribunos<sup>599</sup>:

“When Gabinius came to Illyricum in the difficult winter season, — whether it was he thought the province was more abundantly supplied, or whether he set great store by Caesar's winning luck, or whether he trusted in his own courage and skill, which had many a time enabled him, when surrounded by the hazards of war, to score great successes by his personal leadership and initiative — anyway he derived no support from the resources of the province, bled white as it partly was, and partly disloyal, nor could supplies be conveyed to him by ship, since stormy weather had interrupted navigation. As a result of these considerable difficulties he was forced to conduct the campaign, not as he wished, but as necessity dictated. And so, as lack of supplies forced him to storm towns or strongholds in very adverse weather, he frequently sustained reverses, and was held by the natives in such contempt that, while retreating on Salona, a coastal town occupied by very gallant and loyal Roman citizens, he was forced to fight an action on the march. In this battle he lost more than two thousand soldiers, thirty-eight

---

<sup>593</sup> Richard S. Williams, “The role of «Amicitia» in the career of A. Gabinius”, *Phoenix*, Vol. 32, No. 3, Autumn, 1978, pp. 209-210.

<sup>594</sup> App. *Ill.* 12.48

<sup>595</sup> Elizabeth Rawson, “Caesar: Civil War and Dictatorship”, In J.A. Crook; Andrew Lintott; Elizabeth Rawson. *The Cambridge Ancient History, The Last Age of the Roman Republic, 146-43 B.C.* Cambridge, Cambridge University Press, Vol. IX, 2008, p.428.

<sup>596</sup> Caes. *B. Alex.* 42

<sup>597</sup> Cass. Dio 42.11.4

<sup>598</sup> Caes. *B. Alex.* 42

<sup>599</sup> Caes. *B. Alex.* 43

centurions and four tribunes: with what was left of his forces he retired to Salona, where, under the stress of overwhelming difficulties of every kind, he fell sick and died within a few months.”<sup>600</sup>

Ainda assim, o general conseguiu seguir com as restantes forças para Salona. No entanto, Octávio cercou a cidade, mas só conseguiu ocupá-la quando Gabínio morreu de doença, passados alguns meses<sup>601</sup>. Aulo Gabínio, descrito como um general competente que apenas encontrou condições muito desfavoráveis, morreu a defender a causa de Júlio César.

### 3. A Guerra Alexandrina

O início do reinado de Cleópatra VII e Ptolemeu XIII não foi pacífico. O Egito estava esgotado financeiramente por causa dos empréstimos contraídos por Ptolemeu XII. Por ser a mais velha dos dois irmãos, era Cleópatra quem controlava as questões governativas. A balança do poder na corte encontrava-se instável, visto que o rei era ainda uma criança e a rainha uma jovem adulta<sup>602</sup>. Para além disso, a agricultura estava a sofrer de vários anos de cheias instáveis do rio Nilo. Apesar dos habitantes de Alexandria terem sempre acesso a cereais, fora da capital do território ptolemaico a realidade era de fome e escassez<sup>603</sup>.

Os gabinianos estavam a dar problemas aos novos monarcas, que deveriam estar a sentir o peso de financiar um grupo de tropas romanas. Depois da morte de Crasso, o cargo de procônsul da Síria foi entregue a Bíbulo, no ano 50 a.C. Sabendo que lhe faltavam tropas, principalmente depois do massacre sofrido por Crasso, decidiu convocar os gabinianos para voltarem à província. Designou os seus dois filhos para a tarefa e enviou-os para o Egito. Porém, os dois jovens não voltariam à Síria, pois foram assassinados pelos gabinianos, que se recusavam a obedecer a Bíbulo<sup>604</sup>. Segundo Bíbulo, estas tropas ainda eram vistas como romanas e formadas por cidadãos que tinham de cumprir o seu dever para com a República<sup>605</sup>.

---

<sup>600</sup> Caes. *B. Alex.* 43

<sup>601</sup> Cass. Dio 42.11.4

<sup>602</sup> Prudence J. Jones, *Cleopatra, A Sourcebook*. Oklahoma, University of Oklahoma Press, 2006, p.31.

<sup>603</sup> Joyce Tyldesley, *Cleopatra, Last Queen of Egypt*. Londres, Profile Books, 2008, pp.46-47.

<sup>604</sup> Val. Max. 4.1.15

<sup>605</sup> Adrian Goldsworthy, *António e Cleópatra*. Lisboa, A Esfera dos Livros, 2012, p. 169.

As tropas tinham-se acomodado em Alexandria e preferiam ficar na calma da cidade do que partir para prevenir um ataque parto e participar numa guerra<sup>606</sup>. Cleópatra já não tinha controlo sobre o grupo de soldados romanos e rapidamente perdeu a fraca lealdade que lhe tinham. Para não perder a aliança com Roma, Cleópatra rapidamente prende os responsáveis pelo assassinato e envia-os a Bíbulo. No entanto, o procônsul recusa-se a julgá-los, afirmando que só o Senado tem poder para tal<sup>607</sup>. Não sabemos se os culpados pelo assassinato chegaram a ser julgados ou se apenas voltaram para Alexandria<sup>608</sup>. Como a rainha mal consegue controlar as ações do grupo de soldados romanos<sup>609</sup>, é de supor que outras figuras da corte tivessem esse controlo.

Todavia, não podemos considerar esta ação dos gabinianos como rebeldia perante Roma. Não passaria muito tempo sem que fossem chamados de novo, desta vez já em plena guerra civil. Em 49 a.C., Gneu Pompeio, o filho mais velho de Pompeio, foi enviado, pelo seu pai, ao Egito, para conseguir o maior número de forças possível<sup>610</sup>. As tropas gabinianas foram convocadas para se juntarem às forças de Pompeio. Pompeio, o Jovem, conseguiu que 500 cavaleiros deixassem Alexandria para integrarem as legiões pompeianas<sup>611</sup>.

Nesta ocasião, os gabinianos obedeceram a Roma, por isso não podemos dizer que existia uma rebeldia militante contra a República. Possivelmente, o grupo de soldados só respondia a Pompeio e aos seus subordinados. A lealdade das tropas é muito difícil de interpretar<sup>612</sup>, mas estes homens deviam ter conhecimento de que tinham agido sem aprovação do Senado e, por isso, recebiam represálias de outros comandantes. Porém, com o início de uma guerra civil, já não existia possibilidade de serem julgados. Por outro lado, Gneu Pompeio pode ter apresentado uma proposta irrecusável a este grupo de homens.

As relações entre os monarcas ptolemaicos e a família de Pompeio não tinham sido descuidadas nem prejudicadas pelas mudanças políticas. Pompeio, o Jovem, aparece a comandar a marinha egípcia, que estava inserida no conjunto das forças marítimas

---

<sup>606</sup> John D. Grainger, *Egypt and Judaea (Roman Conquest)*. South Yorkshire, Pen&Sword Military, 2013, p.679.

<sup>607</sup> Joyce Tyldesley, *Op. Cit.*,p.47.

<sup>608</sup> Adrian Goldsworthy, *António e Cleópatra*,.Lisboa, A esfera dos livros, 2012, p. 170.

<sup>609</sup> David Stuttard; Sam Moorhead, *31 BC, Antony, Cleopatra and the Fall of Egypt*. Londres, The British Museum Press, 2012, pp.33-34.

<sup>610</sup> Adrian Goldsworthy, *António e Cleópatra*. Lisboa, A esfera dos livros, 2012, p. 171.

<sup>611</sup> Caes. B. Alex. 3.4

<sup>612</sup> Mary Siani-Davies, "Ptolemy XII and the Romans", *Historia: Zeitschrift für Alte Geschichte*, Bd. 46, H. 3, 3rd Qtr 1997, p.338.

pompeianas<sup>613</sup>. Para além de terem devolvido uma parte das forças que pertencia a Roma, Cleópatra VII pôs as próprias forças ao dispor de Pompeio e enviou trigo para as suas tropas<sup>614</sup>. A aliança formada pelo seu pai continuava a proteger a monarquia e a beneficiar os pompeianos.

No entanto, o equilíbrio de forças na corte ptolemaica não iria durar muito mais tempo. Os conselheiros de Ptolemeu XIII estavam contra Cleópatra VII desde que a rainha tinha tentado continuar no trono sozinha, não fazendo referência a Ptolemeu XIII nos documentos oficiais entre 51 e 50 a.C.<sup>615</sup>. Apesar de ter apoiantes no Alto Egito, nomeadamente na região de Tebas, a rainha não possuía muitos apoiantes na cidade de Alexandria. A fome provocada pelas más colheitas e a debilitada economia do território tornavam a população manipulável, fatores aproveitados pelos conselheiros de Ptolemeu XIII, Potino, Teódoto e Aquilas. Consequentemente, entre o final de 49 e o início de 48 a.C., Cleópatra viu-se forçada a fugir de Alexandria, indo primeiro para Tebas, onde tinha apoiantes, tal como o seu pai, e, de seguida, para região da Palestina e da Síria<sup>616</sup>.

Durante a sua estadia fora do Egito, Cleópatra conseguiu reunir um exército com forças provenientes da região da Palestina e preparava-se para invadir o Egito quando foi bloqueada pelo exército do seu irmão, mais numeroso e melhor. Os dois exércitos ficaram nos seus acampamentos durante dois dias até que Pompeio, o Grande, chegou ao Egito, pela primeira vez na sua carreira<sup>617</sup>.

Depois de ter perdido a batalha de Farsalo a 9 de Agosto de 48 a.C., Pompeio fugiu com a sua família para o Egito, procurando refúgio junto dos aliados<sup>618</sup>. Chegou à costa egípcia no dia 28 de Setembro, junto de Pelúcio, e enviou uma carta a Ptolemeu XIII, relembrando a amizade com o seu pai. No entanto, os conselheiros do rei não viam nenhum benefício em ajudar Pompeio. Se ganhasse a guerra civil, podia invadir o Egito e retirar-lhes os seus cargos e poder; se perdesse, arrastaria o Egito para quaisquer que fossem as consequências. Portanto, pretendiam agradar a César matando o seu rival, tendo a esperança de manter a sua independência<sup>619</sup>.

A solução encontrada foi a de assassinar Pompeio. Como já referido anteriormente nesta dissertação, foi enviada uma mensagem ao general, convidando-o

---

<sup>613</sup>Caes. B. Civ. 3.40; Luc. 8.524-603

<sup>614</sup> Adrian Goldsworthy, Op.Cit., p. 171.

<sup>615</sup> Michel Chauveau, *A vida quotidiana do Egito no tempo de Cleópatra (180-30 a.C.)*. Lisboa, Edição «Livros do Brasil» Lisboa, 2000, p.26.

<sup>616</sup> Stanley M. Burstein, *The reign of Cleopatra*. Londres, Greenwood Press, 2004, p.16.

<sup>617</sup> Adrian Goldsworthy, *António e Cleópatra*. Lisboa, A esfera dos livros, 2012, pp. 172-174.

<sup>618</sup> Adrian Goldsworthy, *Caesar's Civil War, 49-44 BC*. Nova Iorque e Londres, Routledge, 2005, p. 34.

<sup>619</sup> R. Seager, *Pompey the Great. A political biography*. Oxford, Blackwell Publishing, 2003, p. 168.

para um encontro com o rei que, na realidade, era uma armadilha<sup>620</sup>. E para assassinar Pompeio foram escolhidos soldados gabinianos, que tinham decidido apoiar Ptolemeu XIII na luta contra a sua irmã. Provavelmente a Lúcio Septímio e a Sálvio<sup>621</sup> foram prometidas grandes recompensas ou então sentiam que tinham sido abandonados por Pompeio longe de Roma, mas nunca teremos a certeza do que levou estes homens a aceitar assassinar o seu antigo general.

No dia do encontro, foi enviado um pequeno barco para ir ter com o navio de Pompeio e trazê-lo para terra. Iam a bordo Septímio, Sálvio e Aquilas, e quando chegaram a terra esfaquearam Pompeio até o matarem<sup>622</sup>. Em seguida, decapitaram-no para entregar a cabeça a César, como prova, e deixaram o corpo na praia<sup>623</sup>. Um liberto de Pompeio tratou dos ritos fúnebres e deu as cinzas a Cornélia, que as enterrou na *villa* em Alba<sup>624</sup>.

Júlio César veio em perseguição do seu rival até ao Egito, chegando apenas dois ou três dias depois do assassinato, e encontrou-se no meio de outra guerra civil. Os conselheiros de Ptolemeu XIII pretendiam impressionar César e conseguir o seu favor quando lhe mostraram a cabeça de Pompeio, mas só enfureceram o general romano, que ficou bastante insatisfeito e desagradado com o ato<sup>625</sup>. César tinha levado consigo 3200 homens de infantaria, 800 de cavalaria e uma pequena frota de barcos de guerra<sup>626</sup>. Estabeleceu-se em Alexandria e transformou o palácio real no seu quartel-general<sup>627</sup>. Ao mesmo tempo, também procurava cobrar a restante dívida que provinha de Ptolemeu XII, uma quantia de 10 milhões de denários<sup>628</sup>.

Uma vez que Ptolemeu XII tinha pedido aos Romanos que fossem executores do seu testamento e como Pompeio tinha sido morto, César considerou que era dever dele resolver a disputa entre os dois irmãos. Assim, pediu a ambos que comparecessem diante dele sem os seus exércitos<sup>629</sup>. No entanto, a facção de Ptolemeu XIII considerou que seria melhor que o rei mantivesse o seu exército, em vez de o deixar em Pelúcio, do qual faziam parte dos gabinianos. César diz-nos que Aquilas tinha com ele cerca de

---

<sup>620</sup> Plut. *Vit. Pomp.* 77; Cass. Dio 42.3; Luc. 8.524-560

<sup>621</sup> Plut. *Vit. Pomp.* 79; Cass. Dio. 42.4; Luc. 8.561-610

<sup>622</sup> Plut. *Vit. Pomp.* 79.3

<sup>623</sup> Plut. *Vit. Pomp.* 80.2

<sup>624</sup> R. Seager, *Pompey the Great. A political biography*. Oxford, Blackwell Publishing, 2003, p. 168.

<sup>625</sup> Cass. Dio 42.8.1

<sup>626</sup> Caes. *B. Civ.* 3.106.1

<sup>627</sup> Caes. *B. Civ.* 3.112.8

<sup>628</sup> Adrian Goldsworthy, *Caesar, Life of a Colossus*. Londres, Weidenfeld&Nicolson, 2006, p. 441.

<sup>629</sup> Günther Hölbl, *A History of the Ptolemaic Empire*. Londres e Nova Iorque, Routledge, p.233.

20.000 homens no total; este número pode, porém, ter sido fabricado para engradecer a vitória do general romano. César também descreve os gabinianos como habituados à maneira de viver em Alexandria, pois tinham casado e tido filhos, esquecendo assim a disciplina e costumes romanos:

“The forces with Achilles were not such as to seem contemptible in respect of number or grade of men or experience in warfare. For he had twenty thousand men under arms. These consisted of soldiers of Gabinus who had habituated themselves to Alexandrian life and licence and had unlearned the name and discipline of the Roman people and married wives by whom very many of them had children. To them were added men collected from among the freebooters and brigands of Syria and the province of Cilicia and the neighbouring regions; also many condemned criminals and exiles had joined them.”<sup>630</sup>

O encontro com Cleópatra é famoso e bem conhecido da literatura, sendo recontado ao longo dos séculos como secreto e apaixonante. Apesar de não conhecermos em pormenor o que aconteceu para além da lenda, sabemos que depois deste encontro César ficou favorável a Cleópatra e os dois se tornaram amantes. O descontentamento do general, em relação às várias ações dos conselheiros do rei, deve ter ajudado a chegarem a um acordo<sup>631</sup>.

No entanto, os Alexandrinos não estavam contentes com a presença romana na cidade e os legionários romanos, que andassem sozinhos por Alexandria, podiam ser atacados e até mesmo mortos pela população<sup>632</sup>. Se os gabinianos conheceram a mesma violência nos oito anos que permaneceram no Egito, a adoção dos costumes locais seria uma questão de sobrevivência.

Ao mesmo tempo, a tensão no palácio aumentava, porque César queria cumprir o testamento de Ptolemeu XII e tentar uma conciliação que permitisse aos dois irmãos governar em conjunto<sup>633</sup>. No entanto, o rei, Ptolemeu XIII, convocou o exército para dentro da cidade e quando Aquilas chegou começou uma investida contra os soldados romanos. César tentou contactar com Aquilas para chegar a um acordo, mas, mal os mensageiros chegaram, foram agredidos. Um deles foi morto e o segundo conseguiu escapar, mas com lesões muito graves. David Stuttard e Sam Moorhead levantam a hipótese de esta agressão ter sido um ato dos gabinianos<sup>634</sup>. O conflito, que se iniciou,

---

<sup>630</sup> Caes. *B. Civ.* 3.110.1

<sup>631</sup> Michel Chauveau, *A vida quotidiana do Egito no tempo de Cleópatra (180-30 a.C.)*. Lisboa, Edição «Livros do Brasil» Lisboa, 2000, pp.27-28.

<sup>632</sup> Adrian Goldsworthy, *Caesar, Life of a Colossus*. Londres, Weidenfeld&Nicolson, 2006, p. 433.

<sup>633</sup> Günther Hölbl, *A History of the Ptolemaic Empire*. Londres e Nova Iorque, Routledge, pp.234-235.

<sup>634</sup> David Stuttard; Sam Moorhead, *31 BC, Antony, Cleopatra and the Fall of Egypt*. Londres, The British Museum Press, 2012, p.43.

ficou conhecido como a «Guerra Alexandrina» e, durante a primeira parte do conflito, todos os membros da família real e dos conselheiros reais viveram no palácio, cercados, tal como César<sup>635</sup>.

A situação mudou quando César soube de um rumor que dizia que Potino planeava assassiná-lo. Mandou executá-lo rapidamente e, em seguida, Arsínoe, a irmã de Cleópatra VII, foge para junto do exército juntamente com o seu tutor, Ganimedes. Os dois planeiam o assassinato de Aquilas e tomam controlo das forças ptolemaicas<sup>636</sup>. A luta foi complicada para o lado romano, pois os seus recursos eram poucos, o inimigo estava em casa. O cerco prolongou-se até ao ano 47 a.C. Porém, depois de chegarem os reforços de César, o general deu a volta à situação e conseguiu ganhar<sup>637</sup>. Ptolemeu XIII morreria afogado durante este conflito, sendo Cleópatra a escolha clara para o trono<sup>638</sup>.

Agora os monarcas ptolemaicos faziam parte da clientela de César e o Egito torna-se num território de apoio a César. Apesar de Pompeio já ter morrido, César ainda tem de derrotar os grupos de pompeianos, que existem ao longo da Hispânia, e de outras regiões que estavam sob o *imperium* de Pompeio. Antes de deixar o Egito, o general romano definiu que Cleópatra VII ia governar com o seu irmão Ptolemeu XIV<sup>639</sup>, percebendo que Cleópatra não se manteria no trono se ficasse a governar sozinha. No entanto, escolheu-lhe, para esposo, o irmão que tinha apenas 12 ou 13 anos, sendo facilmente manipulado pela rainha<sup>640</sup>.

Depois da derrota das forças ptolemaicas, desconhecemos o destino que César deu aos gabinianos. Eram um polo de instabilidade para Cleópatra e Júlio César precisava que a rainha permanecesse no trono. Assim, deixa no Egito três legiões romanas<sup>641</sup>, sob o comando de um oficial experiente chamado Rúfio<sup>642</sup>. Não sabemos se integrou os gabinianos nas suas legiões, nas que ficaram no Egito ou se os puniu de alguma forma. No entanto, a decisão de deixar legiões no país do Nilo muda a relação entre a República romana e a monarquia ptolemaica. A partir de 47 a.C., o Egito passa a ser um protetorado romano, ficando definitivamente dependente de Roma<sup>643</sup>.

---

<sup>635</sup> Adrian Goldsworthy, *António e Cleópatra*. Lisboa, A esfera dos livros, 2012, pp. 200-201.

<sup>636</sup> Adrian Goldsworthy, *Op. Cit.*, p. 442.

<sup>637</sup> Michel Chauveau, *A vida quotidiana do Egito no tempo de Cleópatra (180-30 a.C.)*. Lisboa, Edição «Livros do Brasil» Lisboa, 2000, p.28.

<sup>638</sup> José das Candeias Sales, “Ptolomeus”, in: Araújo, Luís Manuel de (Dir.). *Dicionário do Antigo Egito*. Lisboa, Editorial Caminho, 2001., p.722.

<sup>639</sup> Joyce Tyldesley, *Cleopatra, Last Queen of Egypt*. Londres, Profile Books, 2008, p.97.

<sup>640</sup> Prudence J. Jones, *Cleopatra, A Sourcebook*. Oklahoma, University of Oklahoma Press, 2006, p.XIV.

<sup>641</sup> Caes. *B. Alex.* 33-34.

<sup>642</sup> Suet. *Iul.* 76.3

<sup>643</sup> Günther Hölbl, *A History of the Ptolemaic Empire*. Londres e Nova Iorque, Routledge, p.237.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

«Gradually but inevitably, the rise of aggressive Roman military power in the Mediterranean fundamentally altered the game and shifted the center of politics beginning around 200 BC. »

J. G. Manning, *The last pharaohs, Egypt under the Ptolemies, 305-30 BC*. Princeton, Princeton University Press, 2010, p.1.

O desaparecimento das figuras centrais da cena política das relações entre Roma e o Egito (Ptolemeu XII, Pompeio e Gabínio), aliado com a presença militar romana efetiva, representou a alteração do paradigma das relações entre Roma e o Egito. Quando olhamos para o período em que o reino ptolemaico fazia parte da clientela de Pompeio e o comparamos com a aliança posterior feita com César, podemos perceber a evolução e as mudanças na relação entre estes dois poderes.

A nível institucional, tanto Ptolemeu XII como os seus herdeiros beneficiaram do título de *socius et amicus populi Romani*. No entanto, este relacionamento institucional refletiu-se de maneira distinta, de acordo com os propósitos dos monarcas ptolemaicos e dos cônsules romanos. Enquanto Pompeio manteve uma relação de patrono/cliente com Ptolemeu XII, apoiando-o no que fosse politicamente benéfico, César criou uma relação política com Cleópatra VII, que tinha como base uma ligação pessoal<sup>644</sup>. A posição política do Egito impedia que os monarcas conseguissem definir o tipo de relação política que pretendiam ter com Roma, ficando sempre à mercê dos objetivos romanos. Assim, a ligação política de Pompeio com o Egito foi mais impessoal do que a de César, que lhe traria outro tipo de benefícios.

Os contextos políticos distintos em que Pompeio e César se inseriam na altura em que começaram a estender a sua influência política à monarquia ptolemaica vão, inevitavelmente, moldar a ligação que estabeleceram. Pompeio progrediu através do *cursus honorum* republicano e, mais tardiamente, num triunvirato, mas apesar de ter sido um dos homens fortes de Roma nunca deteria tanto *imperium* como o seu colega de triunvirato.

---

<sup>644</sup>Arthur Goldschmidt Jr., *A Brief History of Egypt*. Nova Iorque, Facts on File, 2008, p. 45.

Depois de ter derrotado o seu rival, César não planeava restaurar a República para a mesma estrutura política, tendo sido nomeado *dictator*<sup>645</sup> e tornando-se no homem mais poderoso de Roma. César pôde desenhar uma relação política com Cleópatra VII, que lhe servisse melhor os seus propósitos políticos, enquanto Pompeio sempre esteve limitado por partilhar o poder. Desta forma, estabeleceu a sua ligação política com a rainha, a partir do primeiro encontro. Em contrapartida, Pompeio dependeu dos processos legais da República, assim como de César, como já tinha sido lembrado nesta dissertação, para conseguir o título de aliado de Roma para o seu cliente e assim consolidar a ligação.

Para conseguir manter esta ligação com Ptolemeu XII, Pompeio baseou-a nas necessidades políticas do monarca ptolemaico, garantindo-lhe financiamento para os objetivos do rei, para que depois tivesse acesso às riquezas do Egito. Esta troca de benefícios políticos era crucial para Ptolemeu XII manter o poder que tinha. Por outro lado, César precisava de todos os apoiantes e aliados que fosse possível, pois tinha muitos inimigos no Senado<sup>646</sup>, e Cleópatra VII dependia de Roma para continuar no trono, por isso, uma boa relação com César era fundamental para o seu reinado.

O nascimento de Ptolemeu XV, também conhecido como Cesário, filho de Cleópatra VII, que chegaria a ser co-regente<sup>647</sup>, marca mais uma mudança na relação entre os dois poderes. Apesar de não termos certezas sobre a paternidade do jovem príncipe<sup>648</sup>, as hipóteses apontam sempre para que seja romana<sup>649</sup>. Pela primeira vez, a monarquia ptolemaica tinha paternidade romana. Desta forma, Cesário era a personificação da aliança entre os dois poderes.

Por conseguinte, as relações entre Roma e o Egito foram definidas pelas ambições políticas e pessoais de quem as controlava. Quando as ambições de Pompeio foram contra as decisões políticas do Senado romano, o triúviro seguiu meios ilegais para alcançar o que pretendia, com a intervenção militar levada a cabo por Aulo Gabínio. No entanto, César, com o *imperium* que possuía, conseguiu pôr a lei do seu

---

<sup>645</sup> Nic Fields, *Julius Caesar*. Oxford, Osprey Publishing, 2010, p.52.

<sup>646</sup> Muitos desses inimigos eram pompeianos:

<sup>647</sup> Bernard Legras, “Autour du Papyrus dit de Cléopâtre: Les Prostagmata Lagides et les interactions romano-egyptiennes”, *Egitto dai faraoni agli arabi*, Atti del convegno, Egitto: amministrazione, economia, società, cultura dai faraoni agli arabi égypte: administration, économie, société, culture des pharaons aux arabes, Pisa, Roma, 2013, p.159.

<sup>648</sup> Adrian Goldsworthy, *Caesar, Life of a Colossus*. Londres, Weidenfeld&Nicolson, 2006, p. 497.

<sup>649</sup> Alguns estudiosos indicam César como o pai da criança, enquanto outros acreditam que era Marco António. Nuno Simões Rodrigues, “Júlio César”, in Luís Araújo (dir.), *Dicionário do Antigo Egito*. Lisboa, Caminho, 2001, pp. 466-467.

lado. Desta forma, o general romano pôde criar uma relação política com a população egípcia<sup>650</sup>, o que obviamente desagradou aos senadores romanos<sup>651</sup>.

Todavia, por causa das suas múltiplas responsabilidades políticas, César não passou grandes temporadas no Egito, regressando a Roma. Pouco tempo depois, a rainha ptolemaica iria ter com o *dictator* à urbe, juntamente com o seu irmão, Ptolemeu XIV, com quem partilhava o trono. Tal como o seu pai ficara na *villa* de Pompeio, Cleópatra ficou alojada numa propriedade de César. A presença da rainha, na cidade, foi considerada uma afronta aos valores romanos, mas tal não impediu César de lhe dedicar uma estátua no templo de Vénus Genetrix<sup>652</sup>, demonstrando que Cleópatra VII foi uma aliada mais relevante politicamente do que seu pai tinha sido.

As medidas e mudanças levadas a cabo por César, em Roma, e o seu comportamento com Cleópatra, interpretados como monárquicos por alguns senadores, levaram ao seu assassinato<sup>653</sup>. Porém, apesar do impacto e da instabilidade que provocou no poder de Cleópatra VII, a rainha conseguiu encontrar um novo aliado junto dos romanos. A ligação do Egito com Roma não seria tão segura como na altura de César, pois o poder romano estava outra vez dividido entre três homens: Marco António, Lépido e Otávio<sup>654</sup>.

Marco António iria atuar de uma forma semelhante a César, em relação ao Egito, pois também teve uma relação amorosa com Cleópatra, de quem teve três filhos. O triúviro foi equiparado ao deus Dioniso e doou territórios à rainha e aos seus filhos<sup>655</sup>. Assim, quando começou a guerra civil do segundo triunvirato, Cleópatra VII permaneceu aliada de Marco António, mas não era considerada aliada de Roma. A rainha foi considerada inimiga do povo romano, para que a guerra entre Octávio e Marco António não fosse encarada como uma guerra civil<sup>656</sup>.

O território do Egito só iria conhecer um planeamento por parte de Roma quando passou a ser uma província romana em 30 a.C., depois da conquista de Octávio<sup>657</sup>. Ainda assim, o Egito nunca foi governado como as restantes províncias,

---

<sup>650</sup> César faz uma viagem pelo Nilo acompanhado por Cleópatra segundo App. *BC*, 2. 90.1; Suet. *Iul.* 52.1

<sup>651</sup> Cícero não era favorável em relação à rainha e várias vezes escreveu contra esta: Prudence J. Jones, *Cleopatra: A Sourcebook*. Oklahoma, Oklahoma University Press, 2006, pp.85-87.

<sup>652</sup> Adrian Goldsworthy, *Caesar, Life of a Colossus*. Londres, Weidenfeld&Nicolson, 2006, p. 496.

<sup>653</sup> Nos idos de Março de 44 a.C.: Matthias Gelzer, *Caesar: Politician and Statesman*. Oxford, Blackwell, 1969, p. 337.

<sup>654</sup> Matthew Bunson, *Encyclopedia of the Roman Empire*. Nova Iorque, Facts on File, 2002, p.25.

<sup>655</sup> Patricia Southern, *Antony&Cleopatra*. The Mill, Tempus, 2007, p. 138-139.

<sup>656</sup> Chris Scarre, *The Penguin Historical Atlas of Ancient Rome*. Londres, Penguin Books, 1995, pp.34-35.

<sup>657</sup> Margaret R. Bunson, *Encyclopedia of Ancient Egypt*. Nova Iorque, Facts on File, 2002, p.59.

sendo gerido, a partir de 27 a.C., com a reorganização do imperador Augusto por um prefeito augustal, que recebia ordens diretamente do imperador, pois a província era sua propriedade<sup>658</sup>. A história tinha provado que era um território demasiado rico para estar disponível para os senadores.

Quando é que podemos realmente afirmar que o Egito perdeu a sua independência? Como já vimos, as relações entre os monarcas ptolemaicos e os homens mais poderosos da República foram-se tornando cada vez mais pessoais, aumentando, assim, o nível de dependência dos envolvidos. Quanto mais dependente o Egito se tornasse, mais facilidade tinha Roma em controlar o território.

A relação de dependência do Egito em relação a Roma começou antes de Ptolemeu XII ocupar o trono. A crise dinástica abriu caminho para que a influência romana chegasse à corte alexandrina com maior impacto, ao mesmo tempo que o domínio da República sobre o Mediterrâneo aumentava, levando a que antigos territórios ptolemaicos passassem para a administração romana. O governo deste rei foi o primeiro que perdurou tendo apoio romano, depois da curta estadia no poder de Ptolemeu XI, rei posto no trono por Sula. O rei ptolemaico seguinte, Ptolemeu XII percebeu que tinha de garantir o apoio romano para conseguir preservar o seu poder. A influência romana foi crescendo durante o reinado de Auleta, começando este por ser mais um rei oriental a querer ser aliado de Roma, até viver na Urbe e provocar acesos debates no Senado.

A influência política abriu caminho para um aumento da influência económica de Roma sobre o Egito, quer através de um maior contacto entre os dois poderes, desde Sula, que proporcionou o crescimento do comércio, quer, principalmente, pelas grandes dívidas a senadores e banqueiros romanos que o reino ptolemaico foi acumulando. Os grandes empréstimos que Ptolemeu XII pediu a vários banqueiros romanos enterraram o território em dívidas. Como consequência, a principal preocupação financeira do reino tornou-se o pagamento das várias dívidas. Assim, Roma conseguiu “aprisionar” o Egito política e financeiramente.

Como vimos, a luta constante por poder no Senado impediu que fosse oficialmente nomeado Lântulo para repor Ptolemeu XII no seu trono. No entanto, os interesses políticos e económicos eram demasiado poderosos para que o rei aliado de Roma ficasse expulso do seu reino. Assim, a influência de Pompeio foi fulcral para que

---

<sup>658</sup> Naphthali Lewis, *Life in Egypt under Roman Rule*. Oxford, Clarendon Press, 1985, pp.15-16.

Aulo Gabínio desempenhasse o seu papel, depois de ter conseguido aumentar a sua influência no Oriente enquanto procônsul da Síria. Assim, através de Gabínio, Pompeio e Rabírio conseguiram encontrar um meio para as suas pretensões. É difícil saber quais as ambições pessoais de Gabínio, mas foi um apoio essencial de Pompeio na sua subida ao poder.

A intervenção militar no Egito por Aulo Gabínio foi a primeira pretensão militar romana que visava alterar a política ptolemaica. Através desta ação do braço direito de Pompeio, a República romana passou a conseguir interferir constantemente na autonomia do Egito, apoiando militarmente os monarcas que lhe fossem favoráveis. Desta forma, passou a ser crucial para os reis e rainhas ptolemaicos conseguirem a proteção de um dos homens poderosos da Urbe. O jogo político dos monarcas servia unicamente para se manterem no trono dando uma ilusão de independência. Por outro lado, a expansão territorial romana leva a uma maior procura de recursos<sup>659</sup>.

A fuga de Ptolemeu XII para Roma e a guerra civil entre Ptolemeu XIII e Cleópatra VII são exemplos da luta constante pelo poder na corte alexandrina. Durante muito tempo, Roma absteve-se de ter um papel ativo na política ptolemaica por causa dos conflitos que a questão egípcia provocava entre os senadores. A instabilidade na República romana acabaria por ter, como consequência, a instabilidade da monarquia ptolemaica, ou seja, a proteção e benefícios garantidos ao Egito ficavam comprometidos, permitindo que ganhassem força as fações opostas às pretensões romanas.

A presença do exército romano no território egípcio marca a dependência e submissão a Roma. O exército era o elemento mais utilizado pela República para manter os territórios sob o seu controlo<sup>660</sup>. A guarnição romana de gabinianos que ficou em Alexandria foi o primeiro impulso para um domínio do Egito através da força militar e não apenas através de acordos e alianças políticas. Apesar do momento de instabilidade em que a primeira guarnição romana ficou no Egito, esta presença foi essencial para a aliança política que César estabeleceu com a rainha, pois permitiu a transição para o estatuto de protetorado romano.

As três legiões, que permaneceram no Egito após a Guerra Alexandrina, permitiram que Cleópatra continuasse no trono sem grandes conflitos. Depois do pacto

---

<sup>659</sup> H.H. Scullard, *From the Gracchi to Nero, A History of Rome from 133 B.C. to A.D. 68*. Londres e Nova Iorque, Routledge, 2011, pp.146-147.

<sup>660</sup> Emilio Gabba, *The Roman Republic, the Army and the Allies*. Berkeley e Los Angeles, University of California Press, 1976, p.28.

de Brundísio, em 40 a.C., ter designado Marco António como governador do Oriente, a presença militar romana no Oriente aumentou, pois António estabeleceu uma ligação política com todos os reinos, fosse de cliente ou de aliado, atribuindo a cada território o número de forças necessárias<sup>661</sup>. O triúviro assumiu-se como senhor do Oriente e o seu *imperium* sobre os territórios orientais não agradava a Octávio.

A permanência de Marco António no Egito, com Cleópatra, e a negligência da sua mulher Otávia, irmã de Otávio, abriram caminho a que a rivalidade com Octávio se agudizasse até se tornar um conflito, conhecido como a guerra civil do segundo triunvirato<sup>662</sup>. Neste conflito, opunham-se Otávio, com os recursos e apoio no Mediterrâneo ocidental, e Marco António, no Mediterrâneo oriental. Cleópatra VII auxiliou António com todo o tipo de recursos que as forças do triúviro necessitassem. O conflito terminou com a batalha de Ácio a 31 a.C.<sup>663</sup>.

No seguimento desta batalha, Marco António suicidou-se, e meses depois, Cleópatra, ainda durante o ano 30 a.C.<sup>664</sup> A vitória de Octávio significou o fim da dinastia ptolemaica como soberana do Egito e rapidamente o território ficou sob o domínio do homem mais poderoso da Urbe. Assim, com a conquista do Egito, todo o Mediterrâneo estava sob o poder de Octávio<sup>665</sup>, não existindo mais nenhum opositor romano que detivesse *imperium* sobre outras regiões. Cesarião foi morto quando tentava escapar e os filhos de Cleópatra e Marco António foram levados para Roma, onde foram educados por Octávia<sup>666</sup>.

Quase podemos afirmar que o fim de Marco António e Cleópatra concretizou as profecias dos livros sibilinos, tal como o destino de César, Pompeio e Gabínio. As figuras mais poderosas do final da República romana acabam por se relacionar com a monarquia ptolemaica, por causa da riqueza do Egito. No entanto, as consequências negativas para cada uma destas figuras não se deveram a um desígnio dos deuses, mas à corrupção inerente do sistema republicano romano. Como já foi referido nesta dissertação, o percurso de Aulo Gabínio foi atípico, tal como o percurso e a quantidade

---

<sup>661</sup> Patricia Southern, *Mark Antony*. The Mill, Tempus Publishing Limited, 1998, p. 80.

<sup>662</sup> Peter Green, *Alexander to Actium: The Historical Evolution of the Hellenistic Age*. Berkeley e Los Angeles, University of California Press, 1990, pp. 673-675.

<sup>663</sup> Si Sheppard, *Actium 31 BC – Downfall of Antony and Cleopatra*. Oxford, Osprey Publishing, 2009, pp.61-71.

<sup>664</sup> Luís Manuel Araújo, *O Egito Faraónico, Uma civilização com três mil anos*. Lisboa, Arranha-céus, 2015, p.107.

<sup>665</sup> Greg Rowe, “The Emergence of Monarchy: 44 BCE–96 CE”, David S. Potter (eds.), *A Companion to Roman Empire*. London, Blackwell Publishing, 2006, p.115.

<sup>666</sup> David Stuttard, Sam Moorhead, *31 BC, Antony, Cleopatra and the Fall of Egypt*. London, The British Museum, 2012, p.179.

de influência e de poder que Pompeio, César, Marco António e Octávio conseguiram concentrar.

A noção de um Senado em que o poder era equilibrado e no qual os cônsules só ocupavam o cargo durante um ano, tinha desaparecido com Gaio Mário<sup>667</sup> e foi-se deteriorando, durante o final da República romana, com as várias guerras civis e os diferentes *dictatores*. Sempre existiram opositores à concentração de tanto poder num só homem, o que permitiu que o sistema político da República continuasse, apesar de gravemente doente. Porém, quando Octávio conseguiu tornar-se o centro do poder e começar o seu principado a 27 a.C.<sup>668</sup>, tinha terminado o processo de desaparecimento da República. A ligação criada entre os dois poderes levaria a que o fim da dinastia ptolemaica e o fim da República romana ficassem interligados.

O “projeto” de domínio do Egito, começado por Sula, foi continuado por Pompeio e cimentado por César e Marco António. Da mesma forma, Ptolemeu XII procurou aliar-se com Roma, tal como tinham feito os seus antecessores. Cleópatra VII vai manter uma política semelhante à do seu pai.

Concluindo, Ptolemeu XII e Aulo Gabínio foram personagens de um capítulo essencial para a definição de uma nova relação política entre Roma e Egito.

---

<sup>667</sup> Plut. *Vit. Mar.* 11.1

<sup>668</sup> Augusto Fraschetti, *Augusto, Imperador de Roma*. Lisboa, Editorial Presença, 2005, p.48.





# Bibliografia

## Fontes

Apiano, *Appian's Roman History*. Trad. Horace White, Vol. III, Cambridge, Harvard University Press, 1972.

César, *The Civil Wars*. Trad. A.G. Peskett, Cambridge, Harvard University Press, 1966.

Cícero, *De Rege Alexandrino*. Scripta quae manserunt omnia [Em Linha], Carl Friedrich Wilhelm, Aedibus B.G. Teubneri, Partis IV, Vol. III 1898. [Consult. 07/07/2016] Disponível em:

<http://catalog.perseus.org/catalog/urn:cts:latinLit:phi0474.phi68x15>

Cícero, *In Catilinam 1-4. Pro Murena. Pro Sulla. Pro Flacco*, Trad. C. Macdonald, Cambridge, Harvard University Press, 1976.

Cícero, *Letters to Atticus*. Trad. D. R. Shackleton Bailey, Cambridge, Harvard University Press, Vol. I-IV, 1999.

Cícero, *Letters to Friends*. Trad. D. R. Shackleton Bailey, Cambridge, Harvard University Press, Vol. I-III, 2001.

Cícero, *Letters to Quintus and Brutus. Letter Fragments. Letter to Octavian. Invectives. Handbook of Electioneering*. Trad. D. R. Shackleton Bailey, Cambridge, Harvard University Press, 2002.

Cícero, *Pro Archia. Post Reditum in Senatu. Post Reditum ad Quirites. De Domo Sua. De Haruspicum Responsis. Pro Plancio*. Trad. N. H. Watts, Cambridge, Harvard University Press, 1923.

Cícero, *Pro Caelio, De Provinciis Consularibus, Pro Balbo*. Trad. R. Gardner, Cambridge, Harvard University Press, 1958.

Cícero, *Pro Lege Manilia. Pro Caecina. Pro Cluentio. Pro Rabirio Perduellionis Reo*. Trad. H. Grose Hodge, Cambridge, Harvard University Press, 1927.

Cícero, *Pro Milone, In Pisonem, Pro Scauro, Pro Fonteio, Pro Rabirio Postumo, Pro Marcelo, Pro Ligario, Pro Rege Deiotaro*. Trad. N. H. Watts, Vol. XIV, Cambridge, Harvard University Press, 1979.

Cícero, *Pro Quinctio. Pro Roscio Amerino. Pro Roscio Comoedo. On the Agrarian Law*. Trad. J. H. Freese, Cambridge, Harvard University Press, 1930.

Cícero, *Pro Sestio. In Vatinius*. Trad. R. Gardner, Cambridge, Harvard University Press, 1958.

Cícero, *The Verrine Orations*. Trad. L. H. G. Greenwood, Cambridge, Harvard University Press, 1935.

Corpus Caesariarum, *Alexandrian, African and Spanish Wars*. Trad. A. G. Way, Cambridge, Harvard University Press, 1964.

Díon Crisóstomo, *Discourses*. Trad. J. W. Cohoon, Cambridge, Harvard University Press, vol.1, 1961.

Diodoro Sículo, *The Library of History*. Trad. C. H. Oldfather, London, William Heinemann, Vol.I; Vol. VIII, 1962-1970.

Díon Cássio, *Dio's Roman History*. Trad. E. Cary, Vol. III, Cambridge, Harvard University Press, 1969.

- Estrabão, *Geography*. Trad. Horace Leonard Jones Cambridge, Harvard University Press, Vol. VIII, 1966.
- Eusébio, *Chronicle*. [Consult. 08/07/2016], Disponível em: <http://www.attalus.org/translate/eusebius.html>
- Eutrópio, *Abridgment of Roman History*. Trad. John Selby Watson, Londres, George Bell and Sons, 1886.
- Josefo, *Jewish Antiquities*. Trad. Ralph Marcus, Vol. VII, Cambridge, Harvard University Press, 1966.
- Josefo, *Jewish War*. Trad. H. ST. J. Thackeray, Vol. II, Cambridge, Harvard University Press, 1967.
- Josefo, *The Life, Against Apion*. Trad. H. St. J. Thackeray, Cambridge, Harvard University Press, Vol.1, 1926.
- Justino, *Abrégé des Histoires Philippiques de Trogue Pompée et Prologues de Trogue Pompée*. Trad. E. Chambry et Mme Thély-Chambry, 2 Vols., 1936.
- Lucano, *Pharsalia, Dramatic Episodes of the Civil Wars*. Trad. Robert Graves, Londres, Penguin Books, 1956.
- Pausânias, *Description of Greece*. Trad. W.H.S. Jones, Litt.D., H.A. Ormerod, M.A., Cambridge, Harvard University Press, 4 Vols., 1918.
- Philo, *The Works of Philo Judaeus*. Trad. C.D. Yonge, B.A., Londres, Henry G. Bohn, Vol.4,1855.
- Plínio-o-Velho, *Natural History*. Trad. H. Rackham, Vol. IX, Cambridge, Harvard University Press, 1952.
- Plutarco, *Plutarch's Lives*. Trad. Bernadotte Perrin, Cambridge, Harvard University Press, 1968.
- Porfírio, [Consult. 08/07/2016], Disponível em: <http://www.attalus.org/names/p/porphyrius.html#1>
- Salústio, *Fragments of the Histories. Letters to Caesar*. Trad. John T. Ramsey, Cambridge, Harvard University Press, 2015.
- Suetônio, *The Lives of the Caesars*. Trad. J.C. Rolfe, Cambridge, Harvard University Press, Vol. I, 1979.
- Tito Lívio, *Abrégés des livres de l'histoire romaine de Tite-Live*. Trad. Paul Jal., Paris: Les Belles Lettres, 1984.
- Tito Lívio, *History of Rome*. Trad. B.O. Foster, Cambridge, Harvard University Press, Vol.1, 1967.
- Valério Máximo, *Memorable Doings and Sayings*. Trad. D.R. Shackleton Bailey, Cambridge, Harvard University Press, Vol. I, 2000.
- Veleio Patérculo, *The Roman History*, Trad. Frederick W. Shipley, Cambridge, Harvard University Press, 1924.

## Obras de referência

- ARAÚJO, Luís Manuel de (Dir.). *Dicionário do Antigo Egipto*. Lisboa, Editorial Caminho, 2001.
- BUNSON, Margaret R., *Encyclopedia of Ancient Egypt*. Nova Iorque, Facts on File, 2002.
- BUNSON, Matthew, *Encyclopedia of the Roman Empire*. Nova Iorque, Facts on File, 2002.

- CLAYTON, Peter A., *Chronicle of The Pharaohs: The Reign-By-Reign Record of the Rulers and Dynasties of Ancient Egypt*. Nova Iorque, Thames&Hudson, 1994.
- CRAWFORD, Jane W., *The Lost and Unpublished Orations*. Göttingen, Vandenhoeck&Ruprecht, 1984.
- CROOK, J.A.; LINCOTT, Andrew; RAWSON, Elizabeth, (eds.) *Cambridge Ancient History*. Cambridge, Cambridge University Press, Vol. IX, 2008.
- GOLDSCHMIDT JR., Arthur, *A Brief History of Egypt*. Nova Iorque, Facts on File, 2008.
- HORNBLOWER, Simon; SPAWFORTH, Antony. (eds.) *The Oxford Classical Dictionary*. Oxford, Oxford University Press, 2005.
- LANDFESTER, Manfred (eds.), *Brill's New Pauly Encyclopaedia of the Ancient World*. Leiden, Brill, 2006.
- LLOYD, Alan B. (eds.), *A Companion to Ancient Egypt*. Oxford, Wiley-Blackwell, 2010.
- MANLEY, Bill, *The Penguin Historical Atlas of Ancient Egypt*. Londres, The Penguin Group, 1996.
- MØRKHOLM, Otto, "Ptolemaic coins and chronology: The dated silver coinage of Alexandria", *Museum Notes*, American Numismatic Society, Vol. 20, 1975.
- MORKOT, Robert G. *Historical Dictionary of Ancient Egyptian Warfare*. Oxford, The Scarecrow Press, 2003.
- ROBERTS, John, (ed.) *The Oxford Dictionary of the classical world*. Oxford, University Press, 2005.
- SCARRE, Chris, *The Penguin Historical Atlas of Ancient Rome*. Londres, Penguin Books, 1995.
- SCHEIDEL, Walter; MORRIS, Ian; SALLER, Richard P. (Eds.), *The Cambridge Economic History of the Greco-Roman World*. Cambridge, Cambridge University Press, 2013.
- TYLDESLEY, Joyce, *Chronicle of the Queens of Egypt, From early dynastic times to the death of Cleopatra*. Londres, Thames&Hudson, 2006.
- UREÑA PRIETO, Maria Helena de Teves Costa; UREÑA PRIETO, João Maria de Teves Costa; Pena, Abel do Nascimento. *Índices de nomes próprios gregos e latinos*. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1995.

## **Bibliografia Geral**

- ARAÚJO, Luís Manuel, *O Egito Faraônico, Uma civilização com três mil anos*. Lisboa, Arranha-céus, 2015.
- BEVAN, Edwyn R., *The House of Ptolemy*. London, Methuen Publishing, 1927.
- BILLOWS, Richard A., *Julius Caesar: The Colossus of Rome*. Londres e Nova Iorque, Routledge, 2009.
- BOWMAN, A.K., *Egypt after the Pharaohs, 332BC from Alexander to the Arab Conquest*. University of California Press, 1996.
- BRAUND, David C., *Rome and the Friendly King: The Character of the client kingship*. Londres, Routledge, 1984.
- DAVIS, Danny Lee, *Navigation in the Ancient Eastern Mediterranean*. Texas University, 2001.
- DAVIS, Norman; KRAAY, Coli M., *The Hellenistic Kingdoms. Portraits coins and history*. London, Thames and Hudson, 1973.

- ERDKAMP, Paul (eds.) *A Companion to the Roman Army*. Oxford, Blackwell Publishing, 2007.
- ERSKINE, Andrew, “Hellenistic Monarchy and Roman Political Invective”, *The Classical Quarterly New Series*, Vol. 41, No. 1, 1991, pp. 106-120.
- FIELDS, Nic, *Julius Caesar*. Oxford, Osprey Publishing, 2010.
- FRASCHETTI, Augusto, *Augusto, Imperador de Roma*. Lisboa, Editorial Presença, 2005.
- GABBA, Emilio, *The Roman Republic, the Army and the Allies*. Berkeley e Los Angeles, University of California Press, 1976.
- GELZER, Matthias, *Caesar: Politician and Statesman*. Oxford, Blackwell, 1969.
- GOLDSWORTHY, Adrian, *Caesar’s Civil War, 49-44 BC*. Nova Iorque e Londres, Routledge, 2005.
- GREEN, Peter, *Alexander to Actium: The Historical Evolution of the Hellenistic Age*. Berkeley e Los Angeles, University of California Press, 1990.
- HAZZARD, R.A. *Imagination of a Monarchy: Studies in Ptolemaic propaganda*. Toronto, University of Toronto, 2000.
- HÖLBL, Günther, *A History of the Ptolemaic Empire*. Londres e Nova Iorque, Routledge, 2001.
- KOSTAS, Buraselis; STEFANO, Mary; THOMPSON, Dorothy J. *The Ptolemies, the Sea and the Nile, Studies in Waterborne Power*. Cambridge, Cambridge University Press, 2013.
- LEWIS, Naphali, *Life in Egypt under Roman Rule*. Oxford, Clarendon Press, 1985.
- MAGNY, Ariane, *Porphyry in Fragments: Reception of an Anti-Christian Text in Late Antiquity*. Londres e Nova Iorque, Routledge, 2016.
- MANNING, J. G.. *Egypt under the Ptolemies, 305-30 BC*. Princeton, Princeton University Press, 2010.
- MARIN, Palmela, *Blood in the Forum, The Struggle for the Roman Republic*. Continuum, Nova Iorque, 2009.
- POTTER, David S. (eds.), *A Companion to Roman Empire*. London, Blackwell Publishing, 2006.
- RIAD, Heri “Egyptian Influence on Daily Life in Ancient Alexandria”, In: *Alexandria and Alexandrianism*. The J. Paul Getty Museum, Malibu, California, 1996.
- Rudolf Strootman, *The Hellenistic Royal Court. Court Culture, Ceremonial and Ideology in Greece, Egypt and the Near East, 336-30 BCE*. Utrecht, University of Utrecht, 2007.
- SABBEN-CLARE, J., *Caesar and Roman Politics, 60-50 B.C.* Oxford, Oxford University Press, 1971.
- SALES, José das Candeias, *Ideologia e Propaganda Real no Egípto Ptolomaico (305-30 a.C.)*. Lisboa, Fundação para a Ciência e Tecnologia, Fundação Calouste Gulbenkian, 2005.
- SALES, José das Candeias, “A Batalha de Ráfia (217 a.C.) e o «Nacionalismo» egípcios do período ptolemaico”, *Guerra na Antiguidade III*. Coordenação António Ramos dos Santos e José Varandas, Lisboa, Centro de História da Universidade de Lisboa, Caleidoscópio, 2010, pp.151-174.
- SALES, José das Candeias, “Acuñação monetária en Egípto”, *BAEDE*, nº19, 2010.

SALES, José das Candeias, “Alexandria Ptolomaica. Uma cidade, vários povos, várias culturas.” In: *I Congresso Histórico Internacional, As cidades na História: População*. Guimarães, Vol. II: A cidade Antiga, 2013, pp. 9-32.

SALES, José das Candeias, “O Massacre ritual dos inimigos nos templos Ptolemaicos”, *Guerra na Antiguidade II*. Coordenação António Ramos dos Santos e José Varandas, Lisboa, Centro de História da Universidade de Lisboa, Caleidoscópio, 2008, pp. 61-87.

SALES, José das Candeias, *Poder e Iconografia no Antigo Egipto*. Lisboa, Livros Horizonte, 2008.

SAMPSON, Gareth C., *The Collapse of Rome, Marius, Sulla & The 1st Civil War (91-70 BC)*. South Yorkshire, Pen&Sword Military, 2013.

SCHÄFER, Peter, *The History of the Jews in the Greco-Roman World*. Oxford, Routledge, 2003.

SCULLARD, H.H., *From the Gracchi to Nero, A History of Rome from 133 B.C. to A.D. 68*. Londres e Nova Iorque, Routledge, 2011.

SHAW, Ian, (eds), *The Oxford History of Ancient Egypt*. Oxford, Oxford University Press, 2003.

SHEPPARD, Si, *Actium 31 BC – Downfall of Antony and Cleopatra*. Oxford, Osprey Publishing, 2009.

SHOTTER, David, *The Fall of the Roman Republic*. Londres e Nova Iorque, Routledge, 1994.

SMALLWOOD, E.A., *The Jews under Roman rule. From Pompey to Diocletian*. Leiden, Brill, 1981.

SOUTHERN, Patricia, *Mark Antony*. The Mill, Tempus Publishing Limited, 1998.

STROOTMAN, Rolf, “Kings and cities in the Hellenistic age”, in Onno M. van Nijf; Richard Alston; C.G. Williamson (eds.), *Political culture in the greek city after the classical age*, Paris, Walpole, Peeters Leuven, 2011, pp. 144- 145.

SYME, Ronald, *The Roman Revolution*. Oxford, Oxford University Press, 1974.

TATUM, W. Jeffrey, *Always I am Caesar*. Oxford, Blackwell Publishing, 2008.

TURNER, Andrew J.; CHONG-GOSSARD, James H.K. O.; VERVAET, Frederik Juliaan (eds). *Private and Public Lies, The Discourse of Despotism and Deceit in the Graeco-Roman World*. Leiden, Brill, 2010.

UDOH, F.E., *To Caesar what is Caesar's. Tribute, Taxes, and Imperial Administration in Early Roman Palestine (63 B.C.E.–70 C.E.)*. Rhode Island, Brown University, 2005.

WALBANK, F.W., *A Historical Commentary on Polybius*. Oxford, Oxford University Press, Vol. III: Commentary on books XIX-XL, 1979.

WALBANK, Frank William, *The Hellenistic World*. Cambridge, Massachusetts, Harvard University Press, 1992.

## **Bibliografia Específica**

ABBOT, Jacob, *The History of Cleopatra*. New York, Harpers&Brothers, 1860.

ASHTON, Sally-Ann, *Cleopatra and Egypt*. Oxford, Blackwell Publishing, 2008.

BADIAN, E. “M. Porcius Cato and the Annexation and Early Administration of Cyprus”, *Journal of Roman Studies*, 55, 1965, pp. 110-121.

BADIAN, E., "The early career of A. Gabinius (Cos. 58 B.C.)", *Philologus*, Zeitschrift für antike Literatur und ihre Rezeption. Volume 103, Issue 1-2, Dezembro de 1959, pp. 87-99.

BADIAN, E., "The Testament of Ptolemy Alexander", *Rheinisches Museum für Philologie*, Neue Folge, 110. Bd., H. 2, 1967, pp. 178-192.

BENNET, Chris; DEPAUW, Mark, "The Reign of Berenike IV (Summer 58-Spring 55 BC)", *Zeitschrift für Papyrologie und Epigraphik*, Bd. 160 (2007), pp. 211-214.

BRAUND, David C., "Gabinius, Caesar, and the publicani of Judaea", *Klio - Beiträge zur Alten Geschichte*, Volume 65, Issue 1-2, Feb. 1983, pp. 241-244.

BRAUND, David C., "Royal Wills and Rome", *Papers of the British School at Rome*, 51, 1983, pp.16-57.

BURSTEIN, S. M., *The Reign of Cleopatra*. Londres, Greenwood Press, 2004.

CHAVEAU, M., *A vida quotidiana do Egipto no tempo de Cleópatra (180-30 a.C.)*, Lisboa, Edição «Livros do Brasil», 1997.

FANTHAM, Elaine, "The trials of Gabinius in 54 B.C.", *Historia: Zeitschrift für Alte Geschichte*, Bd. 24, H. 3, 3rd Qtr., 1975, pp. 425-443.

GOLDSWORTHY, Adrian, *António e Cleópatra*. Lisboa, A Esfera dos Livros, 2012.

GOLDSWORTHY, Adrian, *Caesar, The life of a Colossus*. Londres, Weidenfeld&Nicolson, 2006.

GRAINGER, John D., *Egypt and Judaea (Roman Conquest)*. South Yorkshire, Pen&Sword Military, 2013.

GRANT, Michael, *Cleopatra*. Essex, Phoenix Books, 2011.

GRUEN, E.S., "P. Clodius: Instrument or Independent Agent?", *Phoenix*, nº 20, 1966, pp. 120-130.

GRUEN, E.S., *The Last Generation of the Roman Republic*. Berkeley, Los Angeles, Londres, University of California Press, 1995.

GRUMMEL, W.C., "The Consular Elections of 59 B.C.", *The Classical Journal*, Vol. 49, No.8, Maio 1954, pp. 351-354.

JONES, Prudence J., *Cleopatra: A Sourcebook*. Oklahoma, Oklahoma University Press, 2006.

KANAEL, B., "The Partition of Judaea by Gabinius", *Israel Exploration Journal*. Vol. 7, nº2, Israel: Israel Exploration Society, 1957, pp. 98-106.

KONRAD, Christoph F., "A Note on the Stemma of the Gabinii Capitones", *Klio*, nº66, 1984, pp. 151-156.

LEGRAS, Bernard, "Expériences romaines dans le royaume lagide sous Ptolémée XII et Cléopâtre VII", *L'imperium Romanum en perspective*, 2014, pp. 269-282.

LEGRAS, Bernard, "Autour du Papyrus dit de Cléopâtre: Les Prostagmata Lagides et les interactions romano-egyptiennes", *Egitto dai faraoni agli arabi*, Atti del convegno, Egitto: amministrazione, economia, società, cultura dai faraoni agli arabi égypte: administration, économie, société, culture des pharaons aux arabes, Pisa, Roma, 2013.

LEGRAS, Bernard, "Les Romains en Égypte, de Ptolémée XII à Vespasien", *Pallas : Revue d' Études Antiques*, 96 : Le monde romain de 70 av. J.-C à 73 apr. J.-C, 2014, pp. 271-284.

LINDERSKI, Jerzy, "Constitutional Aspects of the Consular Elections in 59 B.C.", *Historia: Zeitschrift für Alte Geschichte*, Bd. 14, H.4, Oct., 1965, pp. 423-442.

LINDERSKI, Jerzy; LINDERSKI, Anna Kaminska, "A. Gabinius A. f. Capito and the First Voter in the Legislative Comitia Tributa" *Zeitschrift für Papyrologie und Epigraphik*, Bd. 12, 1973, pp. 247-252.

NEATBY, Leslie H., "Romano-Egyptian Relations during the Third Century B. C.", *Transactions and Proceedings of the American Philological Association*, Vol. 81, 1950, pp. 89-98.

PIMENTEL, Cristina, "Representations of Alexandria in Classical Latin Literature", in Rogério Sousa, Maria do Céu Fialho, Mona Haggag, Nuno Simões Rodrigues (eds.) *Alexandrea ad aegyptum: The legacy of multiculturalism in antiquity*, Edições Afrontamento, 2013, pp. 48-61.

RODRIGUES, Nuno Simões, "Amimetobiou, The one «of the inimitable life»: Cleopatra as a metaphor for Alexandria in Plutarch", in Rogério Sousa, Maria do Céu Fialho, Mona Haggag, Nuno Simões Rodrigues (eds.) *Alexandrea ad aegyptum: The legacy of multiculturalism in antiquity*, Edições Afrontamento, 2013, pp. 62-73.

ROLLER, C. W., *Cleopatra: A Biography*. Oxford, University Press, 2010.

SALES, José das Candeias, "The Ptolemies: An unloved and unknown dynasty. Contributions to a different perspective and approach", in Rogério Sousa, Maria do Céu Fialho, Mona Haggag, Nuno Simões Rodrigues (eds.) *Alexandrea ad aegyptum: The legacy of multiculturalism in antiquity*, Edições Afrontamento, 2013, pp. 35-47.

SANFORD, Eva Mathews, "The Career of Aulus Gabinius", *Transactions and Proceedings of the American Philological Association*, Vol. 70, 1939, pp. 64-92.

SEAGER, R. *Pompey the Great. A political biography*. Oxford, Blackwell Publishing, 2003.

SEKUNDA, Nick, *Seleucid and Ptolemaic reformed armies 168-145 BC. The Ptolemaic Army*. Ilustrado por Angus McBride, Stockport, Montvert Publications, vol.2, 1995.

SHATZMAN, L. "The Egyptian Question in Roman Politics 59-54 BC", *Latomus*, 30, 1971, pp. 363-369.

SIANI-DAVIES, Mari, "Ptolemy XII and the Romans", *Historia: Zeitschrift für Alte Geschichte*, Bd. 46, H. 3, 3rd Qtr 1997, pp. 306-340.

SOUTHERN, Patricia, *Antony & Cleopatra*. The Mill, Tempus, 2007.

STUTTARD, David; MOORHEAD, Sam, *31 BC, Antony, Cleopatra and the Fall of Egypt*, Londres, The British Museum Press, 2012.

TYLDESLEY, Joyce, *Cleopatra, Last Queen of Egypt*. Londres, Profile Books, 2008.

VALVERDE, Luis Amela, "Inscripciones honoríficas dedicadas a Pompeyo Magno", in *Faventia: Revista de filología clásica* nº23/1, 2001, pp. 87-102.

VAN'T DACK, E., "L'armée romaine d'Égypte de 55 à 30 av. J.C.", *Studia Hellenistica, Ptolemaica Selecta*. 29, 1988, 187, n. 4.

WILLIAMS, Richard S., "Rei Publicae Causa: Gabinius' Defense of His Restoration of Ptolemy Auletes", *The Classical Journal*, Vol. 81, No. 1, Oct. - Nov., 1985, pp. 25-38.

WILLIAMS, Richard S., "The role of «Amicitia» in the career of A. Gabinius", *Phoenix*, Vol. 32, No. 3, Autumn, 1978, pp. 195-210.